

Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO



DITADURA DA MÍDIA: ATÉ QUANDO?

A democracia está ameaçada por verdadeiros latifúndios de meios de comunicação de massa. A serviço do capital e das elites eles sufocam a liberdade de imprensa, tentam submeter o povo – e até governos. Somente com a democratização da mídia será possível avançar na construção da democracia



Prefeitura de Olinda e PAC. Trabalhando para o povo.

A Prefeitura de Olinda, com os incentivos do Pac - Programa de Aceleração do Crescimento -, está trabalhando duro para desenvolver a cidade ainda mais. Prova disso é que 80 mil moradores de 9 áreas diferentes de Olinda serão beneficiados com o programa de habitação, urbanização e saneamento. E o trabalho não pára por aqui. Confira o que vem pela frente.

- Implantação de sistemas de macro e microdrenagem.
- Implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário.
- Complementação e melhoria do sistema de distribuição de água.
- Complementação e adequação do sistema viário.
- Implantação de equipamentos sociais e áreas de lazer.
- Construção de moradias para a população que habita em áreas de risco, sujeitas a inundações ou deslizamentos.
- Educação ambiental e trabalho social.

Avanço da democracia exige democratização da mídia

O povo e a frente democrática, quando triunfaram sobre o arbítrio em 1985, no rol de suas bandeiras destacava-se o regaste da liberdade de imprensa. Por isso, fizeram escrever na Constituição de 1988, em seu Capítulo V, a concepção de que a liberdade de imprensa e a comunicação social plural enriquecedora da consciência do povo são partes da democracia que se quer no Brasil.

Quase vinte anos depois – ultrapassada a longa noite autoritária dos anos 1990 e descortinado um ciclo progressista com a vitória de Lula em 2002 – o processo de construção da democracia brasileira se depara com um obstáculo que progressivamente se avoluma.

A comunicação social plural consagrada pela Carta Magna – Carta que textualmente veda o monopólio na esfera dos meios de comunicação – torna-se uma aspiração cada vez mais distante e uma necessidade cada vez mais premente. Por sua vez, a liberdade de imprensa é aviltada e reduzida à “liberdade de empresa”, por conglomerados de mídia que atuam sem marco regulatório, sob a regência quase tão somente da ganância de seus interesses. Quer ser onipotente e onipresente. Daí reage, por exemplo, com virulência contra o projeto da TV Pública determinado pela Constituição que o governo pretende concretizar.

Se outrora a comunicação plural e a liberdade de imprensa foram aniquiladas pela ditadura militar, agora, encontram-se “aprisionadas” pelos interesses econômicos e políticos dos monopólios nacionais e dos oligopólios estrangeiros.

Em conseqüência, instaurou-se um confronto do bloco formado pelo povo e a frente democrática e de esquerda versus o monopólio midiático que desrespeita e afronta praticamente todo o Capítulo V da Constituição. O motivo do confronto é nítido: tal como atua e está configurada a mídia não há como a democracia avançar no país.

A meia dúzia de monopólios que domina a mídia brasileira é em muitos negócios associada a oligopólios estrangeiros e, também, ameaçada de ser engolida por estes.

Segundo alguns estudos, cerca de sete oligopólios controlam o mercado da mídia no mundo. E tais mega-corporações, obviamente, têm pátria, se originaram e têm como base as grandes potências capitalistas, sobretudo os Estados Unidos. Esses oligopólios se associam a monopólios regionais e nacionais da periferia do sistema, beneficiam-se das desregulações patrocinadas pelo neoliberalismo e ambicionam açambarcá-los. Desse modo, a mídia é ao mesmo tempo um negócio que movimenta trilhões de dólares do mundo e uma usina ideológica poderosa a serviço da legitimação do imperialismo.

É possível compreender, com essa leitura, por que se elevou aquele confronto mencionado entre a mídia e o campo democrático e popular depois do ciclo político inaugurado pela vitória do presidente Lula em 2002, e reafirmado com sua reeleição em 2006. O compromisso do presidente Lula é implementar um projeto nacional de desenvolvimento, assentado na democracia, na soberania nacional, e direcionado para elevar a qualidade de vida do povo.

Contra a realização desse projeto respaldado pela maioria da nação formou-se um conluio, um consórcio entre a mídia e o conservadorismo das elites locais, ambos títeres dos interesses do imperialismo. Metaforicamente, a mídia é o braço eletrônico das elites dotado de força equivalente ou superior ao “braço armado” ao qual ela recorria no passado. É o poderoso “partido eletrônico” do capital e das elites tão necessário a eles quanto, por exemplo, o PSDB e o DEM.

Assim como o sufrágio universal decorrente da luta do povo, nas primeiras décadas do século XX foi uma conquista determinante à ampliação da democracia, hoje, nos primórdios do XXI, pela dimensão adquirida pela mídia na comunicação humana – sobretudo, na esfera da política – sua democratização é uma condição à existência da própria democracia.

No Brasil a mídia se encontra “fora da lei”. Por isso, o ponto de partida é lutar pela aplicação do Capítulo V da Constituição. Simultaneamente, é preciso dar seqüência com os instrumentos de hoje à histórica luta de fortalecimento da imprensa popular.

Princípios

Índice

CAPA

- A ditadura da mídia**
Altamiro Borges..... **6**
- Revisitando sete teses sobre mídia
e política no Brasil**
Venício A. de Lima..... **12**
- Alternativos:
imprensa de resistência**
José Carlos Ruy..... **20**
- O fascinante desafio da rede
pública de televisão**
Laurindo Lalo Leal Filho..... **26**
- Aspectos ideológicos da imprensa
brasileira**
Rodrigo de Carvalho..... **30**
- Nem toda a mídia é marrom: conclusões de
2 mil dias do Vermelho**
Bernardo Joffily..... **34**



INTERNACIONAL

A dinâmica do sistema financeiro imobiliário dos Estados Unidos
Marcos Antonio Macedo Cintra e Rafael Fagundes Cagnin..... **40**

Grandes desafios e disputas internacionais
Dilermando Toni..... **48**

Globalização financeira: uma revolução capitalista
A. Sérgio Barroso..... **54**

A vitória da direita na França
Patrick Theuret..... **60**

MULHER

CULTURA



Bergman, Antonioni e o falso “fim de uma era”
André Cintra..... **78**

Mulheres na política: subverter valores, reordenar espaços
Jô Moraes..... **68**

Políticas públicas sob a ótica de gênero
Ana Rocha..... **72**

Capa: Flávio Nigro

A ditadura da mídia

Altamiro Borges

“Não se preocupem. Não queremos controlar o mundo. Só queremos um pedaço dele”.

(Rupert Murdoch, dono do império midiático News Corporation, presente em 133 países)

“Sim, eu uso o poder [da Rede Globo], mas eu sempre faço isso patrioticamente”.

(Roberto Marinho, ex-proprietário do maior conglomerado midiático do Brasil)



Amídia hegemônica vive um paradoxo. Ela nunca foi tão poderosa no mundo e no Brasil, em decorrência dos avanços tecnológicos nos ramos das comunicações e das telecomunicações, do intenso processo de concentração e monopolização do setor nas últimas décadas e da criminosa desregulamentação do mercado que a deixou livre de qualquer controle público. Atualmente, ela exerce uma brutal ditadura midiática, manipulando informações e deturpando comportamentos. Na crise de hegemonia dos partidos burgueses, a mídia hegemônica confirma uma velha tese do revolucionário italiano Antonio Gramsci e transforma-se num verdadeiro “partido do capital”.

Por outro lado, ela nunca esteve tão vulnerável e sofreu tantos questionamentos da sociedade. No mundo todo, cresce a resistência ao enorme poder manipulador da mídia, expresso nas mentiras ditadas pela CNN e Fox para justificar a invasão dos EUA no Iraque, ou na sua ação golpista na Venezuela ou na cobertura imparcial dos processos eleitorais. Alguns governantes, respaldados pelas urnas, decidem enfrentar, com formas e ritmos diferentes, esse poder que se coloca acima do Estado de Direito. Outro fator que hoje fragiliza os “donos da mídia” é a guerra travada entre empresas de radiodifusão e multinacionais das telecomunicações devido à convergência digital.

Este quadro, com seus paradoxos, coloca em novo patamar da luta pela democratização da mídia e pelo fortalecimento de meios alternativos, contra-hegemônicos, de comunicação. Este desafio se tornou estratégico. Sem enfrentar a ditadura midiática, não haverá avanços na democracia, nas lutas dos trabalhadores por uma vida mais digna, na batalha histórica pela superação da barbárie capitalista e, nem mesmo, na construção do socialismo. Aos poucos, os partidos de esquerda e os movimentos sociais se dão conta de que esta luta estratégica exige reforço dos meios alternativos de comunicação, a denúncia da mídia privada e uma plataforma por sua efetiva democratização.

Concentração e poder mundial

O monopólio da mídia na atualidade é assustador, sem precedentes na história. Segundo estudos de Robert McChesney, “o mercado global é dominado por uma primeira camada de cerca de dez imensos conglomerados (...) Eles têm ações em diversos setores da mídia e operam em todos os lugares do mundo. Existe uma segunda camada onde estão cerca de quarenta empresas de mídia que giram em torno do sistema global. A maioria dessas firmas provém da Europa Ocidental ou da América do Norte, mas algumas são da Ásia e da América Latina”. A humanidade fica refém desses monopólios, com receitas entre US\$ 8 bilhões e US\$ 40 bilhões, que defendem, de forma escancarada ou enrustida, os interesses das corporações capitalistas e das potências imperialistas.

Segundo um recente relatório de uma Comissão Especial da ONU, 85% das notícias que circulam no planeta são geradas nos EUA. “Pensemos na CNN, que distribui, por satélites e cabos, a partir da matriz em Atlanta, notícias 24 horas por dia para 240 milhões de lares em 200 países e mais 86 milhões nos Estados Unidos, além de 890 mil quartos de hotéis conveniados. O mundo em tempo real exibido para 1 bilhão de telespectadores. A CNN não apenas criou e universalizou uma linguagem e um formato para a informação televisiva, como, várias vezes, alinha a sua orientação editorial com interesses estratégicos norte-americanos. Lembremo-nos da cobertura favorável ao governo Bush na invasão do Iraque”, alerta o professor Dênis de Moraes.

A interferência política, e ideológica, da mídia é brutal, conforme reconhece David Rothkopf, ex-consultor do governo ianque: “O objetivo central da política externa na era da informação deve ser o de ganhar a batalha dos fluxos de informação mundial, dominando as suas ondas, da mesma forma como a Grã-Bretanha reinava antigamente sobre os mares”. Tanto que os EUA aplicam no setor de 3,5% a 5,2% do PIB. Além disto, a mídia hoje influi na própria reprodução e mobilidade do capital. A agência Reuters, com escritórios em 94 países, envia informações atualizadas oito mil vezes por segundo para os seus

511 mil usuários. Seu acervo digital inclui três bilhões de dados sobre mais de 40 mil empresas do mundo, 244 bolsas de valores e 960 mil ações, títulos e papéis.

Com a desregulamentação neoliberal e os avanços tecnológicos, esse processo de monopolização se acelerou vertiginosamente nos últimos anos. Dênis de Moraes cita alguns casos perturbadores. “As gigantes estão engolindo as grandes empresas. A News Corporation abocanhou por US\$ 6,6 bilhões 34% das ações da DirecTV e se transformou no única czar da televisão digital via satélite mundial, pois já controlava a concorrente Sky. A General Electric, que já possuía a rede NBC, absolveu a Universal, proprietária da maior gravadora de discos do mundo, do segundo maior estúdio de cinema, de cinco parques temáticos e emissoras de televisão. A Interpublic, número 1 da publicidade global, incorporou a True North, até então a oitava no ranking”. E por aí vai...

O latifúndio midiático no Brasil

No Brasil, por vias transversas, o processo de monopolização também é uma dura realidade. Na década passada, nove grupos familiares controlavam o grosso da mídia nativa: Marinho (Globo), Abravanel (SBT), Saad (Bandeirantes), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Mesquita (Estado), Frias (Folha), Levy (Gazeta), Nascimento e Silva (*Jornal do Brasil*). Hoje são apenas cinco, com a débâcle das famílias Mesquita, Bloch, Levy e Nascimento, que já não exercem mais o controle sobre os seus antigos veículos. Por outro lado, surgiram alguns grupos regionais, associados aos impérios nacionais, como a RBS, que atua no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

No caso brasileiro, a concentração da mídia vem de longa data e foi impulsionada pela ausência na legislação de qualquer norma proibindo a propriedade cruzada – a posse de inúmeros veículos em diferentes setores (jornais, rádio, televisão). Nos EUA, país citado pelos radiodifusores como exemplo de “liberdade de expressão”, desde 1943 existem regras para limitar a concentração. No Brasil, nunca

existiram. Desde as normas que iniciaram a regulação da radiodifusão nos anos 1930 (decretos 20.047/31 e 21.111/32), passando pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.137, de 1962), nunca houve a preocupação com a monopolização. A Constituição de 1988, no seu Capítulo 5, até fixou normas para evitar a concentração, mas estas nunca foram regulamentadas.

O resultado foi uma histórica concentração neste setor estratégico, impedindo a pluralidade e a diversidade de opinião. O grupo Diários Associados, que começou com a compra de um pequeno jornal no Rio de Janeiro, em 1924, rapidamente se expandiu. Em 1959, já era o maior império da mídia na América Latina, com 40 jornais e revistas, mais de 20 estações de rádio, uma dezena de emissoras de televisão, uma agência de notícias e uma empresa de propaganda – “além de um castelo na Normandia, nove fazendas espalhadas por quatro estados, indústrias químicas e laboratórios farmacêuticos”, segundo descrição do Atlas da Fundação Getúlio Vargas.

Ele foi desbancado pela Globo, que também começou com um jornal em 1925, consolidou-se na ditadura militar e hoje é hegemônica na mídia. Segundo levantamento do Instituto de Pesquisas e Estudos em Comunicação, concluído em 2002, a TV Globo possui 223 emissoras próprias ou filiadas e controla o maior número de veículos em todas as áreas: 61,5% das emissoras de TV em UHF, 40,7% dos jornais, 31,8% das TVs VHF, 30,1% das rádios AM e 28% das FM. Em 2003, as TVs abocanharam 60,4% do total da verba publicitária do país (R\$ 6,53 bilhões). Destas, 78% foram para a Rede Globo. Em 2005, a Rede Globo, sem incluir as filiadas, teve um faturamento líquido de R\$ 4,3 bilhões – cerca de três vezes o faturamento da Record e SBT juntos.

Além da concentração, a mídia brasileira passa por um perigoso processo de internacionalização. Desde a aprovação da Emenda Constitucional 36/2002 e de sua regulamentação pela Lei 10.610, de dezembro de 2002, no final do reinado de FHC, o capital estrangeiro foi autorizado a adquirir até 30% das ações das

empresas jornalísticas e de radiodifusão. Já a Lei da TV a Cabo permite o ingresso do capital externo em até 49% e as normas que regem a telefonia fixa e celular e a TV paga em MMDS (via microondas) e em DTH (via satélite) não estabelecem nenhuma restrição ao capital estrangeiro. Nesse sentido, o próprio discurso nacionalista das emissoras de televisão, em disputa com as teles pelo controle da digitalização, parece meio hipócrita e oportunista.

Como denuncia Gustavo Gindre, no artigo “Globo: discurso nacionalista, negócios nem tanto”, os interesses nacionais foram, há muito, abandonados por esta empresa. “A Globo negociou a venda da Net Serviços (a operadora do grupo) à Telmex, de propriedade do homem mais rico da América, o mexicano Carlos Slim Helu. Helu é dono, no Brasil, da empresa de telefonia celular Claro, da Embratel e da antiga AT&T Latin América (...) A Telmex passa a controlar diretamente 37,5% das ações da Net Serviços e, indiretamente, através da GB, mais 24,99%. Ou seja, ainda que não tenha formalmente o controle da Net Serviços, a Telmex fica com 62,49% das ações ordinárias (com direito a voto) da Net Serviços. E a Globo apenas com 24,99%”.

O mesmo ocorre em outras empresas do setor. Em julho de 2004, a Abril anunciou a venda de 13,8% de suas ações para a Capital International, gestora de fundos dos EUA. Já em maio de 2006, emitiu comunicado informando “a sociedade com o grupo de mídia sul-africano Naspers, que passa a ter 30% de capital do grupo”. Em junho último, ela vendeu a TVA à multinacional Telefónica. Com o agravante da internacionalização, o professor Venício Lima resume o quadro

No caso da Rede Globo, que estava dependente dos empréstimos do governo, ela deu sua cartada fatal na reta final da eleição de 2006, forçando o segundo turno – conforme comprovou a histórica reportagem de Raimundo Rodrigues Pereira.

da mídia: “O sistema brasileiro de mídia, além de historicamente concentrado, é controlado por poucos grupos familiares; é vinculado às elites políticas locais e regionais, revela um avanço sem precedentes de igrejas e é hegemonizado por um único grupo, as Organizações Globo”.

Hegemonia e poder manipulador

Com base nesse poder descomunal, a mídia hegemônica sempre procurou manipular a sociedade brasileira. O bombardeio recente contra o presidente Lula, em função das suas origens nas lutas operárias e de algumas de suas políticas contrárias aos interesses da elite burguesa, não é um fato novo no país. No passado, usando o denunciamento do “mar de lama”, ela levou Getúlio Vargas ao suicídio em 1954. Contra o governo João Goulart, fez campanha por sua derrubada, alardeando o “perigo do comunismo”. Durante a ditadura militar, a *Folha de S.Paulo*, que ainda en-

gana muita gente com o seu falso ecletismo, emprestou suas peruas para o transporte de presos políticos. Até o final, a Rede Globo procurou esconder a campanha das Diretas-Já, que contagiava a sociedade.

Já na redemocratização do país, a mídia tentou criar obstáculos para o avanço das lutas operárias. Com a retomada das greves no final dos anos 1970, ela tratou os grevistas como arruaceiros. Já na Constituinte de 1988, ela defendeu as principais teses neoliberais, contra as medidas de defesa da economia nacional e contra os direitos trabalhistas – conforme comprova um excelente estudo de Francisco



Fonseca. Diante do risco da vitória de um candidato oriundo das lutas operárias, em 1989, ela criou a imagem do “caçador de marajás”, garantindo a vitória de Collor sobre Lula. Nos anos 1990, a mídia foi a vanguardeira da implantação do neoliberalismo no país. Ela blindou a figura de FHC, pregando a privatização do Estado, a desnacionalização e a desregulamentação.

A tsunami neoliberal, somada às mutações tecnológicas, reforçou ainda mais este monopólio. A vitória de Lula em 2002 foi encarada como um grave risco pelos “donos da mídia”; ela poderia reverter esse processo de concentração e manipulação. Exatamente por isso, a ditadura midiática sempre exerceu forte pressão sobre o novo governo. Como observa Venício Lima, “antes mesmo da revelação pública das cenas de corrupção nos Correios, em maio de 2005, o ‘enquadramento’ da cobertura que a grande mídia fez, tanto do governo Lula como do PT e de seus membros, expressava uma ‘presunção de culpa’, que, ao longo dos meses seguintes, foi se consolidando por meio de uma narrativa pró-

pria e pela omissão e/ou pela saliência de fatos importantes”.

A revista *Veja* foi ao ápice da manipulação. “Entre maio de 2005 e janeiro de 2006, foram pelo menos 20 capas sobre a crise, denúncias não comprovadas sobre o comportamento ilegal de familiares do presidente (filho e irmão), sobre dinheiro ilegal proveniente da Colômbia e de Cuba para as campanhas eleitorais do PT”, lembra Venício. Já o colunista Clóvis Rossi, da *Folha*, jogou o seu passado no lixo e encontrou “as digitais do PT” no assassinato do brasileiro Jean Charles em Londres, em setembro de 2005. No caso da Rede Globo, que estava dependente dos empréstimos do governo, ela deu sua cartada fatal na reta final da eleição de 2006, forçando o segundo turno – conforme comprovou a histórica reportagem de Raimundo Rodrigues Pereira.

Outra mídia é possível e urgente

As eleições no Brasil, assim como a derrota do “golpe midiático” na Venezuela ou a vitória de Evo Morales na Bolívia (contra 83% das notícias opostas a sua candidatura), revelam que esta infernal máquina de manipulação de “corações e mentes” não é imbatível. Estes resultados têm, inclusive, levado partidos de esquerda, movimentos sociais e novos governantes, alvos da fúria midiática, a refletirem sobre o papel estratégico a mídia na atualidade. Alguns governantes, mais ousados e refletindo a correlação de forças internas, adotam posturas para coibir a “liberdade de empresa”, que não se confunde com “liberdade de imprensa”, como caso da RCTV venezuelana.

No Brasil, o segundo mandato do governo Lula dá sinais de que acordou diante do poder desses monopólios. No primeiro, ele só fez ceder à ditadura midiática, com a ilusão de que poderia atraí-la ou neutralizá-la, como ficou patente na adoção do padrão japonês de TV digital, bem ao gosto da Rede Globo. Agora, o governo manifesta a intenção de construir uma forte rede pública de televisão, como contraponto à manipulação reinante, e insinua que poderá realizar uma conferência nacional para discutir a demo-

cratização dos meios de comunicação.

A pressão da ditadura miliática, porém, é violenta; já o governo continua sem nitidez de projeto, preso à lógica pragmática e conciliadora. Daí a importância da pressão da sociedade e da elaboração de plataformas visando a construir, com urgência, uma nova mídia, democrá-

tica e pluralista (vide plataforma da Comissão Nacional de Comunicação do PCdoB).

*Altamiro Borges é jornalista, secretário nacional de comunicação do PCdoB, editor da revista Debate Sindical e autor do livro **As encruzilhadas do sindicalismo** (Editora Anita Garibaldi).*

Plataforma Mínima

- 1) Defesa da liberdade de imprensa.
- 2) Participação ativa em todos os espaços voltados para debater e lutar pela democratização da mídia.
- 3) Denúncia do papel político que a mídia vem cumprindo, como partido do Capital, para fragilizar o governo.
- 4) Desenvolvimento de uma luta para que se debata no país a criação de um novo marco regulatório para as Comunicações no Brasil, que já enfrente os desafios postos pela convergência das plataformas.
- 5) Participação nas discussões em torno da implantação da TV Brasil, somando esforços para que se crie no país uma TV pública, com gestão democrática e autônoma frente ao governo, financiamento público.
- 6) Definição de critérios transparentes para a aplicação das verbas publicitárias governamentais, com base não só na audiência, mas na pluralidade de mídias, veículos, e público.
- 7) Luta pela garantia na regulamentação da implantação da TV Digital de espaços para o ingresso de novos atores sociais na produção de conteúdos.
- 8) Luta pela garantia de que em qualquer emissora de televisão se reserve um percentual de 30% na grade de programação para conteúdos de produção regional e independente, como forma de garantir maior pluralidade.
- 9) Desenvolvimento de uma campanha de elucidção da população sobre o processo de outorgas e concessões das rádios e TV's e o caráter público e não privado do espectro eletromagnético.
- 10) Participação no movimento das rádios comunitárias, lutando pelo seu reconhecimento e legalização.
- 11) Participação no movimento pela liberdade de uso e circulação do conhecimento que tem entre seus expoentes a campanha pelo software livre.

Comissão Nacional de Comunicação do PCdoB, São Paulo, 10 de agosto de 2007.

Revisitando sete teses sobre mídia e política no Brasil

O que está em jogo quando se trata das relações entre mídia e política é o processo democrático. As distorções de poder são provocadas pelo desequilíbrio histórico entre os sistemas privado, público e estatal e pela concentração da propriedade e a vinculação dos grandes grupos de mídia com oligarquias políticas

VENÍCIO A. DE LIMA

Vários pesquisadores, em diferentes instituições acadêmicas, têm se dedicado à pesquisa das relações entre mídia e política no Brasil, nos últimos anos. A literatura sobre o tema não pára de crescer, estimulada, sobretudo, pelo debate em torno da importância da mídia nos processos político-eleitorais retomado desde o fim do autoritarismo na segunda metade da década de 1980 (Rubim e Azevedo, 1998).

Este é um campo ainda não plenamente consolidado, na confluência entre a Ciência Política e os estudos da Comunicação, e onde várias concepções teóricas estão em disputa e coexistem interpretações conflitantes sobre a mesma realidade. Essa situação não se constitui em

privilégio das relações entre mídia e política no amplo espectro do conhecimento contemplado pelas Ciências Humanas e Sociais. De qualquer forma, pretende-se aqui apenas relacionar um conjunto de teses, coerentes com a perspectiva teórica que atribui à mídia importância fundamental nas sociedades contemporâneas, e que somente a continuada avaliação empírica poderá validar ou não.

Mídia e política

Uma das dificuldades teóricas no estudo das relações da mídia com a política tem sido a imprecisão conceitual. Termos como comunicação,

mídia e informação, por exemplo, são empregados sem que se faça a devida distinção entre aquilo que cada um deles significa e nomeia. Dessa forma, antes de apresentar nossas sete teses, é necessário explicitar com quais conceitos de mídia e de política estamos trabalhando.

No seu *Mídias sem Limite* (2003), o pesquisador Todd Gitlin, interessado, sobretudo, na mídia eletrônica, usa uma inteligente parábola para explicar o caráter abrangente da mídia. Reproduzo:

“Um fiscal de alfândega observa um caminhão aproximar-se da fronteira. Desconfiado, manda o motorista descer e revista o veículo. Retira painéis, pára-choques e estepe, mas não encontra nem traço de contrabando. E assim, ainda desconfiado, mas sem saber onde procurar mais, manda o motorista embora. Na semana seguinte, o mesmo motorista aparece. Novamente o fiscal revista tudo e, novamente, não encontra nada ilícito. Os anos passam, o fiscal experimenta revistar o próprio motorista, tenta raios-X, sonar, tudo em que consegue pensar, e toda semana o mesmo homem vem, mas nenhuma carga misteriosa jamais aparece e, todas as vezes, relutante, o fiscal manda o homem embora. Finalmente, depois de muitos anos, o fiscal vai se aposentar. O motorista chega.

– Sei que você é contrabandista – diz o fiscal. – Nem adianta negar. Mas não consigo imaginar o que você contrabandeou esses anos todos. Estou quase me aposentando. Juro que não vou prejudicar você. Por favor, me conte o que você está contrabandeando.

– Caminhões – diz o motorista”.

Quando falamos de mídia estamos nos referindo à indústria da cultura, isto é, às emissoras de rádio e de televisão (aberta e paga), aos jornais, revistas e ao cinema, portadores do que se chama de comunicação de massa. Ela é parte de nossas vidas da mesma forma que os caminhões para o fiscal de alfândega. E é por isso que quase não nos apercebemos dela e de sua importância.

A mídia – plural latino de *medium*, meio – é entendida aqui como o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para re-

alizar a comunicação humana. Vale dizer que a instituição mídia implica sempre na existência de um aparato tecnológico intermediário para que a comunicação se realize. A comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação *mediatizada*. Esse é um tipo específico de comunicação, realizado através de instituições que aparecem tardiamente na história da humanidade e constituem-se em um dos importantes símbolos da modernidade. Duas características da comunicação *mediatizada* são a sua unidirecionalidade e a produção centralizada, integrada e padronizada de seus conteúdos.

A política, por outro lado, em sua origem clássica, derivada da palavra grega *polis*, significa “tudo que diz respeito à cidade, o que é urbano, civil, público”. Historicamente, a idéia de Política está associada ao exercício do poder tanto na relação entre soberano e súditos, como entre governantes e governados, e entre autoridade e obediência.

Queremos salientar aqui o conceito de política associado à idéia de público.

Para justificar essa escolha vamos nos valer de um precioso artigo de Norberto Bobbio (1992), “A Democracia e o Poder Invisível”, publicado ainda em 1980. Embora preocupado em discutir aquilo que chama de “insucessos” (*sic*) da democracia, ele nos introduz no espaço conceitual da democracia como “governo do poder visível” ou como “governo do poder público em público” em oposição ao poder autocrático.

É preciso lembrar que há dois significados básicos para a palavra público. No primeiro, em oposição ao que é privado, público refere-se à coisa pública, ao Estado; no segundo, em oposição ao que é secreto, refere-se ao que é manifesto, evidente, visível. Podemos dizer, portanto, que a democracia é – em tese – o regime do poder visível da coisa pública. Dessa forma, a política, nas democracias, seria a atividade pública (visível) relativa às coisas públicas (do Estado). Neste texto, é assim que a política será entendida, como atividade eminentemente pública e visível nas democracias.

Explicitados os conceitos de mídia e de política com os quais vamos trabalhar, podemos passar agora à apresentação de nossas sete teses.

Sete teses

PRIMEIRA: a mídia ocupa uma posição de centralidade nas sociedades contemporâneas permeando diferentes processos e esferas da atividade humana, em particular, a esfera da política.

A noção de centralidade tem sido aplicada nas Ciências Sociais igualmente a pessoas, instituições e idéias-valor. Ela implica a existência de seu oposto, vale dizer, o periférico, o marginal, o excluído, mas, ao mesmo tempo, admite gradações de proximidade e afastamento. Pessoas, instituições e idéias-valor podem ser mais ou menos centrais.

Um pressuposto para se falar na centralidade da mídia (sobretudo a eletrônica) nas sociedades é a existência de um sistema nacional (network) consolidado de telecomunicações. Há relativamente pouco tempo, o Brasil não dispunha de uma mídia de alcance nacional. Embora a imprensa (jornais e revistas) exista entre nós desde o século XIX e o cinema e o rádio desde a primeira metade do século XX, por peculiaridades geográficas e históricas, só se pode falar em uma mídia nacional, a partir do surgimento das redes (*networks*) de televisão e isto já no início da década de 70 do século passado, portanto, há pouco mais de 30 anos.

Há, é verdade, transmissões de rádio (AM e OC) em rede desde a década de 1940 (a mais famosa continua no ar até hoje, a rede oficial *A Voz do Brasil*) e, pelo menos uma revista – *O Cruzeiro*, dos Diários e Emissoras Associadas – que circulava nacionalmente e chegou a ter uma tiragem de 550 mil exemplares na década de 1950. Mas essas experiências não caracterizam a produção e distribuição nacional, centralizada, integrada e padronizada de informações e entretenimento como se tem hoje, no início do século XXI.

Do ponto de vista político, o papel central da mídia, sobretudo da mídia eletrônica, em particular a televisão, foi inicialmente reconhecido pelo Estado militar durante o regime autoritário. Foram eles e seus aliados civis que – por razões, em primeiro lugar, de segurança nacional, e de

mercado, em segundo – criaram as condições de infra-estrutura física indispensáveis à consolidação de uma mídia nacional. E também os que primeiro fizeram uso político dela, não só com o recurso à censura, mas sobretudo com o apoio “conquistado” – explícito em muitos casos – das principais redes impressas e eletrônicas, algumas consolidadas durante o próprio período militar.

A maioria das sociedades urbanas contemporâneas pode ser considerada como “centrada na mídia” (*media centric*), pois a construção do conhecimento público que possibilita, a cada um de seus membros, a tomada cotidiana de decisões nas diferentes esferas da atividade humana não seria possível sem ela.

Um bom exemplo dessa centralidade é o papel crescente da mídia no processo de socialização e, em particular, na socialização política. A socialização é um processo contínuo que vai da infância à velhice e é através dele que o indivíduo internaliza a cultura de seu grupo e interioriza as normas sociais. Uma comparação da importância histórica de diferentes instituições sociais no processo de socialização revelará que nos últimos trinta anos, a família, as igrejas, a escola e os grupos de amigos vêm crescentemente perdendo espaço para a mídia.

Todavia, o papel mais importante desempenhado pela mídia decorre do poder de longo prazo que ela tem na *construção da realidade* através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito) etc – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia – em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado.

SEGUNDA: não há política nacional sem mídia.

A política nos regimes democráticos é (ou deveria ser) uma atividade eminentemente pública e visível. E a mídia – e somente ela – é que tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo.

Na verdade, a própria idéia do que constitui

um “evento público” se transforma a partir da existência da mídia. Antes de seu desenvolvimento, um “evento público” implicava em compartilhamento de um lugar (espaço) comum; co-presença; visão, audição, aparência visual, palavra falada; diálogo. Depois do desenvolvimento da mídia, um evento para ser “evento público” não está limitado à partilha de um lugar comum. O “público” pode estar distante no tempo e no espaço. Dessa forma, a mídia suplementa a forma tradicional de constituição do “público”, mas também a estende, transforma e substitui. O “público” agora é midiaticizado.

Essa nova situação provoca consequências imediatas tanto para quem deseja ser político profissional quanto para a prática da política. Isso porque (a) os atores políticos têm de disputar visibilidade na mídia; e (b) os diferentes campos políticos têm de disputar visibilidade favorável de seu ponto de vista.

TERCEIRA: a mídia exerce várias das funções tradicionais atribuídas aos partidos políticos.

No Brasil, embora a crise dos partidos seja tema de controvérsias, existe razoável consenso sobre a histórica inexistência de uma tradição partidária consolidada. Torna-se, assim, mais fácil o exercício pela mídia de algumas das tradicionais funções atribuídas aos partidos, como por exemplo:

- . *construção da agenda pública (agendamento);*
- . *geração e transmissão de informações políticas;*
- . *fiscalização das ações de governo;*
- . *exercício da crítica das políticas públicas; e*
- . *canalização das demandas da população.*

A ocupação desse espaço institucional pela mídia é apontada como uma das causas da crise generalizada dos partidos em diferentes sistemas políticos. Além disso, atribui-se à preferência da mídia pela cobertura jornalística dos candidatos e não dos partidos, uma crescente “personalização” da política e do processo político que estaria sendo representado como uma disputa entre pessoas (políticos) e não entre propostas políticas alternativas (partidos). Desta forma, o

espaço de atuação partidária estaria diminuindo cada vez mais (Wattenberg 1991, 1994).

Vale mencionar que muitas emissoras de rádio AM brasileiras se caracterizam por exercer o papel de canalizadoras das demandas populares através de programas comandados por radialistas, muitos dos quais têm se transformado, com sucesso, em políticos profissionais exercendo mandatos nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, no Congresso Nacional e ocupando cargos eletivos no Poder Executivo. Mais recentemente, o jornalismo de televisão também assume esse papel de canalizador de demandas através do chamado “jornalismo comunitário” que prioriza a cobertura das camadas populares nos grandes centros urbanos, negociando com o governo local em nome desse segmento da população e funcionando – permanentemente – como “grupo de pressão”.

É preciso registrar também que, muitas vezes, ao praticar um denunciamento vazio, a mídia brasileira acusa e condena publicamente, sem o devido julgamento, tanto pessoas como instituições e desempenhando assim, indevidamente, uma função específica do Poder Judiciário.

QUARTA: a mídia alterou radicalmente as campanhas eleitorais.

É necessária aqui uma observação preliminar. Nas campanhas para prefeito e vereador só existe o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral na TV naqueles municípios com geradoras de televisão. Nas eleições de 2004, eles eram apenas 185 dos 5559 municípios brasileiros, representando cerca de 40% do eleitorado nacional. Neles, as campanhas locais são, na verdade, “contaminadas” pelas campanhas das cidades vizinhas. Essa é uma das razões – não a única – pelas quais nossa tese se refere às eleições presidenciais e às eleições regionais majoritárias.

A comparação, ainda que incompleta, entre as condições de realização das eleições diretas para Presidente da República em 1960 e 1989 – a última e a primeira realizadas pelo Brasil antes e depois dos anos de autoritarismo – ajuda a ilustrar essa tese.

Como o candidato a presidente, de um parti-

do ou coligação de partidos, se *comunicava* com os eleitores em 1960? A imprensa e o rádio eram locais e a TV apenas engatinhava. A propaganda eleitoral era garantida através do acesso pago dos candidatos ao rádio mediante tabela de preços igual para todos, nos noventa dias anteriores à eleição. Não havia disciplina legal para o acesso à TV, até porque as estimativas disponíveis dão conta de que nesse ano existiam apenas cerca de 100 mil aparelhos no Rio e em São Paulo. Os debates entre candidatos, promovidos e transmitidos pelo rádio e pela TV durante as campanhas eleitorais, ainda não eram instituídos. O marketing eleitoral era um conceito embrionário. O sucesso de uma campanha eleitoral dependia, em boa medida, do contato direto do candidato com os eleitores. Isso era feito através de inúmeras e constantes viagens, visitas e comícios em centenas de cidades do país. Como o candidato dependia de suporte local nas cidades a serem visitadas, a organização e a estrutura partidárias tornavam-se de importância fundamental. Outro recurso era as viagens e visitas de correligionários políticos.

Os partidos/coligações partidárias e as demais organizações políticas exerciam a função de mediadores entre o candidato e os eleitores. Além disso, constituíam-se, para o eleitor, em fonte primeira de informações sobre o candidato e seu programa de governo. Através dessas instituições e da distribuição de cartazes, faixas, medalhas, distintivos, *santinhos* etc os candidatos buscavam definir a agenda da campanha e *construir* a sua imagem junto aos eleitores.

Vamos pensar a mesma questão em 1989. Como os candidatos a presidente da República se comunicaram com os eleitores? Na verdade, as condições de 1989 se alteraram tanto em relação às de 1960 que a vitória de Collor fez parte de uma ampla estratégia de marketing político-eleitoral que incluiu a criação – e até mesmo a alteração do nome – de um partido político. A execução dessa estratégia se iniciou muito antes da homologação final da candidatura por um partido. Embora a legislação expressamente proíba a utilização do espaço de divulgação dos partidos na mídia para fins outros que não a difusão do programa partidário, historicamente

ele tem sido utilizado para teste e consolidação de eventuais candidaturas, como foi o caso na eleição de 1989.

Dessa forma, a comunicação com os eleitores se transformou inteiramente. Consultores, assessores profissionais e empresas especializadas em marketing eleitoral assumiram posição estratégica na definição e *formatação* das próprias mensagens dos partidos e/ou candidatos para os seus eleitores potenciais. Os custos financeiros das campanhas se tornaram astronômicos.

Os eventos políticos (convenções partidárias, comícios, debates, inaugurações, visitas, viagens, pronunciamentos públicos etc) passaram a ser planejados como *eventos para a TV*. O contato direto foi substituído pelo contato *mediado* pela *mídia* eletrônica. O mesmo ocorreu com relação às fontes de informação dos eleitores. Segundo pesquisas da DataFolha, 86% dos entrevistados em 1989 e 89% em 1990 tomaram conhecimento sobre os acontecimentos políticos através da TV.

QUINTA: a mídia se transformou, ela própria, em importante ator político.

As empresas de mídia são hoje atores econômicos fundamentais como parte de grandes conglomerados empresariais articulados em nível global. Além disso, pelo poder emanado de sua capacidade única de produzir e distribuir capital simbólico e pela ação direta de seus concessionários e/ou proprietários, se transformaram também em atores com interferência direta no processo político. Os “escândalos políticos midiáticos”, de que tratamos acima, constituem um exemplo dessa transformação e o caso da Rede Globo de Televisão, ao longo de mais de 40 anos, será objeto de nossa atenção especial adiante.

Para ilustrar nossa quinta tese utilizaremos um exemplo também envolvendo a Rede Globo de Televisão como grupo empresarial comprometido com a divulgação de eventos esportivos. O fato se passou entre o primeiro e o segundo turnos das eleições municipais de São Paulo, em 2004.

Para garantir seus interesses e os de seus patrocinadores, a Rede Globo fez um acordo, in-

mediado pela própria Justiça Eleitoral, com os dois partidos políticos envolvidos no segundo turno da eleição para prefeito de São Paulo. Esse acordo suspendeu a transmissão do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral na televisão – não só na Rede Globo, mas também nas demais concessionárias de televisão da cidade – nos dias de treino (isso mesmo, *treino*) do Grande Prêmio Brasil de Fórmula Um que seria realizado na cidade em 24 de outubro de 2004.

O fato foi descrito – e comentado – com propriedade, em pequena matéria publicada por Nelson de Sá em sua coluna “Toda Mídia”, sob o título “O acordo”, na *Folha de S. Paulo* de 21 de outubro de 2004, p. A-14.

“Entrou no final da tarde de ontem, no site da Globo Online, pequena nota informando, sob o curioso título ‘TVs não transmitirão propaganda eleitoral em dia de treino do Grande Prêmio do Brasil’:

- O acordo foi pedido pela Rede Globo de Televisão. Ele foi mediado pela Justiça Eleitoral com os partidos que concorrem no segundo turno, PT e PSDB.

É um acordo que ‘libera todas as emissoras de transmitir o horário eleitoral’, não apenas a Globo, insistiu a nota.

SBT, Band e demais nem terão que veicular, como a Globo, ‘um vídeo de cinco minutos para cada candidato, entre 11h50 e 12h15’, é claro que ‘respeitando a ordem do horário eleitoral’.
(...)

Na piada que corre: no Brasil, a televisão não é concessão do Estado, o Estado é que é uma concessão da televisão”.

SEXTA: as características históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializam o seu poder no processo político.

O Brasil optou, ainda na década de 30 do século passado, pelo chamado “*trusteeship model*”, isto é, entregar o setor de radiodifusão, prioritariamente, à exploração comercial da empresa privada, através de concessões da União. Somente em 1998, a nova Constituição fala em *complementaridade* entre os sistemas privado,

público e estatal (Artigo 223) e, mesmo assim, a norma nunca foi regulamentada e não teve qualquer eficácia.

Historicamente o setor tem tido uma regulação que incentiva, sem restrições, o desenvolvimento da radiodifusão privada e comercial e, nas últimas décadas, apesar de radicais mudanças tecnológicas, suas principais normas legais não foram atualizadas. Na verdade, apesar da evidente necessidade de um novo e abrangente marco regulatório, o setor permanece regido por um Código do início da década de 60 do século passado (Lei 4.117 de 27/8/1962), totalmente desatualizado.

A legislação do setor, além de desatualizada, não é uniforme. Se, por um lado, a Constituição Brasileira reza, desde 1988, que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio” (Parágrafo 5º do Artigo 220), por outro, normas legais mais recentes, como, por exemplo, a Lei da TV a Cabo, por intenção expressa do legislador, não incluíram dispositivos que limitassem ou controlassem a concentração da propriedade.

A tibieza legal fez com que uma das características identificadoras da radiodifusão brasileira fosse a ausência de restrições efetivas à propriedade cruzada, isto é, à possibilidade de que um mesmo grupo empresarial controle jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão em um mesmo mercado. Isso fez com que a radiodifusão se estabelecesse oligopolisticamente no nosso país. Os maiores concessionários de emissoras de rádio foram os grupos já proprietários de jornais. O mesmo aconteceu com as concessões de televisão. Dessa maneira se formaram os maiores grupos de mídia nacionais e regionais no Brasil resultando num sistema de mídia concentrado e controlado por um reduzido grupo de empresas. Os principais exemplos são os Diários e Emissoras Associadas, até a metade do século passado e as Organizações Globo, a partir da década de 1970.

Consolidou-se, portanto, entre nós um sistema de mídia concentrado, liderado pela televisão e, em boa parte, controlado por grupos familiares vinculados às elites políticas regionais e locais. Essas características específicas é que fazem com que, no Brasil, o poder da mídia as-

suma, potencialmente, proporções ainda maiores do que em outros sistemas políticos.

SÉTIMA: as características específicas da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral.

Segundo a terceira pesquisa realizada pelo Instituto Paulo Montenegro a cada dois anos, sobre analfabetismo funcional (http://www.ipm.org.br/an_ind.php), divulgada em setembro de 2005, apenas 26% dos brasileiros entre 15 e 64 anos têm domínio pleno das habilidades de leitura e escrita, vale dizer, somente 1 (um) em cada 4 (quatro) consegue entender as informações de textos mais longos e relacioná-las com outros dados. Além disso, a pesquisa constatou que 30% dos brasileiros podem ser considerados analfabetos funcionais ou “alfabetizados rudimentares”, isto é, pessoas com esse nível de leitura não conseguiriam entender as orientações de um médico passadas por escrito. Esses dados praticamente não se alteraram nos 6 anos em que a pesquisa é feita.

Entretanto, pela pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi, em junho de 2006, 58% dos entrevistados declaram ter a televisão como sua principal fonte de informação política. Os familiares e os amigos – que também se expõem à televisão – vêm em segundo lugar com 18%. Só depois vêm os jornais com 7%, o rádio com 6% e os colegas de trabalho com 4% (Cf. *Carta Capital* n. 400 de 5/7/2006, p. 26).

Considerando que 90,3% dos domicílios brasileiros possuem pelo menos um aparelho de televisão (PNAD 2004), podemos inferir que a grande maioria de nossa população (e de nossos eleitores) vive uma situação paradoxal de exposição à mídia: “saltou” de uma condição pré-gutenbergiana para outra, totalmente diferente, da sofisticação das imagens do mundo da televisão.

Ao contrário de nações, com populações quase totalmente alfabetizadas e que tiveram como seu primeiro “produto” cultural de massa os livros-de-bolso, a grande maioria de nossa população continua sem o domínio da leitura e da escrita, mas convive com as imagens da tele-

visão, para entretenimento e informação.

Esses dados não significam que inexistem formas alternativas à grande mídia, sobretudo à televisão, de se comunicar com a população. Elas existem. Apesar disso, as características específicas de nossa população e, sobretudo, o seu padrão de exposição à mídia, potencializam ainda mais sua centralidade e o seu poder, em relação ao processo político e, em particular, ao processo eleitoral.

Observações finais

Explicitadas as sete teses sobre a relação da mídia com a política no Brasil, é preciso lembrar que elas não devem ser consideradas como imutáveis, mas, pelo contrário, como permanentemente sujeitas às condições históricas concretas de nossa sociedade.

Um erro comum é acreditar na eterna onipotência da mídia. Em outra ocasião (Lima, 2004c) tentamos mostrar como existe sempre a possibilidade de ações contra-hegemônicas que – umas com mais sucesso, outras com menos – enfrentam o enorme poder da mídia.

Dois casos exemplares: a resistência do presidente Lula e de seu governo durante a crise política de 2005-2006 e a reeleição de Lula em 2006. Apesar de uma narrativa adversa unânime da grande mídia, Lula e seu governo mantiveram altos índices médios de aprovação popular. Fatores como a organização da sociedade civil e, sobretudo, a comunicação direta mantida pelo presidente com parte significativa da população através de viagens, discursos e de um programa semanal de rádio “sem edição” – o *Café com o Presidente* da Radiobras – certamente exerceram um contraponto importante ao discurso hegemônico da grande mídia. Da mesma forma, durante a campanha eleitoral de 2006 o descolamento da opinião da grande mídia da opinião pública e a realidade concreta vivida pela maioria da população formam fatores na “derrota” da grande mídia.

Outro aspecto a ser lembrado é o momento de transição por que passam a política e a mídia.

A transição na Política tem sua origem tanto no processo chamado de globalização como na

“projeção de um novo credo, centrado no indivíduo aquisitivo, na hipervalorização do mercado e do econômico, no cidadão como consumidor” (Nogueira, 2001). Como consequência há um deslocamento da política para novos territórios (des-territorialização) e um questionamento dos Estados nacionais *vis á vis* as empresas transnacionais e os organismos internacionais. Vive-se um momento de transição e incertezas com reflexos concretos na atividade política.

Já a grande mídia – tanto impressa como eletrônica – não só no Brasil, mas em todo o mundo, além do avanço acelerado de novas tecnologias como a internet, do surgimento dos *blogs* e da próxima digitalização da radiodifusão, sofre um processo de distanciamento crescente com o seu público. E, neste caso, é difícil não falar em “crise de credibilidade”.

O colunista Luís Nassif, em artigo na *Folha de S. Paulo*, argumentando que a mídia não está preparada para os novos tempos em que se exige dela “estabelecer parâmetros” para avaliar a avalanche de informações disponíveis, escreveu: “Chega-se ao final de um ciclo, que começou com a campanha do impeachment, que derrubou um presidente, e termina com a do mensalão, que não foi

capaz de abalar a popularidade de outro presidente. O exercício do jornalismo precisa ser urgentemente repensado. E não se trata de um problema de forma. É de fundo, de conteúdo”.

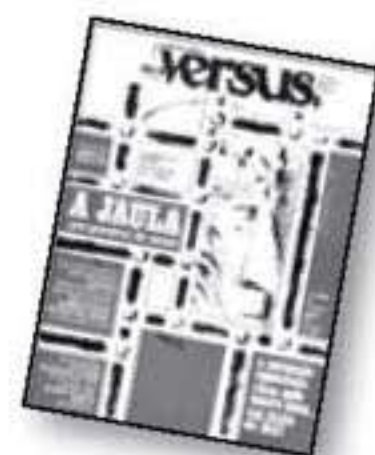
Acima de tudo, é preciso lembrar sempre: o que está realmente em jogo quando se trata das relações entre mídia e política é o processo democrático. As distorções de poder provocadas pelo desequilíbrio histórico entre os sistemas privado, público e estatal (de radiodifusão); pela concentração da propriedade – em boa parte provocada pela ausência de normas que impeçam a propriedade cruzada – e a vinculação dos grandes grupos de mídia com oligarquias políticas regionais e locais, são alguns dos problemas que impedem a democratização da nossa mídia. E sem ela não haverá diversidade e pluralidade de informações, vale dizer, opinião pública autônoma e, portanto, democracia plena.

Venício A. de Lima é sociólogo, jornalista e publicitário. Mestre, doutor e pós-doutor em Communications pela University of Illinois at Urbana-Champaign. É também pós-doutor pela University of Miami/Ohio. Professor titular de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília (aposentado).

Referências

- BOBBIO, N. (1992). *O Futuro da Democracia – em defesa das Regras do Jogo*. São Paulo: Paz e Terra.
- GITLIN, T. (2003). *Mídias sem Limite – como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LIMA, V. A. de (2006). *Mídia: crise política e poder no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- LIMA, V. A. de (2007), (organizador). *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- LIMA, V. A. de (2004b). *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2ª edição.
- LIMA, V. A. de (2004c). “Os ‘Cenários de Representação’ e a Política”, in A. A. C. Rubim (org.) *Comunicação e Política – Conceitos e Abordagens*. Salvador/São Paulo: UFBA/UNESP, pp. 9-40.
- MIGUEL, L. Felipe (2002). “A mídia ausente: o relato da História do Brasil”, in idem, *Política e Mídia no Brasil*. Brasília: Plano, pp. 117-126.
- NOGUEIRA, M. A. (2001). *Em Defesa da Política*. São Paulo: Editora SENAC.
- PONTE PRETA, S. (1983). *A velha contrabandista* in Coleção “Para gostar de ler”. São Paulo: Ática, volume 8, p. 17.
- RUBIM, A. A. C. (2002). “Visibilidades e estratégias nas eleições presidenciais de 2002: política, mídia e cultura”, in RUBIM, A. A. C. (org.) *Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil*, Salvador/São Paulo: CULT/Hacker.
- RUBIM, A. A. C. e AZEVEDO, F. A. (1998). “Mídia e Política no Brasil” in *Lua Nova-Revista de Cultura e Política*, n. 43, pp. 189-216.
- SIEBERT, F. S. et alii (1956). *Four Theories of the Press*. Urbana, IL: U. of Illinois Press.
- THOMPSON, J. B. (1998). *A Mídia e a Modernidade – uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- WATTENBERG, M. P. (1994). *The Decline of American Political Parties (1952-1992)*. Cambridge: Harvard University Press.
- WATTENBERG, M. P. (1991). *The rise of candidate-centered politics*. Cambridge: Harvard University Press.
- WRIGHT, C. R. (1975). *Mass Communication - A Sociological Perspective*. New York: Random House. Second Edition.

Alternativos: imprensa de resistência



JOSÉ CARLOS RUY

Nossa imprensa popular tem tradição. Ela cresceu e se fortaleceu na luta social. Sob a ditadura militar de 1964, jornais como *O Pasquim*, *Opinião* e *Movimento* tiveram papel decisivo para desmascarar os governos dos generais e mobilizar a oposição democrática. Por isso, enfrentaram a censura e até mesmo bombas contra bancas de jornais, e muitos de seus jornalistas e colaboradores foram presos

A imprensa popular – e política – tem uma tradição muito antiga no Brasil. A publicação de jornais em nosso país vai comemorar, no ano que vem, 200 anos: foi em 10 de setembro de 1808 que apareceu a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal brasileiro, que publicava documentos oficiais, notícias das cortes europeias e elogios ao príncipe regente D. João e seus familiares.

Mas foi nas lutas pela Independência e por sua consolidação que os jornais proliferaram – o pioneiro foi o *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, publicado em Londres e pró-independência, que circulou entre 1808 e 1822.

Era uma imprensa basicamente artesanal, exemplo daquilo que os norte-americanos chamam de *one man one paper* (“um homem, um jornal”), onde o responsável pela publicação escrevia, imprimia (ou responsabilizava-se diretamente pela impressão) e cuidava da circulação e das vendas. Alguns exemplos do engajamento político daquela imprensa que nascia são o *Tamoio*, de José Bonifácio, desenvolvimentista, como se diria hoje (1823); o liberal *Reverbero Constitucional Fluminense*, de Gonçalves Ledo (1821-1822); as várias *Sentinelas da Liberdade*, de Cipriano Barata, federalistas (1823 a 1835, em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, muitas vezes da prisão); o republicano *Correio do Rio de Janeiro*, de João Soares Lisboa (1822-1823); o federalista *Typhis Pernambucano*, de Frei Caneca (1823-1824).

Eram quase sempre ácidos, mais opinativos do que informativos, feitos para influir no debate político.

Imprensa popular

Já naquela época surgiram publicações com uma coloração de esquerda, como o pioneiro *O Socialista da província do Rio de Janeiro* (Niterói, 1845), inspirado nas idéias de Charles Fourier; em 1846, surgiu em Pernambuco a revista *O Progresso*, de inspiração semelhante; ainda em Pernambuco, em 1847 foi lançado *O Proletário*. São apenas dois exemplos de uma lista de jornais que, mesmo muitas vezes efêmeros, foram defensores do progresso social no Brasil.

Mais tarde, começou a aparecer uma fértil imprensa operária. Só para o período entre 1880 e 1920 a pesquisadora Maria Nazareth Ferreira contou 343 jornais, a maioria deles em São Paulo (149) e Rio de Janeiro (100). Um dos principais foi a *A Voz do Trabalhador* (1908), da Confederação Operária do Brasil (COB). Outros títulos podem ser citados: *Echo Popular* (1890), no Rio de Janeiro; *A Questão Social* (1896), em Santos (SP), considerada a primeira publicação marxista brasileira; *Echo Operário*, em Porto Alegre (1901); *Gazeta Operária* (1902), no Rio de Janeiro; *Avanti* (1902), em São Paulo, publicado no idioma italiano dos migrantes recém-chegados; *A Lanterna*, de São Paulo (1902) que, em sua segunda fase (1909-1912), foi dirigida por Edgard Leuenroth; *Terra Livre*, de 1905, também dirigida por Edgard Leuenroth (Maria Nazareth Ferreira, o escritor anarquista Edgard Rodrigues e o historiador Edgard Carone publicaram listas extensas com os títulos, datas de lançamento e local de circulação destes jornais).

Antes de 1930 houve também uma florescente imprensa negra. Um dos primeiros foi *O Bandeirante* (1910), publicado em Campinas, São Paulo. Entre muitos títulos, podem ser lembrados *O Menelick* (1912), em São Paulo; *O Alfinete* e *A Liberdade*, em São Paulo (1918); em

1924, surgiu o importante *O Clarim da Alvorada* (1924), em São Paulo.

A década de 1920 assiste a transformações importantes no Brasil. A luta da pequena burguesia, principalmente dos jovens oficiais das Forças Armadas, e do proletariado contra a já velha república dos coronéis era intensa; naquele contexto surgiu o Partido Comunista do Brasil, em 25 de março de 1922, e com ele nasceu a imprensa comunista. Inicialmente, com a revista *Movimento Comunista* (1921-1923); depois veio *A Classe Operária* (1º de maio de 1925). E,

no Rio de Janeiro, entre 3 de janeiro e 11 de agosto de 1927, o Partido fez sua primeira experiência com um diário: um acordo com Leônidas de Resende, proprietário de *A Nação*, deu aos comunistas o controle do jornal.

A partir de 1930 – e principalmente de 1935 – a repressão política contra os comunistas e o movimento dos trabalhadores aumentou, e poucos jornais operários e populares sobreviveram – entre eles *A Classe Operária*, que passou a ser publicada nas duras condições da clandestinidade.

Uma imprensa avançada só voltou a circular abertamente na redemocratização de 1945. O Partido Comunista do Brasil construiu então uma extensa rede de diários. O primeiro foi a *Tribuna Popular*, que surgiu em maio de 1945, no Rio de Janeiro. Depois vieram *O Momento* (Bahia), *Hoje* (São Paulo), *Folha do Povo* (Pernambuco), *A Tribuna Gaúcha* (Rio Grande do Sul), *Folha Capixaba* (Espírito Santo), *Estado de Goiás* (Goiás), *O Democrata* (Ceará), *Jornal do Povo* (Minas Gerais), *Jornal do Povo* (Paraíba), *Folha Popular* (Rio Grande do Norte), *Tribuna do Povo* (Maranhão), *Jornal do Povo* (Sergipe), *Tribuna do Sul* (Ilhéus, Bahia), *A Luta* (Amazonas), *Jornal do Povo* (Paraná), *O Democrata* (Cuiabá), *Tribuna do Povo* (Uberlândia, Minas Gerais). Eles formavam a segunda maior rede de jornais no país, atrás apenas dos Diários Associados, de



Assis Chateaubriand.

O período de quase vinte anos entre a redemocratização de 1945 e o golpe militar de 1964 foi marcado pelo intenso debate sobre os rumos do país, a superação do subdesenvolvimento e a afirmação nacional soberana. Ele envolveu um conjunto de publicações progressistas, como *O Semanário*, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); *O Panfleto* (ligado ao PTB bri-zolista); *Brasil Urgente* (da esquerda católica); *Binômio*, em Minas Gerais, criado em 1952 por José Maria Rabelo, fechado em 1964. *A Manhã*, do jornalista comunista Aparício Torelli, conhecido como Barão de Itararé, já havia circulado entre 1926 e 1936, e voltou às bancas entre 1946 a 1958, com seu humor ferino e sua crítica política e social certa.

A imprensa comunista se manteve mesmo sob a forte repressão do governo do marechal Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). Muitos de seus jornais mudaram de nome para sobreviver; a *Tribuna Popular* virou *Imprensa Popular*, *Hoje*, de São Paulo, adotou o nome de *Notícias de Hoje*, a *Folha do Povo*, de Pernambuco, onde a repressão foi muito forte, transformou-se em *A Luta*, depois em *O Popular* e, novamente, em *Folha do Povo*. Em 1949 o Partido Comunista do Brasil deixou de publicar a tradicional *A Classe Operária*, substituída por *Voz Operária* que, por sua vez, foi trocada por *Novos Rumos* em 1959. Com a reorganização do Partido, em 1962 – clímax da luta de idéias entre duas correntes na direção do partido, a revolucionária e outra revisionista e reformista – o PCdoB voltou a publicar *A Classe Operária*.

Nessa época havia também outras publicações ligadas ao movimento social, como a revista *O Movimento*, da UNE, e o jornal *Ligas*, das Ligas Camponesas, que circularam até 1964. Com a reorganização da UNE, no final da ditadura militar, e com a redemocratização de 1985, *O Movimento* voltou a ser editada.

Imprensa alternativa

Com o golpe militar de 1964 as publicações progressistas ou de esquerda passaram a ser perseguidas e censuradas, e muitos deixaram de circular.

Mas havia algumas brechas, através das

quais surgiu aquilo que, na época, foi chamado de imprensa “nanica”, “independente”. Ou “alternativa”, porque é “alternativa ao sistema econômico capitalista”, como definiu o decano do jornalismo popular no Brasil, Raimundo Rodrigues Pereira, em entrevista à TV Câmara (3 de julho de 2005).

Essa imprensa teve papel de relevo na luta contra a ditadura. Veículos humorísticos e de crítica de costumes, como *O Pasquim*, ajudaram a corroer a legitimidade dos governos militares. Outros foram órgãos de informação e também de mobilização e de identificação as pessoas que discordavam da ditadura, como *Opinião* e, principalmente, *Movimento*.

O primeiro periódico desta série foi *Pif Paf*, de Millor Fernandes, que apareceu em maio de 1964. Durou apenas quatro meses e oito números, desafiando a ditadura com irreverência e humor.

Foi uma antecipação d’*O Pasquim*, que surgiu em junho de 1969 e foi um sucesso imediato, logo transformado em veículo do descontentamento contra a ditadura e já em fevereiro de 1970 vendia 235 mil exemplares em banca em todo o país. Em novembro daquele ano, toda a equipe do jornal foi presa por dois meses na Vila Militar, no Rio de Janeiro, acusados de “atividades públicas que atentam contra a Lei de Segurança Nacional”.

Entre a publicação de *O Pasquim* (1969) e de *Opinião* (1972), surgiram alguns jornais de curta duração e pequeno impacto. Um deles foi *Fato Novo*, ligado a militares nacionalistas vinculados ao general Albuquerque Lima, que chegou a disputar a candidatura a Presidência da República na sucessão do general Costa e Silva. Outro foi *Politika*, também nacionalista, dirigido pelo jornalista Sebastião Nery. Em São Paulo, em 1967, surgiu o jornal *Amanhã*, mais à esquerda, ligado aos estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, editado por Raimundo Pereira e Antonio Carlos Ferreira, com apoio de dirigentes estudantis como Aldo Arantes e José Dirceu.

Opinião, que começou a circular em novembro de 1972, foi idealizado por Fernando Gasparian, um nacionalista; ele era um grande empresário, representante – diz Raimundo Pereira – das forças depostas pelo golpe militar, tendo

sido o único dirigente sindical patronal a ser cassado pelos militares, lembra.

Convidado por Gasparian para dirigir o jornal, Raimundo Pereira reuniu um grupo de profissionais nacionalistas, democratas, e de intelectuais que, embora derrotados pelo regime, não desistiram da luta. *Opinião* chegou a vender tanto quanto *Veja*, do número 1 ao 23. Nesta edição, com a cobertura da morte sob tortura do estudante paulista Alexandre Vanuchi, vendeu 38.700 exemplares em banca, lembra. Nessa época *Veja* vendia 40.000.

Quando o general Ernesto Geisel assumiu a presidência da República, em 1974, surgiram fortes divergências na oposição, e muitos viam o novo governo com boa vontade, confiantes na política de "abertura" que ele anunciava.

Elas se refletiram na equipe de *Opinião*, onde um grupo encarava o general como um nacionalista e mesmo democrata. Outro grupo queria uma saída mais popular e avançada para a crise.

As divergências cresceram e, no final de 1974, o grupo de jornalistas liderado por Raimundo Pereira saiu do jornal. Foram para São Paulo, onde iniciaram o movimento para fundar outro, de oposição mais radical e popular. Começava a nascer o jornal *Movimento*, que começou a circular em julho de 1975. Seu programa refletia a opção por uma frente oposicionista mais à esquerda. Ele consistia, lembra seu editor, em apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana; descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira; acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas, pela melhoria da qualidade de vida da população; contra a exploração do país por interesses estrangeiros; pela divulgação dos reais valores artísticos e culturais do povo; pela defesa de nossos recursos naturais e por sua exploração

planejada em benefício da coletividade.

O primeiro número de *Movimento* vendeu 21 mil exemplares em banca. Oscilou muito até chegar a quatro mil em fevereiro de 1978. Na crise da sucessão de Geisel, nesse ano, passou de 18 mil exemplares e a edição "Mar de Lama" (outubro de 1978) vendeu mais de 20 mil. Voltou a cair outra vez, chegando a sete mil semanais em fevereiro de 1980. No final, no segundo semestre de 1981 – em consequência de atentados terroristas da direita contra bancas que vendiam jornais alternativos – a venda chegou a 3.600 por semana, dando o golpe final na existência do jornal.

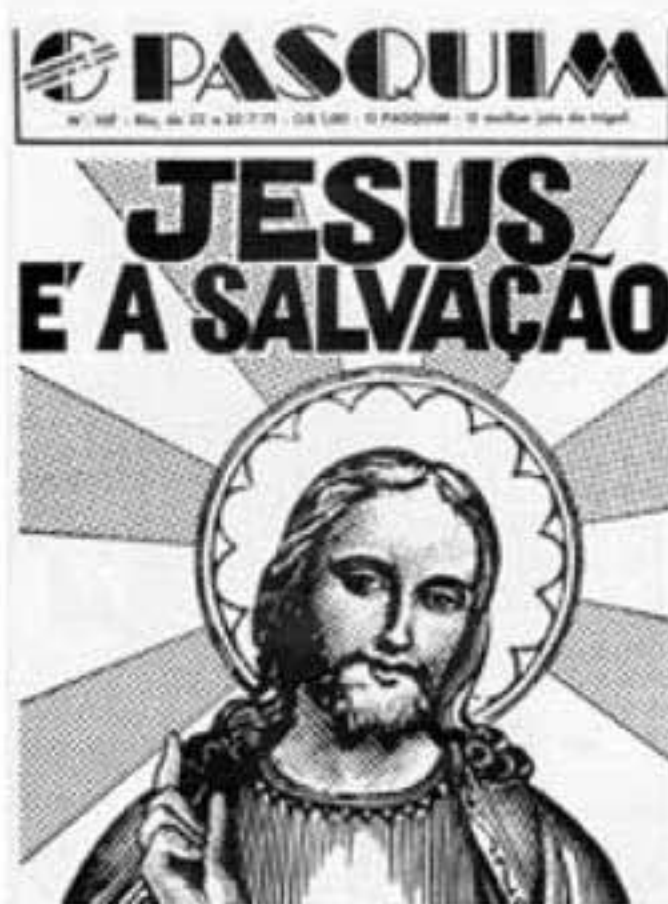
Quando a última edição de *Movimento* (a edição número 334) circulou, em 23 de novembro de 1981, o Brasil estava no limiar de uma etapa nova, fruto da luta contra a ditadura da qual o jornal foi protagonista de destaque. A ditadura se desfazia; os estudantes, em 1977, e os trabalhadores, em 1978, voltaram a se movimentar, derrotando o projeto de distensão "lenta e gradual" dos militares. O movimento popular crescia, fortalecido pela Anistia de 1979 que trouxe de volta líderes

oposicionistas como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luis Carlos Prestes, João Amazonas, e tantos outros, que estavam exilados ou na clandestinidade.

Aos poucos, no quadro de crescimento da luta oposicionista, os partidos de esquerda, embora ainda ilegais, voltaram a atuar. E logo passaram a publicar seus jornais, cujo número se multiplicou desde então.

A imprensa alternativa característica da luta contra a ditadura militar chegou a abranger cerca de 160 jornais que surgiram na década de 1970, quase todos muito frágeis, que não conseguiram completar um ano de existência. E poucos sobreviveram à ditadura militar que ajudaram a combater.

Foram jornais como *Pato Macho* (Rio Grande



do Sul, 1971), *Ex* (São Paulo, 1974), *De Fato* (Minas Gerais, 1975), *Versus* (São Paulo, 1975), *Coojornal* (Rio Grande do Sul, 1975); *Posição* (Espírito Santo, 1976), *Informação* (Rio Grande do Sul, 1976); *Repórter* (Rio de Janeiro, 1977), *Em Tempo* (São Paulo, 1977). Sua proliferação foi um reflexo seguro do avanço do movimento popular.

Depois da anistia, a imprensa popular começou a mudar de caráter, mudança sinalizada pelo reaparecimento, para o público, dos jornais dos partidos de esquerda. O primeiro foi *O Trabalho* (abril de 1978), da Organização Socialista Internacionalista (OSI), trotskista. Em seguida, veio *Convergência Socialista* (julho de 1978), ligado à Tendência Bolchevique, outra corrente trotskista. Depois vieram *Companheiro* (abril de 1979), do Movimento de Emancipação do Proletariado; *Tribuna da Luta Operária* (setembro de 1979), jornal de massas do Partido Comunista do Brasil; *Hora do Povo* (outubro de 1979), do Movimento Revolucionário 8 de Outubro; *Voz da Unidade* (dezembro de 1979), do Partido Comunista Brasileiro.

A luta contra a censura

A investida da repressão contra a imprensa oposicionista assumiu vários aspectos. Variou desde a prisão, como ocorreu com a equipe d'*O Pasquim* em 1970 e inúmeros outros jornalistas e militantes da imprensa popular e democrática. A repressão chegou a assassinar responsáveis por publicações ilegais, como Carlos Danielli, editor d'*A Classe Operária*, do PCdoB, morto sob tortura em 1972. Usou também o sufoco econômico, a censura e mesmo o ataque a bombas contra bancas de jornal que vendiam estes jornais. Um exemplo do sufoco econômico foi relatado pelos editores do *Coojornal*: agentes da Polícia Federal pressionaram para deixarem de apoiar o jornal.

Mas a censura foi um instrumento permanente. Ela atingiu quase toda a imprensa, só deixando de fora as publicações que colaboravam com o regime. Na grande imprensa, ficaram famosas as receitas de bolo e os trechos d'*Os Lusíadas*, de Luís de Camões, com que *O Estado de S. Paulo* indicava que as matérias foram censuradas. Ou as figuras de diabinhos usadas por Mino Carta, na época o diretor de *Veja*.

Entre os alternativos a censura foi severa. Durou mais tempo. Na maioria dos jornais e revistas ela foi suspensa em 1975, mas em *Movimento*, *O São Paulo* (da arquidiocese de São Paulo) e *Tribuna de Imprensa* (Rio de Janeiro), durou até junho de 1978.

Houve também frequentes apreensões de edições, atingindo *O Pasquim*, *Opinião*, *Movimento* e *Repórter*, com fortes prejuízos financeiros.

Quase sempre o censor atuava na própria redação. Mas no caso de *O Pasquim*, *Opinião* e *Movimento* a censura devia ser feita na sede da Polícia Federal, em Brasília, criando dificuldades editoriais quase intransponíveis. *Movimento* é um exemplo do furor censório da ditadura. O jornal já nasceu sob a censura prévia, desde o número zero (aquele que não vai para as bancas mas é distribuído para apoiadores e amigos do projeto, anunciando o que será a publicação). Raimundo Pereira lembra que a censura demorava cerca de dois dias para liberar os "restos" do jornal, aprovados para publicação. "Isso acabou com a atualidade e a venda do jornal na mesma proporção da quantidade que era cortado", lembra.

Quando a censura foi suspensa, em junho de 1978, os prejuízos acumulados chegavam a 18,6 milhões de cruzeiros em três anos de proibições. Esse era o valor de 11923 salários mínimos da época (1.560 cruzeiros); atualizado pelo valor do salário mínimo, hoje seria de 4,5 milhões de reais. Nesse período foram vetados 3093 artigos na íntegra, alcançando 4,5 milhões de palavras, e 3162 ilustrações.

A gravidade do terrorismo contra as bancas de jornal que vendiam as publicações alternativas pode ser medida pela queda nas vendas desses jornais. Ele começou em julho de 1980, e várias bancas foram incendiadas. Em consequência, quase a metade das bancas passaram a recusar estas publicações, cujas vendas despencaram, do *Em Tempo*, que teve queda de 40%, a *O Pasquim*, com 70%. *Movimento* perdeu 52% de sua venda em banca e 27% de sua receita.

Foi o golpe final em uma imprensa de resistência cujo papel histórico dava também sinais de esgotamento e começava a deixar a cena juntamente com a ditadura militar que combateram. O cenário de conquistas democráticas que

se abria trazia outras necessidades jornalísticas e editoriais, exigindo publicações populares de outra natureza. Este espaço foi ocupado pelas publicações dos partidos, dos sindicatos, das organizações do movimento social.

A imprensa sindical floresceu e, já no final de 1988, contava sua tiragem aos milhões. Um levantamento feito naquele ano pela Escola de Comunicação e Artes da USP, encontrou 971 títulos, com tiragem total de 12 milhões de exemplares, cerca de 10% da tiragem total dos 500 diários brasileiros. Quatro eram diários: a *Folha Bancária*, do Sindicato dos Bancários de São Paulo; a *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; o *Sindiluta*, do Sindicato dos Químicos de São Paulo; e o *Sindiquim*, do Sindicato dos Químicos do ABC – todos com tiragem média diária de 200 mil exemplares.

Entre os partidos, as experiências foram variadas. O Partido dos Trabalhadores publicou, entre 1981 a 1983, o *Jornal dos Trabalhadores*, dirigido por Perseu Abramo; em 1987, criou a revista *Teoria & Debate*, e, entre 1991 a 1996, voltou a ter um semanário, o *Brasil Agora*.

Em 1981, o PCdoB lançou a revista teórica *Princípios*, já em sua edição número 91. A *Classe Operária* voltou a circular como órgão central do Partido em junho de 1985. Mas a grande inovação na comunicação do PCdoB foi o lançamento, em março de 2002, do portal Vermelho, um

diário eletrônico que hoje, cinco anos depois, chegou a 700 mil consultas mensais, consolidando-se como um dos principais portais noticiosos da esquerda brasileira.

Mas a luta por uma imprensa independente continua. *Caros Amigos* começou a ser publicada em abril de 1997. Em 2001, surgiu a *Revista Fórum*, lançada no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre; em 2002, foi a vez de *Brasil de Fato*, ligado ao MST. A equipe remanescente de *Movimento* tentou publicar um sucessor do jornal, em 1986. Antes, produziu o fascículo *Retrato do Brasil* (1984-1985), um amplo balanço crítico dos anos da ditadura militar, reeditado em 2006-2007, com uma atualização dos últimos 20 anos da república. Com os recursos obtidos com a venda de coleções – cerca de três milhões de dólares – a equipe dirigida por Raimundo Pereira lançou, em outubro de 1986, o diário *Retrato do Brasil* que, 45 dias depois, transformou-se em um semanário cada vez mais endividado, até sua extinção em 1990. Hoje, aquela equipe é responsável pelo portal Oficina da Informação, publicou a revista *Reportagem* e, juntamente com a revista *Carta Capital*, continua publicando *Retrato do Brasil*, onde aborda de forma crítica e aprofundada alguns temas de atualidade.

José Carlos Ruy é jornalista, editor de A Classe Operária e diretor do Instituto Maurício Grabois.

Bibliografia

- CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1887-1944)*. São Paulo, Difel, 1979.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil (1880-1920)*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- FÍGARO, Roseli. "Fortalecer a imprensa dos sindicatos: exigência das lutas atuais". *Debate Sindical*, outubro/novembro/dezembro de 1989.
- Folha de S. Paulo*, 18/11/1981.
- Movimento*. "Três anos de resistência". Edição especial sobre a suspensão da censura prévia. 12.6.1978.
- Movimento*. Folheto "Movimento convida para o debate de seus cinco anos", 1980.
- O Estado de S. Paulo*, 30.11.1980.
- PEREIRA, Raimundo Rodrigues. "Um convite para debater 'Movimento'". *Folha de S. Paulo*, 27/11/1981.
- _____. "Nasce um jornal". Publicado em suplemento de lançamento do jornal *Movimento*, 7 de julho de 1975.
- REBELO, Apolinário. *A Classe Operária: aspectos da história, opinião e contribuição do jornal comunista na vida política nacional*. São Paulo, Anita Garibaldi, 2003.
- RODRIGUES, Edgard. "A imprensa de esquerda no Brasil". *DO Leitura*, junho de 1993.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador, Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.
- RUY, Carolina Maria. Entrevista com Raimundo Rodrigues Pereira. São Paulo, novembro de 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

O fascinante desafio da Rede Pública de Televisão

LAURINDO LALO LEAL FILHO

Uma TV pública deveria cumprir um duplo papel positivo: oferecer ao telespectador uma programação de qualidade e, ao mesmo tempo, provocar mudanças para melhor na televisão comercial

Há um espaço vazio no espectro eletromagnético brasileiro. Aquele que deveria ter sido ocupado por uma rede pública de televisão e nunca foi.

Na Europa, a história da televisão costuma ser ordenada em três etapas sucessivas e articuladas, segundo padrões institucionais: o serviço público original em situação monopolista, a televisão comercial aberta ainda dominante e a televisão paga em fase de desenvolvimento. Esse percurso, se aplicado ao Brasil, teria em comum apenas a sua parte intermediária: a hegemonia da TV co-

mercial. As iniciativas em torno da implantação de um serviço público e a oferta de televisão por assinatura podem ser consideradas marginais, diante da desproporção da abrangência de acesso existente entre elas e o sistema dominante.

Como resultado, a ausência de uma televisão pública forte no Brasil impediu a formação de um público mais crítico em relação à TV comercial, resultado da absoluta falta de modelos alternativos. Também impossibilitou a criação de uma massa crítica capaz de exigir da televisão, no mínimo, o respeito aos preceitos constitucio-

nais que determinam a prestação de serviços de informação, cultura e entretenimento.

No Brasil, ao contrário do que ocorreu na Europa, as tímidas iniciativas para implantar serviços públicos de radiodifusão foram sempre subordinadas ao modelo comercial, atuando de forma complementar a ele. Ou seja, ocuparam os espaços que não atraíam os interesses da iniciativa privada.

Por isso a história da radiodifusão pública no Brasil é minguada. Em 57 anos de televisão é possível destacar apenas cinco momentos significativos: a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923; a implantação da Fundação Padre Anchieta em São Paulo, em 1969; a promulgação da Constituição da República, em 1988, com a idéia da complementaridade entre os modelos público, privado e estatal de radiodifusão; a aprovação da lei número 8.977, conhecida como Lei do Cabo, em 1995, geradora das TVs de acesso público e de forma quase concomitante, o lançamento pelo Ministério da Cultura do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, no final de 2006 e a decisão do governo federal de impulsionar a criação de uma rede pública nacional de televisão, em 2007.

Com isso, a TV Pública entrou na pauta do debate nacional. Há dez anos, quando concluí meus estudos sobre o modelo britânico de televisão, falar sobre ele aqui no Brasil exigia um grande sacrifício. O sentimento era de estar tratando de um fenômeno surrealista, tal a distância entre a nossa realidade e o modelo desenvolvido na Europa desde os anos 1920, nos primórdios do rádio. Em pouco tempo – o que são dez anos? – o quadro mudou e estamos agora tratando seriamente da TV Pública.

Com definições claras, como aquela apresentada pelo Secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura, Orlando Senna. Ele define a TV Pública como,

“(...) uma janela de acesso estratégico para o contato da população com a mais vasta gama de bens e serviços culturais, constituindo um canal privilegiado para a valorização e a universalização do patrimônio simbólico nacional. A rede de emissoras públicas é uma opção de grande potencial como veículo difusor

da produção audiovisual oriunda dos distintos agentes culturais da sociedade, assegurando a expressão de nossa rica diversidade cultural e a prática da democracia”.

Essa citação contempla três questões-chave, ainda pouco desenvolvidas, a respeito do papel da TV Pública na sociedade: a socialização da produção de bens simbólicos produzidos no país, o formato de transmissão em rede e a relação TV Pública-democracia.

A primeira diz respeito à hegemonia do modelo comercial regido por índices de audiência – mera sanção do mercado, no dizer do sociólogo francês Pierre Bourdieu –, impedindo o acesso à televisão de bens culturais não transformados em mercadoria. A sociedade vê-se, dessa forma, privada de conhecer e reconhecer sua própria produção simbólica. Não cabe aqui detalhar os prejuízos decorrentes dessa prática, mas eles podem ser intuídos. Vão desde a fragilização da identidade nacional à inibição do surgimento de novas manifestações culturais e artísticas, vítimas da falta de reconhecimento público.

Segunda questão levantada pela definição de TV Pública aqui citada: pela primeira vez, na democracia brasileira, lê-se num documento oficial a expressão “rede de emissoras públicas”, fenômeno desconhecido no país, como já vimos. Embora o texto não avance no assunto, não deixa de ser significativo que tal empreendimento deixe de ser visto como fruto de iniciativas isoladas e venha a se congregiar numa rede de emissoras, única forma capaz de dar sentido efetivamente nacional à TV Pública.

E quanto à circunstância da rede pública assegurar a prática da democracia, trata-se de algo auto-evidente. O histórico do modelo de televisão de mercado oferecido à sociedade brasileira estabeleceu uma forma de pensamento uniformizado, reproduzidor das idéias dominantes e disseminadas a partir dos centros do capitalismo global. Individualismo, consumismo, enfraquecimento do papel do Estado tornaram-se matrizes ideológicas da produção televisiva. A elas, no modelo hegemônico, não cabem alternativas. A saída, respeitado o jogo democrá-

tico, é a TV Pública.

Cabe a ela, no dizer de Jay Blumler, professor emérito da Universidade de Leeds, desenvolver uma “ética da abrangência”, ou seja, procurar atender às expectativas de todo o tipo de público existente no raio de sua atuação. Para exemplificar essa idéia, o pesquisador britânico – ele foi diretor do Centro de Pesquisas de Televisão daquela universidade – contrapõe o modelo de televisão pública existente na Europa ao dos Estados Unidos. Segundo ele, este último pode ser definido como “uma ilha de bem-estar num mar de comercialismo”. Nos Estados Unidos – prossegue – seriados como *Dallas* são exclusivos da televisão comercial, enquanto recitais de ópera têm como veículo a televisão pública. O modelo europeu, por sua vez, procura “abranger” os dois públicos, daí a idéia da ética da abrangência. Algo próximo do conceito de uma televisão generalista, fundamental para atender diferentes gostos e necessidades simbólicas.

Pela leitura de documentos produzidos em diferentes televisões europeias nota-se que seus fundadores as conceberam como instrumentos responsáveis por sustentar e renovar as características culturais básicas da sociedade, capazes de oferecer aos atores, músicos, escritores, teatrólogos e intelectuais de modo geral a oportunidade de disseminarem de forma ampla seu trabalho criativo. E de possibilitar aos ouvintes e telespectadores a oportunidade de acesso ao produto desses talentos.

O primeiro diretor-geral da BBC, o escocês John Reith, dizia que o objetivo do rádio era de “levar para dentro do maior número possível de lares tudo o que de melhor existe em cada parte do esforço e realização humana”. Cerca de 50 anos depois, nos anos 1980, outro diretor da BBC, Aisdair Milne, afirmava: “o serviço público de rádio e televisão deve tornar o popular respeitável e o que é respeitável popular”. Um belo desafio para os nossos produtores.

Mas vale a pena mencionar outras preocu-

pações dessas emissoras. Elas têm em comum a obrigação de “despertar o público para idéias e gostos culturais menos familiares, ampliando mentes e horizontes, e talvez desafiando suposições existentes acerca da vida, da moralidade e da sociedade. A televisão pode, também, elevar a qualidade de vida do telespectador, em vez de puxá-lo para dentro do rotineiro”. São idéias até hoje integradas em programas considerados, internacionalmente, de alta qualidade “concebidos como forma de capacitar o telespectador para uma enriquecedora experiência de vida”, no dizer do professor Blumer.

E não estamos falando de programas elitistas ou maçantes, como alguns detratores da televisão pública gostam de rotulá-los. Prova disso são os índices de audiência. Em vários países da Europa, passada a maré privatista dos anos 1980, as televisões públicas seguem dividindo ao meio as audiências. É sempre bom lembrar que para as emissoras públicas a audiência não pode ser obsessão – como se dá com as emissoras comerciais –, mas também não pode ser desprezada, afinal trata-se do uso de dinheiro público que, em qualquer circunstância, deve ser bem aplicado.

Mas apenas para ilustrar, eis alguns números de audiência na Europa:

Pais	Canais Públicos Nacionais	Canais Privados (cabo, satélite, locais, etc)	Outros
Alemanha	40,5%	41,5%	18%
Espanha	30,5%	43%	26,5% ⁽¹⁾
França	41,5%	47,5%	11%
Itália	45%	44%	11%
Reino Unido	46% ⁽²⁾	30%	24%
Países Baixos*	36%	41,5%	22,5%
Portugal*	26,5%	63%	10,5%

* Para esses países o ano de referência é 2002.

⁽¹⁾ dos quais 18% através dos canais “autonômicos” das principais províncias, transmitidos de modo terrestre.

⁽²⁾ dos quais 10% pelo Channel 4.

Os dados são de 2003 e foram publicados

no livro *La Télévision*, de Régine Chaniac e Jean Pierre Jézéquel, em 2005.

Claro, para chegar a esses índices é indispensável uma boa e permanente fonte de recursos. Mas não só. No caso de uma TV Pública é fundamental também a sua independência em relação a interesses particularistas, sejam eles políticos, comerciais, religiosos. Vinculando-se a qualquer um deles, a TV Pública perde não só sua autonomia, mas também sua identidade. E o que é pior, sua credibilidade.

Cabe ressaltar a importância dessa independência para a questão central, dela decorrente: o conteúdo da programação. Afinal é ela a ponta final de todo o processo, aquilo que efetivamente chega à casa do telespectador.

Financiamento consistente e controle democrático são pressupostos básicos para a garantia de um conteúdo de qualidade. Conteúdo que, entre outras coisas, dê, por exemplo, um amplo espaço aos criadores brasileiros, espalhados por todo o país, e impedidos pelo oligopólio de mostrar o que fazem. Abrir para a experimentação e a criatividade deve ser a missão central da televisão pública, dando conta da diversidade cultural do país, fugindo do monopólio estabelecido pelo eixo Rio-São Paulo, como fazem as emissoras comerciais.

Mas vamos a algumas hipóteses mais concretas de programação, deixando de lado, ainda que brevemente, as generalidades. Poderia ser definida, por exemplo, uma faixa de programas musicais para as 20 horas, de segunda à sexta. A cada dia da semana esse horário seria preenchido por uma emissora pública de qualquer estado, capaz de produzir um musical de qualidade. Seria a grande oportunidade do brasileiro, finalmente, conhecer o que se faz em outros pontos do seu próprio país.

Outra hipótese seria a da rede tendo como missão dar ao público um cinema de bom nível, nacional e estrangeiro, exibido sem intervalos. Algo que alguns canais a cabo já fazem para poucos privilegiados (menos de 10% da população brasileira). Para não falar da necessidade de uma programação infantil sedutora, com conteúdo educativo, mas sem loiras, prêmios ou merchandising. É um jornalismo crítico e

independente capaz de oferecer ao telespectador informações que o habilitem a tomar, ele próprio, suas decisões. O dono da verdade deve ser o público e não a emissora.

Com isso estaria sendo dada oportunidade ao público de experimentar e de se acostumar com o “biscoito fino”, no dizer de Oswald de Andrade. Sem conhecer o que é bom fica difícil exigir o melhor. O resultado de uma programação desse tipo seria não só de dar diretamente ao público o melhor da arte, da cultura e da informação existentes no país, mas também de levar a televisão comercial a rever seus padrões.

A TV pública cumprirá dessa forma um duplo papel positivo: oferecer ao seu telespectador uma programação de qualidade e, ao mesmo tempo, provocar mudanças para melhor na televisão comercial. Situações como essa justificam, sem muito esforço, os investimentos necessários para criar e manter uma rede pública de televisão, capaz de servir de referência de qualidade para todo o país.

Tentei traçar algumas das características do que considero um “tipo ideal” de TV Pública, apropriando-me sem muito pudor do instrumental teórico weberiano. Claro, algumas delas, aqui apresentadas, não se concretizarão. Outras, não mencionadas, farão parte do modelo. Isso não importa muito. O que realmente conta é a possibilidade concreta que o país tem, desta vez, de pôr fim ao apartheid televisivo existente desde quando a televisão por assinatura chegou por aqui. A televisão pública começará a cumprir sua missão quando se tornar a televisão paga dos que não podem pagar por ela. E eles são apenas cerca 160 milhões de brasileiros, nossos conterrâneos.

Laurindo Lalo Leal Filho, é jornalista e sociólogo, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade Cásper Líbero. Apresenta o programa VerTV, transmitido, entre outras emissoras, pelas TVs Câmara e Nacional de Brasília. Parte deste artigo foi apresentada na Mesa de Debate “Missão das TVs Públicas e perspectivas para o trabalho integrado” no I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em Brasília em maio de 2007.

Aspectos ideológicos da imprensa brasileira

Parte da mídia brasileira cumpre seu papel ideológico de classe e busca, neste momento histórico, travar uma dura batalha política contra as forças progressistas mais conseqüentes, em função de seus antagonismos em relação a um projeto nacional

RODRIGO DE CARVALHO

O debate acerca dos aspectos ideológicos da imprensa faz parte de uma razoável polêmica nos meios intelectual-acadêmicos, político e entre os próprios veículos de comunicação. As principais questões estão ligadas à independência dos meios de comunicação que se auto-intitulam apartidários e não ideológicos, independentes e comprometidos com a verdade. No entanto, existem fatos para explicar como a grande imprensa se alinha às teses do neoliberalismo e cumpre papel decisivo na oposição aos governos distintos de suas opiniões.

A tese de uma imprensa não ideológica está explícita na orientação jornalística de alguns veículos de comunicação, na propaganda da maioria de jornais, rádios e TV's e na sustentação dos argumentos de colunistas, articulistas e editoriais da imprensa. Destaca-se a orientação do jornal *Folha de S. Paulo*, em seu manual de redação: "Em documentos anteriores a este, a **Folha** cristalizou uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apartidário. Tais valores adquiriram a sua característica doutrinária que está impregnada na personalidade do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira nas últimas décadas"¹. Outros

periódicos não são explícitos em seus manuais, mas sempre registram seu caráter independente. O *Globo*, em recente editorial respondendo a uma resolução do PT sobre a cobertura tendenciosa da crise aérea, afirmou em seu editorial: "Notícia não tem ideologia nem partido. Ela fala por si para os verdadeiros profissionais de imprensa e a mídia profissional. Reduzir o destaque de um fato por conveniências políticas só em diários oficiais, no antigo 'Pravda' soviético e no 'Granma' cubano"². Com esse entendimento cria-se uma falsa idéia de um jornal que não se influencia por critérios ideológicos, sendo substituídos por critérios técnicos da informação. Isto se deve, provavelmente, a uma visão de que as estruturas ideológicas tais como conhecemos estão superadas, em uma franca adesão ao pensamento pós-moderno e o fim das matrizes iluministas.

A imprensa faz sua opção ideológica e não há argumento de independência que se sustente, mesmo com todo o esforço dos veículos de comunicação brasileiros para conquistar credibilidade através de isenção e relato "verdadeiro" dos fatos. Para o professor de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Luiz Gonzaga

Motta, parte da seleção das notícias e seu enfoque se dá através de uma decisão ideológica do que comunicar:

“Toda decisão de comunicar alguma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras. O conteúdo das mensagens não é a única parte que significa. Quando dizemos algo, o que dissemos e o que poderíamos ter dito são parte inseparáveis do que dizemos. Esse axioma, comum a toda forma de comunicação, é particularmente relevante para a comunicação de massa não só pela ampla gama de assuntos que fica de fora como pelos interesses envolvidos na inclusão e não exclusão de conteúdos. A seletividade e o controle, inerentes a todas as práticas de comunicação, ganham, assim, relevância especial nos processos de comunicação da indústria cultural e trazem consigo a questão da ideologia como questão central nas análises dos processos de decisão editorial”³.

A relação entre imprensa e poder

Há duas questões importantes para entendermos a relação entre a imprensa e o poder. A primeira diz respeito à vinculação do veículo jornalístico junto às esferas de poder público e privado. A segunda é o próprio poder exercido pela imprensa na sociedade.

Os veículos de comunicação estão intrinsecamente ligados ao poder para usufruir suas benesses, ou para questioná-lo, sobretudo se há conflito de interesse empresarial ou de classe. O jornal em questão é o tradicional, liberal, de grande tiragem e defensor da livre iniciativa e do mercado, portanto, distinto de outro tipo de jornal, com linha editorial diversificada, de outra matriz ideológica ou na disputa concorrencial que busca novos e diferentes leitores. Este tradicional, antes de tudo, defende o *status quo*, a manutenção da linha ideológica liberal do Estado.

Essa defesa do Estado não significa, contudo, a defesa de governos que podem – e normalmente o são – ser questionados por suas linhas editoriais. Os chamados grandes jornais têm interesses ligados aos grupos corporativos aos quais as empresas jornalísticas são associadas. Não significa também, que todos os grupos jor-

nalísticos estão no mesmo campo; ao contrário, há uma distinção concorrencial entre eles.

A imprensa é considerada por alguns pensadores, e por parte da sociedade, como o quarto poder, ou seja, um poder inserido na sociedade com capacidade de intervenção direta, mas sem estar instituído de elegibilidade e distinto dos poderes públicos republicanos: o executivo, o legislativo e o judiciário.

Este poder se deve ao alto índice de confiabilidade que a sociedade deposita sobre a imprensa. Um poder independente, com autonomia e expressão da vontade popular, muito embora um instrumento privado e de interesse particular.

A idéia de quarto poder não é unanimidade. Uma das principais polêmicas é justamente a característica privada e de interesse particular dos veículos de comunicação. A confiança da sociedade reside no pretense papel da imprensa em investigar e cobrar da política e dos políticos a probidade, o compromisso com a causa pública e o exercício e o estabelecimento das regras institucionais.

Ocorre que a cobrança pública para os políticos não tomarem proveito individual parte de instituições de caráter privado que também exercem seus interesses particulares na sociedade. A posição da maioria da grande imprensa quanto a acontecimentos históricos – como o Golpe Militar de 1964 em que a maioria da imprensa e das empresas de mídia foi amplamente favorável à implantação da ditadura no país – é uma demonstração deste interesse de classe.

Portanto, temos uma contradição ao estabelecer a imprensa como quarto poder, porque o caráter privado que o jornal passou a desempenhar na sociedade é distinto do papel público que se reserva o jornalismo, como pressupõe seu exercício social.

É notória a capacidade de poder que a grande imprensa exerce na sociedade, pela confiabilidade depositada, o conjunto de profissionais esclarecidos, o papel histórico de transmitir informação, idéias e opiniões, a capacidade de persuasão e, destacadamente, a capacidade de dialogar com as massas. Contudo, a leitura que se faz de um poder paralelo, autônomo, e independente não é correta. Há, pelo menos, dois argumentos

possíveis de se averiguar nessa interdependência de poder exercido pela imprensa.

O primeiro diz respeito sobre para quem a grande imprensa exerce o poder. Alguns desavisados poderiam considerar ser para a própria sociedade. Não, o poder exercido pela imprensa está calçado nos interesses das elites. Neste caso, a palavra no plural é correspondente aos vários grupos sociais dominantes que se unificam em sentido geral para preservar o sistema, mas se digladiam por maiores espaços de dominação.

O segundo é o peso real da capacidade de intervenção da grande imprensa na sociedade. Ao mesmo tempo em que há a concentração monopolística das empresas de mídia, é cada vez maior a quantidade de órgãos de comunicação fazendo com que a verdade não seja uma unidade de pensamento. Também se deve relativizar a abrangência de todos esses órgãos, ainda longe de considerar a imprensa no Brasil como democrática.

As duas questões apontadas levam à conclusão de que o quarto poder exercido pela grande imprensa é, na verdade, parte constitutiva do sistema capitalista onde os grandes capitais financeiros e de produção exercem o poder de fato. Contudo, é forçoso considerar o papel da grande imprensa como predominante na chamada formação da opinião, causando um modelo ainda antidemocrático de informação e da formação da sociedade.

A grande imprensa se comporta como partido neoliberal?

A questão sobre o comportamento da imprensa como um partido político se insere no contexto da disputa pela hegemonia na sociedade. Quando os partidos políticos entram em crise e não conseguem corresponder às demandas das lutas políticas e ideológicas podem ser substituídos pela intervenção e orientação dos veículos de comunicação identificados no mesmo campo.

A disputa pela hegemonia da sociedade, como elaborou Gramsci, se dá pela força da coerção e pela força das idéias. Os veículos de comunicação cumprem papel decisivo na elabo-

ração e massificação das idéias dominantes. Em situações como a atual política brasileira em que Lula conquistou o apoio de parcela significativa da sociedade e em certo ponto contrapõe o modelo neoliberal – mesmo com suas debilidades – coloca a influência da grande imprensa em situação de dificuldade. O que acontece neste momento é uma disputa acirrada para desgastar Lula e seus aliados, tentar impedir o avanço de sua popularidade e até inviabilizar os avanços do governo, sobretudo nas ações sociais.

Os principais partidos de oposição a Lula – PSDB e DEM – são constantemente criticados pelos grandes jornais pela inércia e falta de ações suficientes para se contraporem ao governo. Essa crítica tem tonalidades distintas de acordo com a orientação de cada jornal e região do país, mas constrói uma unidade em torno de um projeto que possa substituir a atual orientação do governo federal.

A grande imprensa busca influenciar a sociedade através das disputas de idéias, através das formulações de seus próprios articulistas ou intelectuais orgânicos que buscam se posicionar diante dos diversos fatores sociais. Neste momento, são os grandes veículos de comunicação que se posicionam como principais opositoristas a um novo modelo que se busca desenvolver no Brasil.

O sociólogo Octávio Ianni procurou sistematizar o papel da mídia na sociedade atual e desenvolveu a tese do *príncipe eletrônico*, um novo agente social capaz de capitalizar a condução política da sociedade, tanto em referência ao *príncipe* de Maquiavel, como um *condottiere*, quanto ao *moderno príncipe*, uma organização articulada, um partido composto por pessoas capazes de compreender e transformar uma sociedade, como buscou sintetizar Gramsci. O príncipe atual é representado pelos meios de comunicação que cumprem um papel fundamental para a manutenção ou transformação social.

O *príncipe eletrônico* é constituído pela diversidade midiática em sua fase empresarial mais apurada, com técnicas e estratégias avançadas acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, reservados os espaços de disputa entre os meios e entre as corporações. Portanto, conforme esclarece Ianni, o mais importante instrumen-

to (juntamente com empresas que constituem os oligopólios transnacionais) de hegemonia não é homogêneo nem monolítico; ao contrário, além da competição entre os meios de comunicação, ocorrem diferenças que dão a impressão da democratização do meio. Os veículos de comunicação estão ligados a "blocos de poder" atuantes em escalas nacional, regional e global.

Segundo os estudos oferecidos pelo sociólogo brasileiro, baseado nos argumentos gramscianos, os jornais (como parte constitutiva da mídia) exercem uma função ideológica transformando o mercado em democracia e, por conseguinte, como forma de desenvolvimento da sociedade, a única saída para as organizações de Estado.

Embora não afirme categoricamente que o *príncipe eletrônico* represente a substituição da representação legítima do condutor ou do partido, é possível verificar essa posição no texto de Ianni. O argumento de que as estruturas de representação estão em fase de superação pode ser precipitado, pois as classes ainda se organizam por partidos, movimentos, sindicatos (de trabalhadores ou patronais), corporações privadas etc. Todo o poder da mídia de hoje, como instrumento hegemônico, serve a um conjunto de organizações, inclusive pela representação contemporânea do *condottiere*, como os jornais tratavam Fernando Henrique Cardoso e o príncipe moderno, através dos partidos e grupos formadores de opinião distinguidos pelos projetos classistas.

Portanto, a manutenção do sistema de exploração de classe depende necessariamente da imposição das leis sobre o funcionamento social aplicada pelo Estado, e o convencimento da

maioria da sociedade através dos instrumentos disponíveis, destacadamente os meios de comunicação.

Então os meios de comunicação substituíram os tradicionais meios de organização social, como os partidos políticos?

Embora haja um papel preponderante dos grandes meios de comunicação na atual luta política em defesa de preceitos privados e receitas neoliberais, ainda não superaram a função dos partidos políticos e outras formas de organização social. A melhor definição é ainda a capacidade que essas empresas jornalísticas e outras corporações midiáticas detêm em pautar a sociedade e os próprios partidos políticos.

A disputa pela consciência coletiva é uma constante e envolve os interesses das empresas jornalísticas pautadas pela lógica de mercado. O papel de qualquer empresa no capitalismo é busca de lucro, distinto do papel do jornalismo, busca da verdade. A contradição entre empresa jornalística e jornalismo é a utilização da segunda em função da primeira. Daí que a função pública das grandes empresas jornalísticas em representar a sociedade se esvai. No limite, buscam representar o pensamento de uma parte elitizada da sociedade.

Como resultado, parte da imprensa brasileira cumpre seu papel ideológico de classe e busca, neste momento histórico, travar uma dura batalha política contra as forças progressistas mais conseqüentes, em função dos antagonismos de seus projetos nacionais.

Rodrigo de Carvalho é sociólogo e mestre em Comunicação Social.

Notas

- (1) "Manual de Estilo e Redação" da *Folha de São Paulo*, p. 07.
 (2) Jornal *O Globo*, editorial, p. 06.
 (3) Motta. 2002. 125.

Bibliografia

- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, Civilização Brasileira, 8ª ed., Rio de Janeiro, 1991.
 IANNI, Octávio. "O Príncipe Eletrônico", em *Desafios da Comunicação*, Vozes, 2ª ed., Petrópolis/RJ, 2000.
Manual de Redação, *Folha de S. Paulo*, "Publifolha", 6a ed., São Paulo, 2001.
 MOTTA, Luiz Gonzaga. "Ideologia e processo de seleção de notícias", em *Imprensa e Poder*, Editora UnB e Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.
 Editorial, *O Globo*, p. 6, edição de 4 de agosto de 2007.

*Nem toda a mídia é marrom:
conclusões de 2 mil dias do*

Vermelho

O “modo Vermelho de usar a internet” passou no teste destes primeiros 2 mil dias. Ao fim deles produziu o segundo mais visitado endereço “ponto org” da internet brasileira. Que a mídia dominante trema com o espectro da perda do seu domínio. Há na internet um galo garnisé que canta e briga todos os dias por este objetivo estratégico!

BERNARDO JOFFILY

O portal www.vermelho.org.br entrou no seu sexto ano. Foram 2 mil dias de renovação diária, no início, e on line, desde 4 de abril de 2005. Acumulamos cerca de 80 mil conteúdos, principalmente na área de noticiário, um acervo que continua a crescer, numa média em torno de 50 por dia. A visitação ⁽¹⁾ cresceu até fazer do Vermelho um veículo de tamanho médio, com perto de 24 mil visitas por dia.

Mais de cinco anos de atividade intensa, ininterrupta e às vezes efervescente (eleições de 2004 e 2006, crise política de 2005, invasão do Iraque) permitem que se chegue a algumas conclusões. Aqui vão duas de interesse mais geral.

A internet tem uma índole democrática

Esta era uma prudente hipótese de trabalho em março de 2002, quando o Vermelho fez sua estreia. Passados estes 2 mil dias, é uma constatação prática. Nenhum outro dos meios de comunicação existentes permitiria que se chegasse onde o Vermelho chegou.

A afirmação às vezes desperta ceticismo. Afinal, todo internauta sabe que a rede é dominada pelas empresas “ponto-com”, e um grande negócio. O conteúdo dos portais de informação que monopolizam a internet não difere daquele da grande imprensa escrita, exceto por ser mais superficial e descartável.

Agregue-se a isso que a internet, como se sabe, nasceu em plena Guerra Fria e por obra do Pentágono, com fins bélicos. Foi sob o impacto do Sputnik (o primeiro satélite artificial, lançado pela União Soviética em 1957) que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos encomendou à Universidade da Califórnia uma rede de comunicação descentralizada, e portanto imune à destruição de qualquer um de seus elos na hipótese de uma guerra com a URSS.

Outros, sem invocar uma “índole perversa” da web, argumentam que as inovações tecnológicas não possuem esse gênero de propensão: tudo depende de quem a utiliza e para quê; a “índole” está nos homens, nas forças sociais e políticas.

Há um grão de verdade em cada uma dessas linhas de raciocínio. E no entanto... É preciso re-

fletir com mais profundidade e argúcia sobre o significado não só tecnológico, mas intelectual, comunicacional e humano, em um sentido mais amplo, dessa inovação específica.

Em um artigo de 14 anos atrás (1993), sobre a Terceira Revolução Industrial, escrevi que “no fundo o computador é uma nova linguagem. O homem aprendeu a falar há uns 2 milhões de anos, em algum lugar da África; a escrever há 6.000

anos, onde hoje fica o Iraque; e a imprimir há 443 anos, na Alemanha. A informática é a quarta linguagem, uma forma nova de comunicar e armazenar o pensamento humano”⁽²⁾.

Na época, eu não conhecia a internet. O nome só chegaria à imprensa brasileira em 1994 (revista *Exame*). Em dezembro daquele ano a Embratel selecionaria os primeiros 5 mil felizardos desbravadores brasileiros que teriam “acesso à internet, a maior rede de computadores do mundo”. Mencionei no artigo a faculdade do computador “conversar com as máquinas” (base da automação), mas não a de intermediar e elevar à enésima potência a comunicação entre os homens. Nem de longe sonhei até onde, em uns poucos anos, a “quarta linguagem” iria nos levar.

Na esfera das relações humanas, distintamente daquela da produção econômica, as tecnologias podem em certo sentido tomar partido, manifestar uma “índole”. Gutenberg, o introdutor da “terceira linguagem”, quando fabricou sua prensa de tipos móveis de chumbo (1455), escolheu para



rá-la a Bíblia, livro-ícone do status-quo medieval. No entanto, a história logo evidenciou o viés progressista da invenção; sem ela seriam impensáveis as revoluções burguesas e proletárias dos séculos que se seguiriam.

Tomemos o caso que nos interessa. A internet permite a comunicação de massas a custo desprezível, em tempo real e escala planetária, descentralizada e a prova de censura, com volume de conteúdo próximo do incomensurável, texto, som, imagem, movimento... e a propriedade mais subversiva: é interativa, uma via de duas mãos, onde o usuário é um protagonista, e não um passivo inerte como o telespectador.

Acrescente-se à função da comunicação aquelas do acesso à informação e ao conhecimento. Para insistirmos na imagem das “quatro linguagens”, as três outras também tiveram essas mesmas funções; mas nenhuma das três predecessoras se aproxima da quarta na velocidade fulminante e na expansão megaciclópica do volume. Graças a isso, nunca as pessoas comuns tiveram a seu alcance um milionésimo do conhecimento e da informação de que dispõem hoje por meio da *web*.

Em seus primórdios, a internet foi uma mídia de alcance restrito; hoje isso é passado. A rede atinge amplas massas, sobretudo os jovens e os novos proletários da Terceira Revolução Industrial. Segundo o Ibope/NetRatings (dados de junho), o Brasil tem 33 milhões de internautas, dos quais 18 milhões domésticos. Entre eles os das *lan houses* das periferias e favelas (a de Antares, Zona Oeste do Rio de Janeiro, já tem oito; ver http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=14295). Para não falar das possibilidades abertas com a TV digital, que coloca ao alcance da mão a transformação de cada aparelho de TV em um terminal de internet.

São estas características que tornam o *Vermelho* possível. É certo que em seu mês de maior êxito até agora (outubro de 2006) ele teve apenas 429 mil visitantes individuais, enquanto o maior portal brasileiro, o *UOL*, proclama possuir 10 milhões, 23 vezes mais. Porém qual outra mídia possibilitaria esse resultado, e a perspectiva tangível de superá-lo? Qual outra mídia permite ao usuário comum escolher em igualdade de condições entre *UOL* e *Vermelho* (ou 10 milhões

de outros sites), bastando escrever www.uol.com.br ou www.vermelho.org.br?

Este elogio da internet não poderia deixar de mencionar algumas vias democratizadoras específicas (às vezes independente talvez das intenções de seus criadores, outras vezes com certeza não):

- O site de buscas *Google*, com 153 milhões de usuários no mundo e alimentado por um robô virtual, que fornece, por exemplo, 2.850.000 entradas sobre Karl Marx assim como permite calcular o logaritmo de um número;

- a *Wikipédia*, enciclopédia livre elaborada em formato aberto, com 7,5 milhões de verbetes (7.590.982 em 19 de junho) em 257 línguas e dialetos;

- o *Orkut*, rede social com 68 mil usuários, desenvolvido nos EUA por um turco mas tomado de assalto pelos brasileiros (um fenômeno da sociabilidade brasileira a reclamar estudo); e

- o *Youtube*, depósito livre e aberto de vídeos, cujo ritmo é de 20 mil novos vídeos e 30 milhões de visualizações a cada 24 horas.

O “modo Vermelho de usar a internet”

Claro, as características descritas acima não explicam por si o itinerário do *Vermelho* até aqui. Se assim fosse, todos os sites seguiriam a mesma trajetória, expressa sinteticamente na tabela abaixo:

Visitas ao Vermelho ano a ano		
Ano	Total de visitas	Crescimento no ano
2002	653.000*	-
2003	1.938.000	196,8%
2004	2.862.000	47,7%
2005	4.152.000	45,1%
2006	6.086.000	46,6%
2007	4.643.000**	25,8%***

* A partir do lançamento do portal (25 de março).

** Total até agosto.

*** Janeiro-agosto sobre mesmo período de

Os resultados do portal do galo derivam de uma combinação das características da internet com três outros fatores: a cena política do Brasil nestes anos; a conduta da mídia que chamaremos dominante; e uma concepção jornalística específica, que poderia ser batizada de “modo *Vermelho* de usar a internet”.

A **cena política** foi primeiro a da campanha presidencial de 2002, tudo que um jornalismo

engajado pediria a Deus: a esquerda como o estilingue, o governo Fernando Henrique como uma vasta vidraça neoliberal. Seguiu-se, com a vitória de Lula, uma fase mais complexa: um governo em disputa, incluindo componentes contraditórios e aspectos de hibridismo, reclamando o exercício de um *governismo inteligente*, e, portanto, necessariamente crítico. Em 2005, com a crise política do “Mensalão”, veio a contra-ofensiva da direita e o pior dos mundos para o jornalismo engajado: nós como a vidraça, sob uma chuva de pedras cegante, muitos no nosso campo batidos ou desarmados; mas foi a prova de fogo do *Vermelho*. A campanha eleitoral de 2006, é a volta por cima: campanha radicalizada, polarizada política e socialmente, vencida com classe e programa; valeu ao portal, em outubro, o seu melhor mês até agora (862 mil visitas, 429 mil *single visitors* e 3,45 milhões de páginas visitadas). Em 2007 vão se desenhando os contornos de um quinto momento: a oposição derrotada que busca morder Lula pelos flancos; uma base de governo mais ampla (11 partidos) e diversa (disputa intragovernista para a presidência da Câmara, aliança PT-PMDB, formação do Bloco de Esquerda), mais as promessas do PAC, em atrito com os “fundamentos” neoliberais ainda de pé.

Todas essas fases, especialmente as quatro últimas, foram de uma luta de idéias acirrada, densa, complexa, em várias frentes. Vistas de hoje, elas explicam o grosso do direcionamento dos 80 mil conteúdos produzidos pelo portal do galo, e fazem pensar como foi travar o combate de idéias antes de se ter um instrumento assim.

Em todas as cinco fases o *Vermelho* cresceu. Cresceu na visitação, que na internet pode ser medida com elevada precisão e riqueza de detalhes. Mas cresceu também sob a forma de um “*Vermelho paralelo*”, feito de matérias reproduzidas em outros sites, ou remetidas por e-mail, ou xerocadas e panfletadas, até por um panfleteiro tão inusitado como o presidente do DEM, deputado Rodrigo Maia.

A conduta da mídia dominante foi um componente nada desprezível a estimular esse crescimento. Não é de hoje que os principais meios de comunicação brasileiros são monopolizados por uma oligarquia midiática hereditária, reacionários, preconceituosos, arrogantes e, diga-

mos, flexíveis no tratamento da verdade dos fatos jornalísticos. Mas esse estado de coisas sofreu uma mudança qualitativa, em particular desde a crise de 2005.

É de lá para cá que se pode falar em um *Partido da Mídia*: concatenado, orgânico, com programa, estratégia e tática, capaz de se coligar com as oposições político-partidárias tradicionais, mas também de impor-lhes sua vontade e carregá-las a reboque, como se assistiu no Caso Renan Calheiros.

Também no pós-“Mensalão” é que se configura com nitidez o que só se pode chamar de uma aberração: um país onde a unanimidade da mídia hegemônica está em divórcio aberto e explícito com a maioria dos cidadãos. Onde o presidente da República é reeleito por 60% dos eleitores tendo contra si o coro uníssono da mídia grande.

Para o país essa deformação é um estorvo. Mas para o portal do galo a aberração representou também uma janela de oportunidade. Abriu – e abre – um espaço vazio à espera de quem ouse desafinar do coro, contestar a arrogância, a truculência e os truques do pensamento único grão-midiático. Na campanha de divulgação que lançou em agosto, o portal expressa esse contraste no lema “Nem toda a mídia é marrom. Visite www.vermelho.org.br”.

Por fim, **a concepção jornalística** permitiu ao *Vermelho* tirar partido desses fatores favoráveis.

O portal, que hospeda o sítio do PCdoB e cuja identidade com o comunismo é notória, nem por isso é um site partidário e não se constrange aos contingenciamentos desse tipo de veículo. Tampouco se conforma com o modelo de um site de ensaios e debates. Busca um jornalismo de amplo espectro, de cobertura e entendimento de todas as coisas relevantes que acontecem no país e no mundo.

Esta busca foi anunciada desde o *Manifesto Vermelho* que inaugurou o portal: “Perseguimos um conteúdo cuja quantidade exprima qualidade. Um conteúdo sem aspas, que se meça em idéias novas, denúncias candentes, argumentos sólidos, exemplos eloqüentes, propostas mobilizadoras, polêmica, investigação e análise, criatividade, ousadia. Um tal conteúdo não se impõe limites de pauta. Tudo que é humano - e em especial brasileiro - nos interessa”⁽³⁾.

Já lá se vão 2 mil dias de procura sem trégua. O acervo de 80 mil conteúdos a retrata. É obra co

letiva da equipe do portal, enriquecida este ano com a implantação da sucursal de Brasília, mais o plantel também em expansão de columnistas, os trabalhadores dos *Cadernos estaduais* (outra possibilidade aberta pelo meio internet, que responde por perto de 15% das páginas visitadas) e um número incalculável de colaboradores.

O entusiasmo com o acerto e o êxito exige como contrapartida rigor com os defeitos e erros. O *Vermelho* padece dos males da pobreza de recursos, velha companheira da comunicação popular desde que Luiz Gonzaga das Virgens reproduziu a mão (1) o manifesto revolucionário dos conjurados baianos de 1798. Em parte por isso, mas não apenas por isso, tem sido conservador e lento na exploração das novas potencialidades da linguagem internet. Um dos escritos preparatórios dos idos de 2002 se referia ao "*Cadim*", sigla "de parâmetros essenciais para conferir qualidade ao Portal: Conteúdo, Atualidade, Desenho, Interati-

vidade e Multimídia"; hoje, um exame retrospectivo constata que nos atrasamos justo nos quesitos tipicamente internetianos, a interatividade e a multimídia. Recém-implantamos a *Rádio Vermelho* e ainda devemos aos internauta a *TV Vermelho* e os blogs.

São os erros e defeitos de uma receita exitosa. O "modo *Vermelho* de usar a internet" passou no teste destes primeiros 2 mil dias. Ao fim deles produziu o segundo mais visitado endereço "ponto org" da internet brasileira⁽⁴⁾. Que a mídia dominante (por sinal em crise continuada, que não cabe aqui comentar, mas é fruto das mesmas reviravoltas tecnológicas que possibilitaram o *Vermelho*) trema com o espectro da perda do seu domínio. Há na internet um galo garnisé que canta e briga todos os dias por este objetivo estratégico.

Bernardo Joffly é jornalista e editor do portal Vermelho.

Notas:

- (1) Há três formas básicas de se medir a visitação na internet: por visitantes individuais, por visitas e por páginas visitadas. Um visitante individual (single visitor) é um computador que frequenta o site pelo menos uma vez. Uma visita (sessão) é o período que o visitante fica no site. Uma página visitada (page view) é cada uma das páginas abertas dentro do site. No *Vermelho*, a relação visitas-visitantes costuma ser de pouco mais de dois para um; e a relação páginas-visitas gira em torno de quatro para um.
- (2) De fato, revista da CUT-Brasil, dezembro de 1993, p. 14 a 25 – São Paulo; o texto está na internet em <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/textocut.html>.
- (3) O texto do Manifesto Vermelho está em <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=9960>.
- (4) O primeiro colocado, graças aos serviços institucionais que fornece aos advogados, é o www.oabsp.org.br, da mesma seção paulista da Ordem hoje dirigida por Luiz Flávio Borges D'Urso, fundador do movimento "Cansei". A classificação aqui usada é a do www.alexa.com, site subsidiário da livraria virtual Amazon que fornece um ranking dos sites em plano mundial e também por país. A título de referência, eis a colocação de alguns endereços virtuais no Alexa, em 20 de agosto:

Nome	Endereço	Colocação no ranking	
		Mundo	Brasil
OAB-SP	www.oabsp.org.br	26.169º	7.17º
Vermelho	www.vermelho.org.br	62.652º	2.338º
Valor Econômico	www.valor.com.br	74.773º	2.142º
OAB	www.oab.org.br	124.018º	3.823º
Carta Capital	www.cartacapital.com.br	148.906º	3.698º
PT	www.pt.org.br	182.997º	4.936º
UNE	www.une.org.br	270.646º	11.490º
CUT	www.cut.org.br	341.403º	13.113º
MST	www.mst.org.br	353.907º	11.810º
DEM	www.dem.org.br	387.863º	14.877º
PSDB	www.psdb.org.br	420.838º	14.457º

Outros endereços que seria interessante comparar não têm sua visitação monitorada em separado pelo Alexa, pois estão hospedados dentro de portais maiores. É o caso da *Carta Maior* e da revista *Fórum*, hospedadas no UOL, e da *Caros Amigos*, no Terra.

Preservar a floresta.

Um bom negócio para todo mundo.



O Acre
é um cantinho
da Amazônia
que procura
viver e produzir
preservando
a floresta.
Porque sabe
que este é
o único caminho
para o
desenvolvimento
sustentável.



Um reconhecimento global dos esforços do Acre pelo desenvolvimento sustentável aconteceu em julho de 2007, quando o Estado sediou a Conferência Internacional de Manejo Sustentável, com participação de mais de 40 países das Américas, Europa, Ásia e África, representando as comunidades de mais de 80% das florestas tropicais do planeta e de 90% do comércio madeireiro tropical legal de todo o mundo.

Para apoiar a causa ambientalista dos povos da floresta ou descobrir boas oportunidades de negócios ecologicamente responsáveis, conheça o Acre, o Estado da Florestania.



A dinâmica do sistema financeiro imobiliário dos Estados Unidos

MARCOS ANTONIO MACEDO CINTRA E RAFAEL FAGUNDES CAGNIN

Com a crise das Saving & Loans (S&L), o governo americano promoveu profundas transformações em seu sistema de financiamento imobiliário. Procurou desenvolver um mercado secundário securitizado de hipotecas, as mortgage backed securities (MBS). O sistema passou a ser ancorado por quatro instituições, além dos bancos hipotecários e das instituições de poupança (S&L): Federal Housing Administration (FHA), Government National Mortgage Association (Ginnie Mae), Federal

Os principais bancos centrais já injetaram grandes volumes de recursos nos mercados financeiros, e podem ainda reduzir suas taxas de juros de curto prazo para facilitar a recomposição dos portfólios a fim de evitar uma tentativa desesperada de liquidação de dívida e deflação de preços dos ativos

National Mortgage Association (Fannie Mae) e Federal Home Loan Mortgage Corporation (Freddie Mac). As agências Federal Housing Administration (FHA) e Ginnie Mae são públicas, com acesso a recursos orçamentários, voltadas para operações de financiamento residencial junto aos segmentos de menor renda da população americana. A Fannie Mae e a Freddie Mac são companhias privadas com ações negociadas em Bolsa de Valores.

Todo o sistema foi reconstruído por garantias públicas diretas ou indiretas. Por esse motivo, essas agências conseguiram captar recursos nos mercados a taxas de

juros muito próximas dos bônus de dez anos do Tesouro americano (T-bonds). Tornou-se consenso geral nos mercados financeiros que essas agências receberiam socorro do Tesouro em caso de desequilíbrios patrimoniais, seja pelo caráter público da FHA e da Ginnie Mae, seja pela importância desempenhada pelas outras duas agências. Fannie Mae e Freddie Mac são responsáveis em grande medida pela condição *sine qua non* do sistema de financiamento imobiliário americano, qual seja, a capacidade de tornar líquidas as operações hipotecárias caracterizadas por contratos de longo prazo ⁽¹⁾.

Foi sobre os mecanismos de garantias que essas instituições aprofundaram o mercado de MBS. Desde a década de 1930, a Federal Housing Administration (FHA) emite seguro para os empréstimos de maior risco de default, beneficiando as parcelas da população de renda mais baixa. Os créditos segurados pela FHA (e também pela Veterans Affairs – VA) são comprados e depois securitizados principalmente pela Ginnie Mae, mas também pela Fannie Mae. Essa última recebe permissão a partir de 1968 de comprar hipotecas convencionais (conventional mortgage), ou seja, as não-garantidas pela FHA/VA. A partir da década de 1980 torna-se a maior securitizadora de hipotecas dos EUA. A Freddie Mac foi criada para atuar no segmento de hipotecas convencionais como securitizadora desde sua origem em 1970. Com a expansão do crédito hipotecário e a maior liquidez do mercado secundário de MBS, grandes bancos comerciais privados também se constituíram em importantes securitizadores de hipotecas.

A securitização da Fannie Mae e da Freddie Mac, conhecidas como Government-Sponsored Enterprises (GSE), e também da Ginnie Mãe, utiliza as mesmas técnicas de securitização para a compra de automóveis e outros recebíveis (fatura do cartão de crédito, por exemplo). Nessas transações, os empréstimos para compra de residências são agregados e repassados para um conjunto de investidores – fundos de investimentos, fundos de pensão, hedge funds, bancos universais ⁽²⁾ etc –, que compram títulos com determinada rentabilidade, cuja

garantia colateral é o pagamento das prestações imobiliárias (e no limite o próprio imóvel), e que podem ser negociados no mercado secundário.

Deve-se destacar ainda a importância da inovação financeira para o aprofundamento do mercado de MBS. Novos tipos de contratos permitiram a criação de um diversificado conjunto de hipotecas com diferentes relações risco-retorno. A concorrência entre os agentes financeiros atuantes no mercado de hipotecas, a partir de 2002, levou à proliferação do uso de diferentes tipos de contrato de maneira a atrair os tomadores de maior risco. Dessa forma, reduziram os padrões de subscrição e ofereceram uma série de contrato, tais como as balloon mortgage ou interest-only loan (neste contrato, ao longo da vigência do interest-only period são pagos apenas os juros, após este período, além dos juros deverá também ocorrer a amortização do principal) e as hipotecas híbridas, que combinam o pagamento de taxas prefixadas no início do contrato e depois tornam-se contratos pós-fixados. Grande parte das hipotecas subprime emitidas entre 2004 e 2006 era risk-layered, usando uma combinação de vários atrativos para tornar a operação mais interessante e, conseqüentemente, mais arriscada ⁽³⁾.

Os tomadores de maior risco de crédito, por meio desses contratos, chegaram a uma participação de cerca de 30% das hipotecas contraídas em 2006. Em 2002, sua participação era em torno de 6%. Ademais, as hipotecas contraídas com documentos incompletos sobre comprovação de renda do tomador, conhecidas como “Alt A” mortgages, também cresceram rapidamente ⁽⁴⁾. Em 2006, representaram cerca de 13% do fluxo de novas hipotecas.

Simultaneamente, os investidores passam a comprar e vender derivativos associados a esses novos títulos, tais como os derivativos de crédito (credit default swap, total return swap, credit-linked notes etc) e securitização de recebíveis (collateralized debt obligations). Foi criada uma enorme diversidade de contratos futuros das hipotecas de alto risco, como os contratos referenciados em um índice dos créditos de difícil recebimento (chamados índices

ABX). Apenas na Chicago Mercantile Exchange (CME) que se fundiu à Chicago Board of Trade (CBOT) formando a maior Bolsa de futuros do mundo, foram negociados US\$ 400 milhões em derivativos com base em hipotecas, desde o lançamento desses instrumentos, em meados de 2006. Nesse volume não está incluído o mercado de balcão (over the counter, OTC), em que comprador e vendedor realizam negócios diretamente sem a intermediação das Bolsas, cujos contratos com créditos imobiliários de alto risco foram estimados em US\$ 500 bilhões durante o ano de 2006.

Esses instrumentos têm sido utilizados para “dispersar” os riscos implícitos para outros agentes financeiros. Entretanto, o risco não desaparece, é apenas segmentado e redistribuído. Por meio dos derivativos e de outros instrumentos, os diversos riscos são fatiados, securitizados e vendidos. Dessa forma, a criação desses mercados de hipotecas securitizadas gera vínculos estreitos entre o mercado de hipotecas, os mercados de capitais e os mercados de derivativos.

Esse sistema extremamente complexo e sofisticado impulsionou o processo de expansão e de valorização do mercado imobiliário americano. Entre 2000 e o primeiro trimestre de 2007, o conjunto dos imóveis detidos pelas famílias americanas saltou de US\$ 11 trilhões para US\$ 20,7 trilhões, uma expansão de 82% (ver Tabela 1). No mesmo período, o estoque de hipotecas

detidas pelas famílias pulou de US\$ 4,8 trilhões para US\$ 9,8 trilhões, um crescimento de 104%. A renda disponível das famílias, no entanto, cresceu a uma taxa muito menor, passou de US\$ 7,2 trilhões para US\$ 9,9 trilhões, uma expansão de 37,6%.

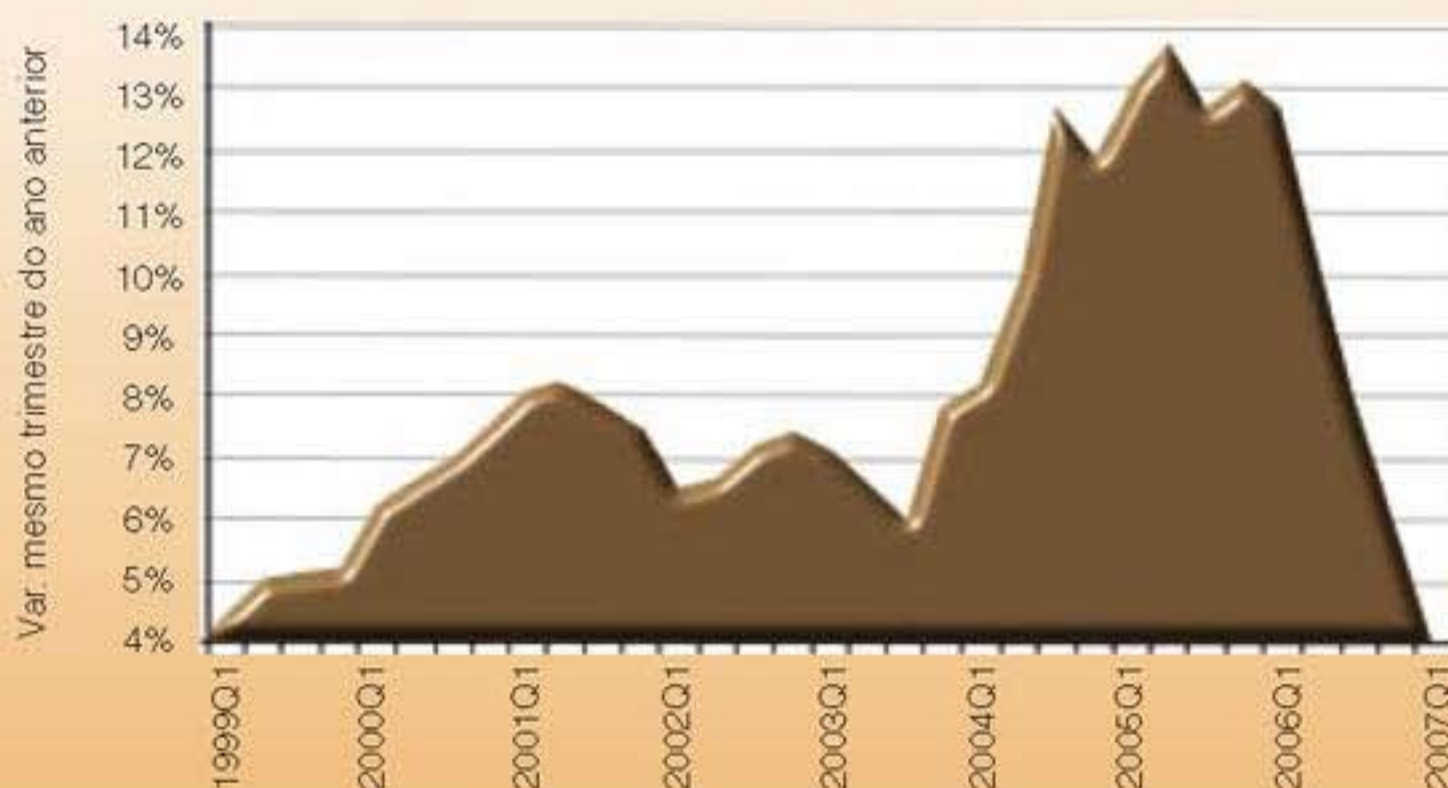
Entretanto, a partir de meados de 2006, o mercado imobiliário americano passou a emitir sinais de encolhimento, nos preços e nas quantidades. A valorização dos imóveis perdeu força desde o segundo trimestre de 2006, quando os preços cresceram cerca de 10,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. As taxas de crescimento dos trimestres seguintes foram menores: 7,88% no terceiro e 6,10% no quarto, sempre em relação ao mesmo período de 2005. No primeiro trimestre de 2007, a desaceleração dos preços dos imóveis foi aprofundada; em relação ao mesmo período de 2006 o crescimento foi de 4,25% (ver Gráfico 1). Desde o terceiro trimestre de 1997 não ocorria uma taxa de crescimento tão baixa para essa comparação. Os dados de preços referem-se ao índice elaborado pelo Office of Federal Housing Enterprise Oversight (OFHEO). Segundo o Departamento de Comércio (<http://www.bea.gov>), o número de unidades residenciais construídas caiu em 12,9% e as vendas de novas residências retraíram 17,3% em 2006. O encolhimento do mercado imobiliário revelou aumento da inadimplência dos devedores de maior risco, com repercussões em todo o sistema financeiro

Tabela 1
Balanço das Famílias Americanas (2000-I Trimestre 2007) – US\$ bilhões

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007-I Trim
Ativo	48.803,4	48.417,2	47.623,1	53.808,8	59.032,3	63.987,6	68.883,2	69.608,0
Imóveis	11.407,9	12.469,9	13.757,8	15.227,4	17.144,4	19.352,6	20.606,9	20.771,9
Financeiro	33.002,1	31.410,1	29.115,4	33.605,4	36.556,5	38.891,6	42.058,8	42.521,7
Passivo	7.397,7	8.007,7	8.790,8	9.823,6	11.025,8	12.211,2	13.294,9	13.432,3
Hipotecas	4.810,5	5.296,4	5.978,6	6.837,6	7.824,5	8.876,3	9.704,7	9.832,3
Patrimônio Líquido	41.405,7	40.409,4	38.832,2	43.985,2	48.006,5	51.776,4	55.588,3	56.175,7
Memo								
Renda Pessoal Disponível	7.194,0	7.486,8	7.830,1	8.162,5	8.681,6	9.036,1	9.704,3	9.898,0

Fonte: Flows of Fund, Table B100, Federal Reserve (<http://www.federalreserve.gov>).

Gráfico 1: Evolução do Índice de Preço dos Imóveis – 1999 a 2007



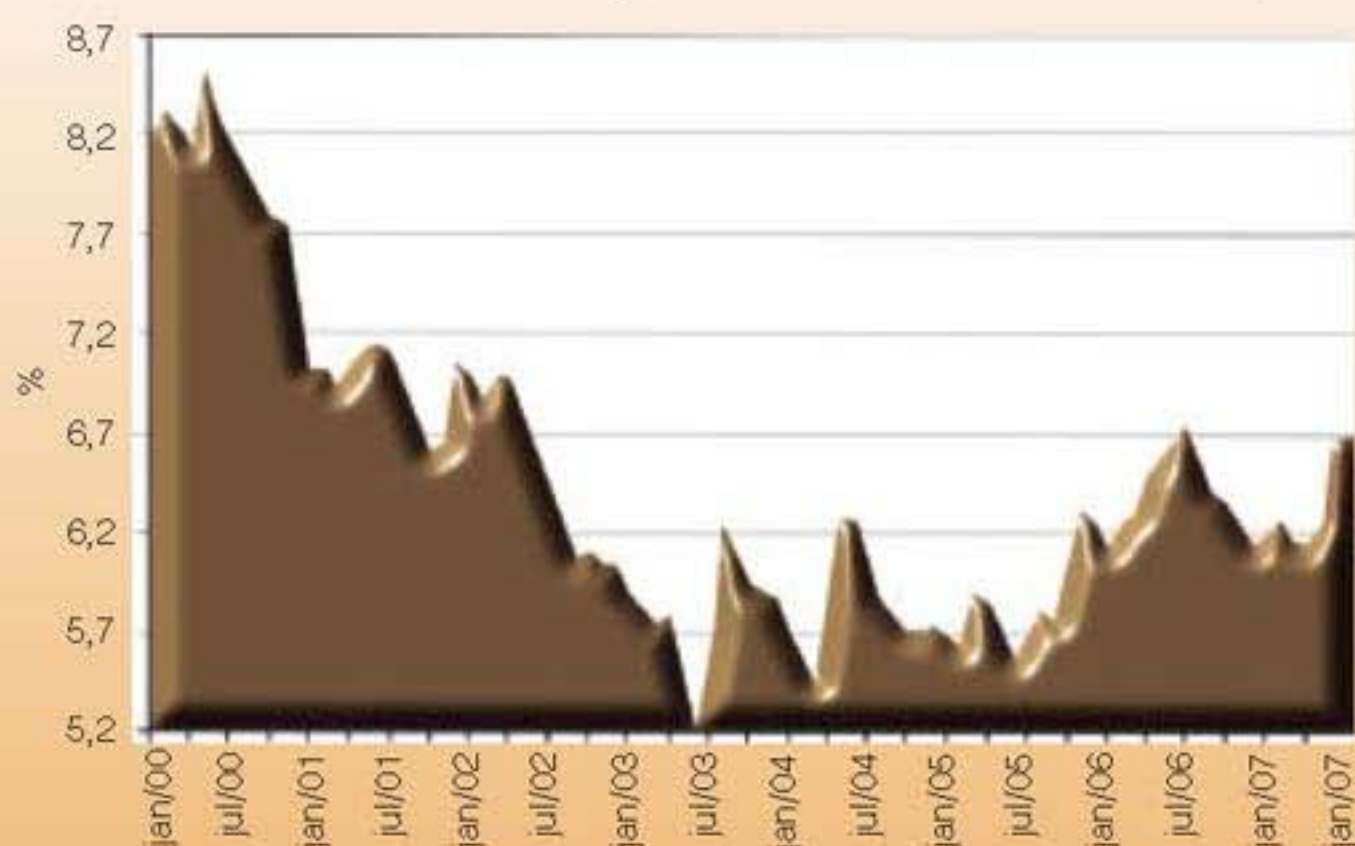
Fonte: OFHEO (Disponível em <http://www.ofheo.gov>).

global, dadas suas amplas ramificações ⁽⁵⁾.

Justamente nesses segmentos de maior risco (hipotecas subprime, cujo estoque tem sido estimado em US\$ 1,3 trilhão) do mercado de financiamento imobiliário americano é que se originam as principais perdas do sistema financeiro global ⁽⁶⁾. Esses contratos mais flexíveis contavam com a hipótese de que os tomadores pudessem ao longo de alguns anos

melhorar seus riscos de crédito e, assim, renegociar suas hipotecas. Entretanto, diante de taxas de juros mais elevadas e do receio dos agentes financeiros de uma desaceleração mais intensa da economia americana, as condições de refinanciamento ficaram mais difíceis. A taxa média de juros para hipotecas convencionais de trinta anos com taxas de juros fixas elevou-se 9,4% em 2006, frente a

Gráfico 2: Taxa de Juros das Hipotecas de 30 anos – 2000 a jul./2007



Fonte: Federal Reserve (Disponível em <http://www.federalreserve.gov>).

2005 (ver Gráfico 2). Essa alta foi concentrada na primeira metade do ano; a partir de julho os juros voltaram a se reduzir até janeiro de 2007, quando a tendência voltou a ser altista. Porém, as taxas de juros permanecem abaixo do patamar anterior à grande expansão do mercado imobiliário americano na primeira década do século XXI.

De todo modo, como as taxas de juros tendem a ser maiores do que na época da contratação, e as exigências à concessão de empréstimos aumentaram, tornou-se mais difícil para os tomadores se qualificar para novos empréstimos e/ou refinanciamentos das dívidas. Muitos tomadores estão excessivamente endividados (US\$ 191 mil em média em 2006, segundo a Standard & Poor's), com pouco patrimônio para oferecer como garantias aos novos empréstimos. Desde meados de 2006, a taxa de crescimento do endividamento das famílias diminuiu, e a taxa de crescimento dos investimentos residenciais tornou-se fortemente negativa (ver Tabela 2). A queda dos preços das residências significa que vender a casa para cobrir dívidas crescentes também pode não se

revelar um bom negócio.

Nesse contexto, no início de 2007, o balanço do HSBC registrou perdas em operações no mercado hipotecário americano. Essas perdas e a suspeita de que outros balanços poderiam ser contaminados desencadearam turbulências nos mercados financeiros globais. Entretanto, os ânimos dos investidores se acalmaram depois da constatação de que a turbulência dos mercados não havia alterado o "consenso altista". Os critérios de concessão de crédito foram apertados, mas os preços dos ativos, especialmente das ações, voltaram a bater novos recordes nos principais mercados, desenvolvidos e em desenvolvimentos.

Nos meses seguintes, cerca de trinta empresas de concessão de crédito imobiliário – como a New Century Financial Co., a segunda maior desse mercado – faliram. No final de junho de 2007, dois fundos administrados pela Bear Sterns apresentaram problemas, com importantes perdas numa carteira com ativos imobiliários, fortemente alavancada por empréstimos. Os bancos financiadores anunciaram um leilão dos ativos garantidores do crédito, ge-

Tabela 2.
Taxa de Crescimento do Endividamento das Famílias Americanas e do Investimento Residencial

	Total	Consumo	Hipoteca	Investimento Residencial
2004-I	10,7	12,5	5,8	4,0
2004-II	11,4	13,7	3,9	16,7
2004-III	10,9	14,5	5,8	4,2
2004-IV	11,7	13,4	5,9	2,4
2005-I	9,4	10,6	4,8	5,3
2005-II	11,7	13,0	5,1	13,1
2005-III	11,9	14,8	4,6	6,9
2005-IV	11,1	12,8	2,3	0,5
2006-I	9,3	10,6	2,2	-0,7
2006-II	9,2	9,5	6,0	-11,7
2006-III	7,9	8,6	5,4	-20,4
2006-IV	7,2	7,3	4,1	-17,2
2007-I	6,0	6,2	4,7	-16,3

Fonte: Bureau of Economic Analyses (Disponível em – <http://www.bea.gov>).

rando forte apreensão nos mercados porque o resultado do leilão daria preços a esses ativos pouco líquidos. Na imensa maioria dos casos esses ativos são contabilizados a valor nominal de lançamento e sua correção a mercado poderia levar ao reconhecimento de perdas em muitos fundos com ativos equivalentes. Para evitar o risco, a Bear Stearns avançou US\$ 1,6 bilhão para cobrir as necessidades de seus fundos ⁽⁷⁾.

A agência de classificação Standard & Poor's Ratings Services colocou em revisão especial (CreditWatch) com implicações negativas 207 classes de recebíveis imobiliários dos Estados Unidos, vinculados a garantias primárias de hipotecas do tipo "Alt-A". Os investidores começaram a sacar seus recursos dos fundos, desencadeando queda nos preços dos ativos.

No final de julho, dois hedge funds australianos – o Basis Capital e o Absolute Capital – suspenderam os resgates das aplicações. O Bear Stearns fez o mesmo em um terceiro fundo. Em 2 de agosto de 2007, os investidores de dois fundos do banco de investimento australiano Macquarie Bank tiveram perdas de 25% devido à volatilidade no mercado de crédito global. Isso desencadeou uma corrida dos investidores aos fundos, sobretudo aos mais agressivos.

Na primeira semana de agosto, o Commerzbank – um dos cinco maiores bancos da Alemanha – e o BNP Paribas – o maior da França – suspenderam os resgates em fundos de investimento, com problemas no mercado hipotecário de alto risco dos EUA. No caso do BNP Paribas, a estimativa do mercado era de que esses fundos tinham cerca de 30% de seus ativos, ou US\$ 700 milhões, vinculados a hipotecas subprime. Ao mesmo tempo, o banco central alemão (Bundesbank) articulava um pacote para salvar o banco de investimento IKB, com aplicações no mercado imobiliário americano. Diante disso, evaporou a liquidez em certos segmentos do mercado de securitização dos EUA e tornou impossível avaliar o preço de alguns ativos. Vale dizer, os investidores passaram a se afastar dos títulos garantidos por hipotecas prime e outros ativos – não apenas os subprime –, reduzindo a

liquidez do mercado.

Segundo Ben Bernanke, presidente do banco central americano, as perdas com o crédito imobiliário subprime dos EUA poderiam variar de US\$ 50 bilhões a US\$ 100 bilhões. Porém, a deterioração nas condições de crédito em âmbito mundial sinaliza que as perdas podem ser mais acentuadas. Durante a longa onda de euforia, os investidores operaram em vários mercados – hipotecas subprime, concessão de empréstimos para compras de empresas altamente alavancadas, derivativos de crédito, moedas de mercados emergentes, commodities etc –; os riscos implícitos, além de opacos, podem estar subavaliados. Estima-se que apenas os principais bancos de investimento dos EUA – Morgan Stanley, Goldman Sachs, Bear Stearns e Lehman Brothers –, possuem US\$ 180 bilhões comprometidos com essas operações de alto risco. Não pode ser descartado também o risco de a inadimplência contagiar as carteiras de crédito imobiliário convencional.

Diante disso, os principais bancos centrais – sob a liderança do Banco Central Europeu, mas apoiado pelo Federal Reserve, pelo Banco do Japão, do Canadá, da Austrália, da Noruega, de Taiwan e outros – injetaram mais de US\$ 300 bilhões em seus mercados financeiros nos dias 9 e 10 de agosto a fim de evitar uma subida abrupta de suas taxas de juros de curto prazo, e permitir a reorganização dos portfólios dos investidores. O economista Irving Fisher ⁽⁸⁾ – que detalhou as repercussões dos processos de elevado endividamento conjugados com deflação dos preços dos ativos, ocorridos durante a Grande Depressão (1929-1933), mas que se repetem recorrentemente no capitalismo – mostrou que a crise sistêmica é deflagrada quando as instituições financeiras, sobretudo os bancos, sofrem perdas suficientes para induzir uma forte contração do crédito, com efeitos cumulativos sobre o consumo das famílias e os investimentos das empresas.

Os bancos centrais procuram evitar exatamente a reversão das expectativas e as restrições aos empréstimos de boa qualidade, o que poderia deflagrar uma contração do crédito em

âmbito global. Os principais bancos centrais já injetaram grandes volumes de recursos nos mercados financeiros, e podem ainda reduzir suas taxas de juros de curto prazo para facilitar a recomposição dos portfólios a fim de evitar uma tentativa desesperada e deletéria de liqui-

dação de dívida e deflação de preços dos ativos.

Marcos Antonio Macedo Cintra é Professor do Instituto de Economia (IE) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais (Ceri). Rafael Fagundes Cagnin é Mestrando no IE/Unicamp.

Notas

- (1) Para maiores informações, ver CAGNIN, Rafael Fagundes. *O mercado imobiliário e a recuperação econômica dos EUA a partir de 2002*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp (dissertação de mestrado), junho de 2007.
- (2) Uma hipoteca residencial tradicional implica em requerimento de capital de 4% enquanto uma hipoteca padronizada emitida e/ou garantida pela Fannie Mae e Freddie Mac requer apenas 1,6%, o que possibilita carregar instrumentos mais líquidos reduzindo riscos e capital (Acordo de Basiléia, 1988).
- (3) Para maiores informações, ver CINTRA, Marcos Antonio Macedo & CAGNIN, Rafael Fagundes. *Evolução e dinâmica das finanças nos Estados Unidos*. Campinas: IE/Unicamp, 2007 (mimeo).
- (4) Segundo a *The Economist*, "Mercado de dívida apresenta a conta dos tempos de bonança" (republicado no *Valor Econômico*, São Paulo, 6 de agosto de 2007), no ambiente de euforia expandiram os empréstimos para clientes *Ninja* (uma sigla informal para a condição de *no income, no job or assets*, ou seja, pessoas sem renda, sem emprego ou patrimônio).
- (5) Para maiores informações, ver CINTRA, Marcos Antonio Macedo & CAGNIN, Rafael Fagundes. *Evolução e dinâmica das finanças nos Estados Unidos*. Campinas: IE/Unicamp, 2007 (mimeo). Cf. *The Economist*, "Pirâmide das hipotecas *subprime* começa a ruir" (republicado no *Valor Econômico*, São Paulo, 12/03/2007): "Quase três dúzias de bancos quebraram ou foram vendidos nos últimos meses devido a empréstimos não recebidos. Pagamentos em atraso aumentaram de cerca de 7% no fim de 2003 para cerca de 12,6% no fim de 2006, segundo o Morgan Stanley. Em 2 de março, o Fremont General, um banco da Califórnia, anunciou que não vai mais operar com empréstimos *subprime*. Autoridades reguladoras o forçaram a isso. (...) A General Motors, maior fabricante de automóveis do mundo, poderá ter de lançar no balanço uma despesa de quase US\$ 1 bilhão para cobrir empréstimos imobiliários ruins de sua subsidiária Residential Capital, segundo o Lehman Brothers. O HSBC, maior banco da Europa, viu os custos de suas dívidas ruins subirem 36% para mais de US\$ 10 bilhões em 2006, devido a de empréstimos ruins". Além disso, o aumento da inadimplência das hipotecas *subprime* (estimada em 13% do estoque) levou a saída dos *hedge funds* que vinham financiando parte dessas operações.
- (6) É preciso salientar que o contexto de euforia desencadeou operações altamente alavancadas em outros mercados. Os *hedge funds* lideraram as operações de *carry trade*, em que se toma recursos em um mercado com taxas de juros baixas (iene e franco suíço) para comprar ativos em mercados de alto rendimento, como o Brasil, por exemplo. Os *private equities* (fundos de participação acionária) tomaram gigantescos volumes de recursos emprestados para adquirir empresas. O objetivo é promover uma reestruturação na companhia adquirida e revendê-las no futuro com ganho de capital. Nesse movimento, muitas corporações foram retiradas das Bolsas de Valores, mas as cotações das ações foram catapultadas para o alto. Os mercados geraram também os *Pik Toggles*, acordos que davam às empresas o direito de pagar juros na forma de novas promissórias em vez de dinheiro vivo.
- (7) Simultaneamente, as operações de aquisição de empresas alavancadas por crédito, que incendiaram o mercado de fusões e aquisições mundial, começaram a enfrentar restrições. Pacotes de financiamento para os *takeovers* da Alliance Boots, uma rede de clínicas de saúde do Reino Unido, e a Chrysler, a terceira maior montadora dos Estados Unidos, foram adiados. Em 27 de julho de 2007, os bancos adiaram a colocação de US\$ 12 bilhões em títulos da Chrysler e de US\$ 8 bilhões da Alliance Boost, em um claro sinal de que a onda das mega-operações de compra ancoradas no crédito estava enfrentando seus limites. Os investidores começaram a reavaliar seus portfólios e os bancos a restringir os empréstimos para operações de maior risco. Os temores de um forte aperto no crédito assustaram os mercados globais e derrubaram as Bolsas de Valores em todo o mundo.
- (8) FISHER, Irving. "The debt-deflation theory of Great Depressions", em *Econometrica*, Vol. 1. Menasha, Wisconsin: George Bauta Publishing Company, 1933, p. 337-357.

MEIA PASSAGEM

AGORA TAMBÉM AOS DOMINGOS E FERIADOS

A PREFEITURA DE ARACAJU ATENDE A UMA REIVINDICAÇÃO HISTÓRICA DOS ESTUDANTES

A Prefeitura de Aracaju sabe que estudantes não deixam de ser estudantes nos fins de semana.

Por isso, atendeu a uma reivindicação histórica da classe estudantil e instituiu a validade da meia passagem nos ônibus aos domingos e feriados.

Agora, os alunos vão ter acesso mais fácil a cinemas, teatro, shows e várias opções de lazer. E vão ter uma educação mais completa.

Com a meia passagem, a Prefeitura de Aracaju garante mais cultura e mais lazer para os nossos estudantes. E dá mais uma prova do seu compromisso com a sua juventude e o seu povo.



Prefeitura de
Aracaju
Cidade de todos

www.aracaju.se.gov.br

Grandes desafios e disputas internacionais

DILERMANDO TONI

O comércio internacional e os recursos energéticos só podem realmente servir ao desenvolvimento econômico em um mundo livre da ganância e da cobiça imperialista

Pode-se dizer simplificada-mente que o mundo de hoje gira em torno de três grandes demandas: do comércio de mercadorias, das fontes energéticas, principalmente do petróleo, e da questão nuclear para fins militares. O domínio sobre elas é a base genérica para garantir a soberania e o desenvolvimento econômico de um país separadamente ou de um grupo de países em determinada região.

Porém, isto se dá em um mundo globalizado no qual o capitalismo adquire a feição neoliberal, hegemonizado pela superpotência norte-

americana. Assim, pois, é através da luta para manter o controle sobre tais demandas que o imperialismo norte-americano procura – por todos os meios, diplomáticos, políticos e bélicos, – consolidar sua hegemonia sobre o resto do mundo, mantendo o *status quo* de uma ordem unipolar.

Na dinâmica contraditória entre as vantagens de uns e desvantagens de outros, é que se manifesta o desenvolvimento desigual entre países capitalistas e entre estes e os países socialistas – o que, segundo Lênin, é lei absoluta, na época histórica contemporânea. Isto tem levado objetivamente a uma novidade histórica. É que, depois do advento do imperialismo, surgem pela primeira vez potências médias a partir da periferia – China socialista, Rússia, Índia e mesmo o Brasil. Estes são países com grandes populações, com extensa área territorial, de desenvolvimento médio das forças produtivas, que vão se destacando pelo volume de seu comércio (China), pela capacidade energética (Rússia e Brasil) ou pelo potencial atômico/nuclear (Rússia, China e Índia). Por tudo isto, seguem aos poucos fortalecendo suas posições internacionais.

Pode-se dizer em conseqüência que é através da busca de mais espaço comercial, de acesso às fontes de energia e do status nuclear, que se expressa a luta contra-hegemônica da periferia, ou seja, de vários países de capitalismo subordinado e de países do novo socialismo que começam a aparecer mais intensamente na cena internacional. Este fato somado às contradições entre as grandes potências imperialistas e ao um lento declínio da superpotência norte-americana é o prenúncio de uma nova ordem mundial, multipolar, onde os conflitos tendem a se agravar, como mostra inequivocamente a história.

As peças do tabuleiro geopolítico mundial se movem segundo as três questões em tela. Disputam-se espaços, sobretudo na Ásia Central. Para lá – a fim de “conter” a Rússia e a China – se voltam os olhos do império norte-americano, quando expandem a OTAN, criam novas bases militares convencionais ou instalam um novo sistema de mísseis. Esta ação, que vai desenhando os contornos de uma nova guerra fria

e de uma nova corrida armamentista, tem gerado uma reação defensiva da Rússia e da China. Países que estreitam sua aliança multifacetada, na qual tem papel destacado a Organização de Cooperação de Xangai, (Shanghai Cooperation Organization/SCO) que acaba de realizar sua 7ª cúpula anual ⁽¹⁾.

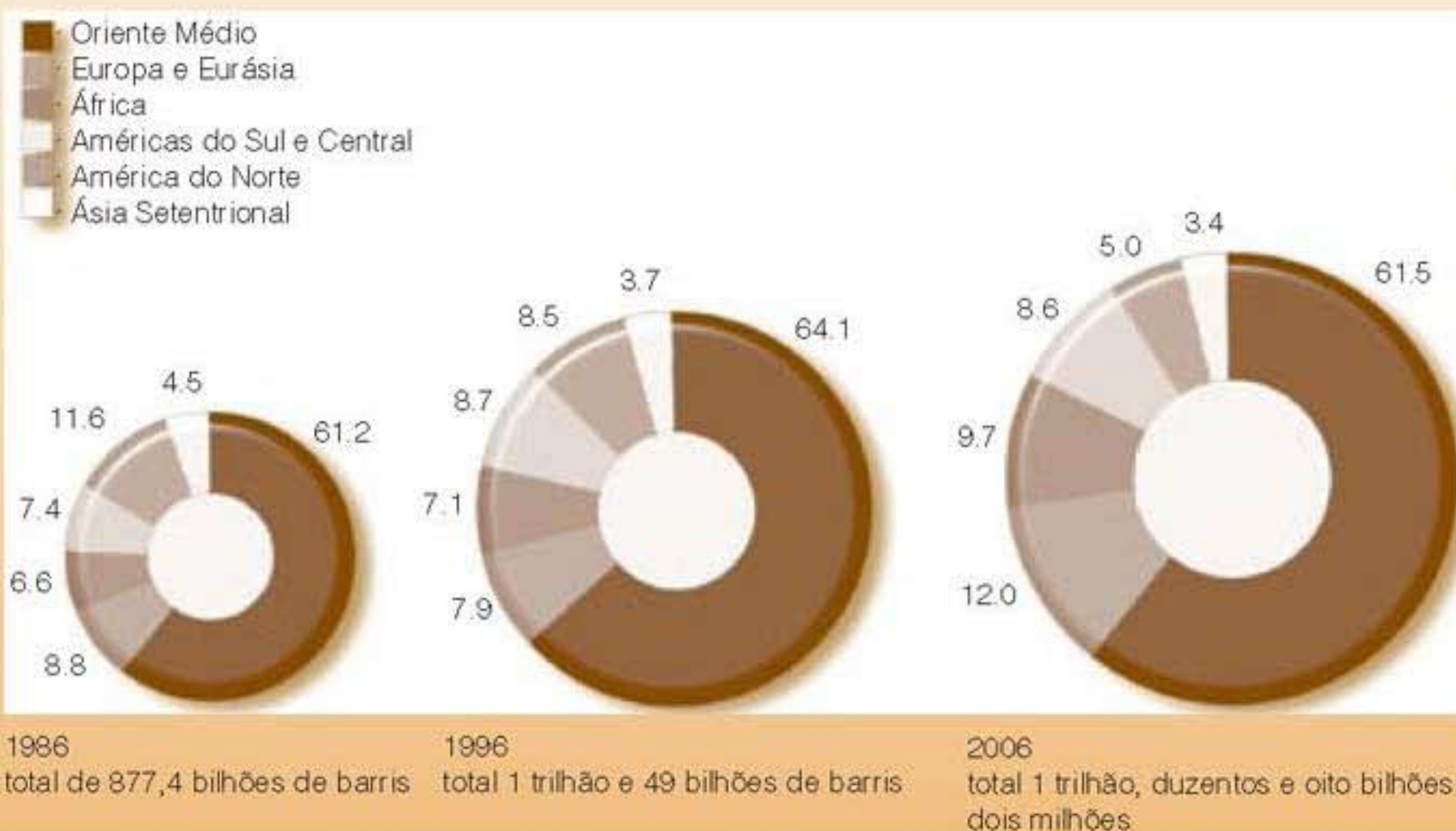
I

O **comércio mundial** experimenta um grande incremento nos últimos 30 anos. Entre 1996 e 2006, o crescimento médio do volume (a preços constantes) das mercadorias exportadas – 6% ao ano – foi o dobro da média de crescimento do PIB mundial. Em 2006, seu valor corrente atingiu US\$ 11,76 trilhões, 15% a mais que em 2005. Já o valor das exportações dos serviços comerciais atingiu US\$ 2,71 trilhões ⁽²⁾. O sistema de portos e navios de transporte adquiriu proporções inimagináveis. O que mais chama a atenção neste quadro é o fato, absolutamente inédito, de os países em desenvolvimento terem atingido 36% do total de mercadorias exportadas em todo o mundo em 2006 ⁽³⁾.

A Organização Mundial de Comércio (OMC), criada em 1994 como fórum multilateral sucedâneo do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), enfrenta impasses graves e de difícil solução em sua rodada Doha, espelhando as agudas disputas comerciais do mundo atual. A intransigência dos países ricos em manter subsídios para muitos de seus produtos e em adotar medidas protecionistas, apesar da hipocrisia do discurso do livre-comércio, cria resistências e estimula a tendência para o incremento dos blocos ou acordos regionais entre os países em desenvolvimento. Com normas comerciais e tarifas facilitadas, a integração não-hegemonizada e o benefício mútuo vão aos poucos se fortalecendo. Esta cooperação econômica fornece a base para o estreitamento dos laços políticos, diplomáticos e mesmo relativos à segurança regional. É o caso, por exemplo, da articulação sul-americana do Mercosul ou da já referida Organização de Cooperação de Xangai.

Distribuição de reservas provadas de petróleo 1986, 1996 e 2006

Porcentagem



A política comercial norte-americana segue por várias rotas com um só destino, o dos benefícios unilaterais. Pressiona fortemente pela desvalorização do dólar, sobretudo em relação ao yuan chinês (mas também em relação ao ien japonês), a fim de tornar suas exportações mais competitivas e diminuir o crônico e pesado déficit de sua balança comercial que acumula. Em 2006 os Estados Unidos ainda foram os maiores exportadores do mundo. Porém, em um quadro em mutação, pois foram ultrapassados pela China no segundo semestre daquele ano, tomado separadamente.

Os EUA buscam insistentemente celebrar acordos bilaterais (TLCs) com países de várias partes do mundo com o objetivo de minar as iniciativas regionais coletivas, econômicas e comerciais, tomadas pelos países em desenvolvimento. Tal é o caso da queda de braço Alca x Mercosul, até agora vencida pelos sul-americanos. Ou da proposta feita ao final do ano passado por G. W. Bush de criação de uma Área de Livre Comércio da Ásia Pacífico (FTAA, sigla

em inglês) com os países da Cooperação Econômica Ásia Pacífico (Apec, sigla em inglês) em contraposição ao acordo de livre comércio da China com os países da ASEAN (4). No novo formato estariam incluídos os EUA e vários outros países com o objetivo mal-disfarçado de diluir a influência chinesa (5). Ao mesmo tempo, os EUA adotam medidas protecionistas cada vez mais fortes.

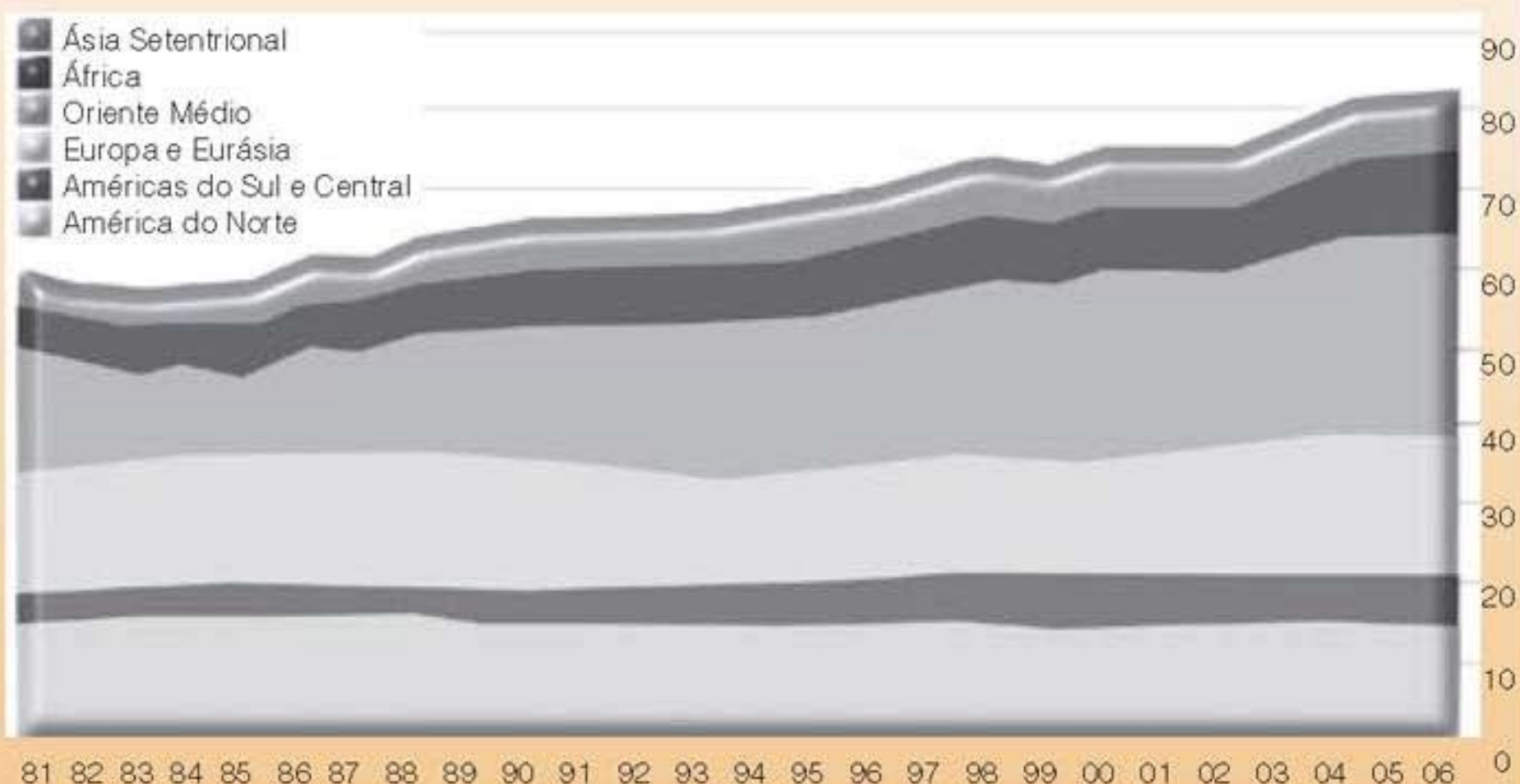
O quadro abaixo extraído do recentemente publicado relatório do BIS (6) relativo ao balanço em conta corrente global, no qual a balança comercial entra como componente fundamental, ajuda a explicar a ação norte-americana e é muito elucidativo quanto a tendências.

II

A luta pelo controle de fontes de **energia**, particularmente o petróleo, é extremamente aguda e freqüentemente resvala para confron-

Produção por região (milhões de barris/dia)

Milhões de barris diários



A produção mundial de petróleo cresceu em 400.000 barris/dia. A produção da antiga União Soviética cresceu em 450.000 barris/dia, lideradas pela Rússia e Azerbaijão. A produção da OECDE caiu em 430.000 barris/dia com o declínio da Noruega, do Reino Unido e do México compensando o crescimento do Canadá. A produção de outros países não participantes da OPEC aumentou devido ao crescimento da produção de Angola. A produção dos países participantes da OPEC avançou em 130.000 barris/dia.

tos armados e ocupações militares ⁽⁷⁾. Os EUA, pelo volume e tipo de consumo são altamente dependentes de energia, sozinhos, consumiram em média 20,6 milhões de barris por dia em 2006, pouco mais de 1/4 da atual produção de petróleo mundial, enquanto produziram pouco menos de 6,8 milhões de barris por dia. Isto significa que aproximadamente 75% do seu consumo de petróleo foram importados. Vendo diminuir a produção interna e escassearem suas reservas internas os EUA ⁽⁸⁾ protagonizam aqueles confrontos, sobretudo na região do Oriente Médio onde estão os principais estoques mundiais.

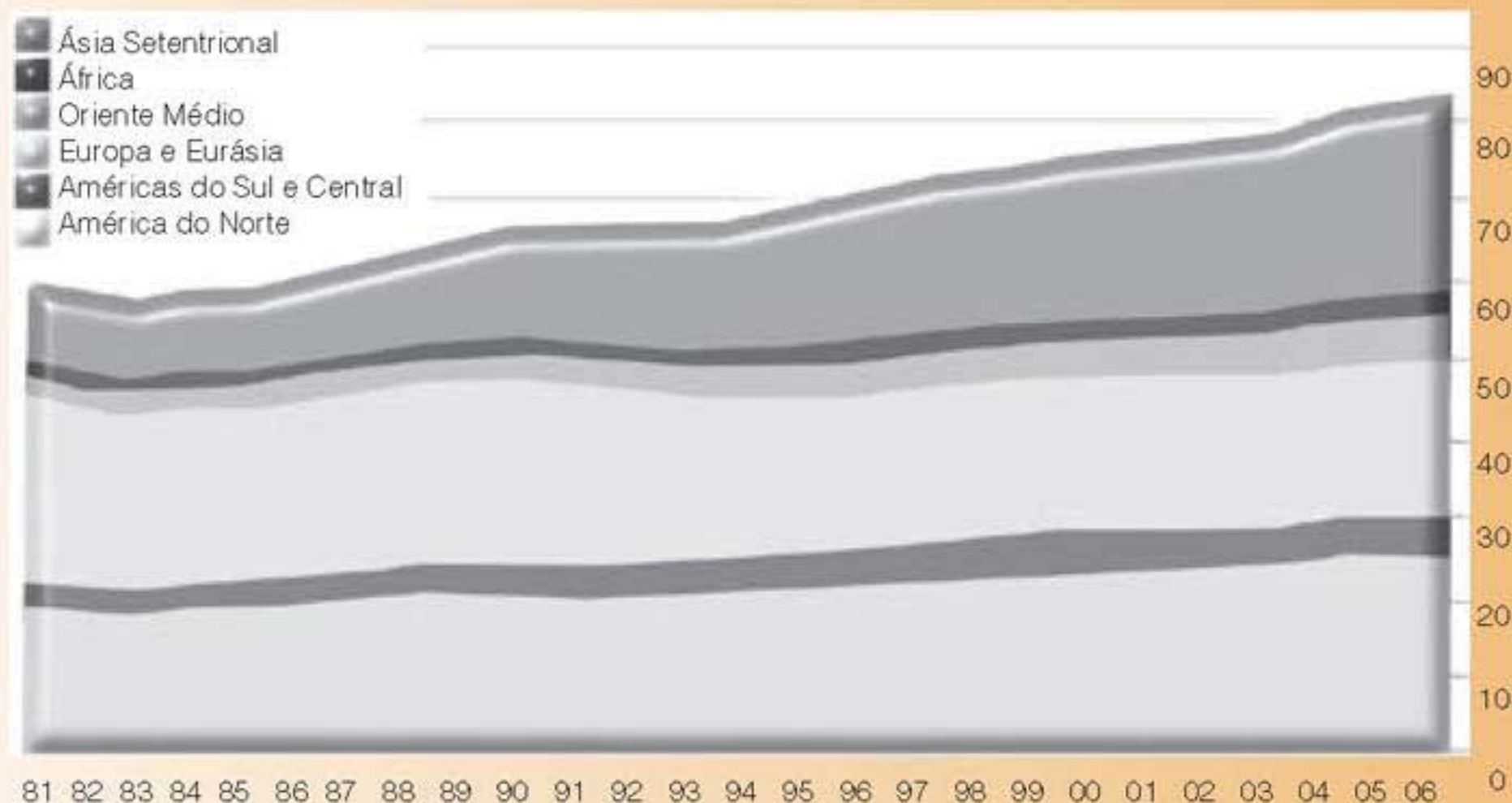
Da mesma forma procuram ocupar o espaço das grandes reservas dos países da Ásia Central e da África. A disputa acirra-se por causa do crescimento acelerado de países em desenvolvimento que dependem em certa medida de im-

portações de petróleo. A China em 40% de seu consumo, mas também a Índia. Tudo isto elevou substancialmente a demanda por petróleo e fez seu preço triplicar desde 2002.

Os gráficos de reservas comprovadas, produção e consumo por região do mundo são elucidativos ⁽⁹⁾.

Mas há aqui mudanças importantes que alavancam os países em desenvolvimento nesta disputa: 90% dos novos suprimentos de petróleo virão deles nos próximos 40 anos, segundo a International Energy Agency (IEA); uma grande mudança em relação aos últimos 30 anos, quando 40% da produção vinham de nações desenvolvidas. Surge daí uma nova configuração onde se impõem, no cenário, empresas petrolíferas de países em desenvolvimento, "as novas sete irmãs" – Saudi Aramco da Arábia Saudita; Gazprom da Rússia;

Consumo por região (milhões de barris/dia)



O consumo mundial de petróleo cresceu pouco menos de 650.000 barris/dia em 2006, cerca de metade da média dos últimos 10 anos. O consumo da OCDE caiu em 400.000 barris/dia, o maior declínio desde 1983. O crescimento do consumo de petróleo foi acima da média na China e nos países exportadores de petróleo.

CNPC da China; NIOC do Irã; PDVSA da Venezuela; Petrobras do Brasil; e Petronas da Malásia –, em sua grande maioria estatais e com operações internacionais. Juntas controlam um terço da produção mundial de petróleo e gás e mais de um terço das reservas totais de petróleo e gás. A trajetória do que hoje são as velhas sete irmãs – que dominaram a produção mundial de hidrocarbonetos de 1914 a 1973 – é bem diferente: produzem bem menos e detêm reservas muito menores ⁽¹⁰⁾.

O Brasil destaca-se como potência energética. Conquistou a auto-suficiência na produção e a vanguarda da extração de petróleo em águas profundas, possui grandes hidrelétricas e largo potencial hídrico, como também é pioneiro e maior produtor mundial de etanol a partir da cana-de-açúcar. Recentemente pas-

sou a dominar a tecnologia para produção de outro tipo de combustível a partir de vegetais – o biodiesel. Pode também, seguindo tendência mundial, ampliar suas usinas nucleares. O volume já produzido, o potencial a ser explorado e a diversidade de matrizes colocam-no em situação de vantagem estratégica neste que é um problema fundamental do mundo de hoje.

III

Em torno da questão **nuclear** se processa uma intensíssima luta na cena internacional opondo os EUA e alguns aliados a países do Sul que, para fins militares voltados à defesa

de sua soberania ou mesmo para fins pacíficos, procuram dominar a tecnologia da fabricação de bombas atômicas e dos veículos lançadores de mísseis. As tentativas destes países para dominar as tecnologias nucleares parecem vir da interpretação de que “elas produzem um grande efeito de dissuasão a um custo relativamente pequeno (...) [e] parecem proteger o Estado do imperialismo norte-americano”⁽¹¹⁾.

Até 1964, quando a China passou a possuir a bomba (recentemente anunciou avanços notáveis no sistema de mísseis defensivos), este *status* era exclusividade de alguns estados poderosos: EUA, URSS, Grã-Bretanha e França. Depois, os EUA armaram nuclearmente o Estado de Israel para onde não valem os discursos da não-proliferação ou da prevenção de “armas de destruição em massa” com os quais os EUA pressionam e ameaçam pesadamente quem ousa insistir no direito de deter as tecnologias nucleares, caminho pelo qual avançaram, em diferentes graus, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Irã.

O que há de mais grave neste terreno, entretanto, são as novas bases de mísseis que os Estados Unidos estão a instalar nas circunvizinhanças da Rússia, em território da Polônia

e da República Tcheca. O sistema de mísseis funcionará como parte integrante da capacidade nuclear dos EUA por alegados motivos de sua segurança interna frente aos desenvolvimentos nucleares do Irã e da Coreia do Norte. O alvo, por óbvio, é a Rússia. O presidente russo, Vladimir Putin, tem alertado para o perigo desta movimentação que, segundo ele, “muda todo o panorama da segurança internacional”⁽¹²⁾.

O comércio internacional e os recursos energéticos só podem realmente servir ao desenvolvimento econômico em um mundo livre da ganância e da cobiça imperialista. Um mundo onde a crescente interdependência dos Estados possa prescindir de armas nucleares para a imposição de interesses e destruição de bens materiais e vidas humanas. Um mundo de bem-estar para os povos, de paz e harmonia entre as nações. Este sonho ganha mais consciências a cada dia que passa.

Dilermando Tomi é jornalista e membro do Comitê Central do PCdoB. (dilercap@pcdob.org.br)

Notas

- (1) Consultar o site <http://www.sectesco.org/>
- (2) Dados da Organização Mundial do Comércio, World trade 2006, prospects for 2007, Risks lie ahead following stronger trade in 2006, WTO reports, 12/04/2007. www.wto.org
- (3) WTO Annual Report 2007, www.wto.org
- (4) Compõem a Asean os Estados do sudeste asiático.
- (5) Ver artigo de Fred Bergsten, do establishment norte-americano, “China and Economic integration” in *East Asia: implications for the United States*, março de 2007, no qual ele chega a falar que “o problema sistêmico é o choque potencial entre uma Ásia liderada pela China e o ‘Oeste’ encabeçado pelos Estados Unidos, pela liderança da economia global”. www.petersoninstitute.org
- (6) Bank for International Settlements – Annual Report, June 2007, <http://www.bis.org/>
- (7) O petróleo é, há muito, um bem estratégico. Para não ir muito longe basta lembrar os abalos da primeira crise (choque) do petróleo em 1974-75; da segunda crise do petróleo 1980-82 ou ainda da Guerra do Golfo em 1991.
- (8) Dados da EIA (Energy Information Administration), Official Energy Statistics, do governo dos EUA www.eia.doe.gov/
- (9) <http://www.bp.com/>
- (10) Ver os artigos “Petrolíferas vivem novo equilíbrio de forças”, de Carola Hoyos, *Financial Times* publicado pelo *Valor Econômico* de 13/03/07 e “A nova era do petróleo estatal”, de Jean-Pierre Séréni, *Le Monde Diplomatique*, março de 2007, <http://diplouol.com.br>
- (11) Mann, Michael. *O império da incoerência, a natureza do poder americano*, p. 48, Record, 2006.
- (12) Ver Entrevista coletiva de Vladimir Putin (texto integral) de 25/07/2008 em www.odiario.info

Globalização financeira: uma revolução capitalista?

A. SÉRGIO BARROSO

Não houve “revolução” desde a emergência, consolidação e regulação estatal do capitalismo monopolista, do período percorrido do século XIX até os acordos de Bretton-Woods; e destes da crise dos anos 70 do século passado aos dias de hoje. São estágios históricos do capitalismo monopolista; Não há “outra fase”

Martin Wolf – ex-economista do Banco Mundial e colunista-sênior do influente diário da grande burguesia britânica *Financial Times* –, transtornado pela euforia, acaba de anunciar uma nova revolução. No recente ensaio “Novo capitalismo financeiro provoca revolução global” (*Valor Econômico*, 28/6/2007, p. A-14), o economista busca fazer audaciosa síntese das características fundamentais da dinâmica capitalista atual.

Escrevendo ali em paródias – ridicularizando Trotsky quando alude à sua “revolução permanente”, no texto –, teoriza que, após a derrota da experiência socialista soviética, emergiu “um outro período revolucionário. O capitalismo está novamente em mutação”. Seríamos todos testemunhos da transformação de um “capitalismo gerencial”, do século passado, para um “capitalismo financeiro mundial”.

Da paródia à palavra

Não há dúvida alguma: Wolf é um espetalhão inteligente, um talentoso ideólogo do neoliberalismo anglo-saxão, como anotei de outra feita; e de vez em quando é um malabarista no jogo de palavras que mente criteriosamente ⁽¹⁾.

De saída, encantado com sua própria arrumação de dados – expressando (de fato) o crescimento gigantesco de diversos ativos financeiros na dinâmica econômica –, Wolf dissimula parecer ter descoberto a pólvora. Repito pela décima vez: desde meados dos anos 1980, o economista brasileiro José Carlos de Souza Braga desvelou a categoria de “financeirização” da riqueza no capitalismo contemporâneo – outro padrão de valorização e gestão do capital financeiro e da alta finança.

Aliás, bem no início dos anos 1980, Braga e Frederico Mazzucchelli apresentaram, inovadamente, uma brilhante análise das características e propriedades (Lênin) gerais do capitalismo monopolista e da hegemonia financeira nele. Com efeito, na medida em que nesse estágio capitalista se estabelece uma unidade ori-

ginária contraditória (acumulação produtiva X financeira) da forma lucros e da forma juros, “a autonomização da forma juros promove uma dominância financeira de duplo caráter: creditícia, nas vinculações com a acumulação industrial, e monetária na acumulação fictícia” ⁽²⁾.

Assim, argumento neste artigo que essa interpretação do escriba londrino viaja da paródia à palavra. Porque o processo de mutações em curso no capitalismo global confere à forma financeira – à revelia, e não, das últimas evoluções de suas bases técnicas – um poderoso móvel cumulativo no desenvolvimento dos circuitos de acumulação e valorização do capital. Não há “período revolucionário” ou menos ainda revolução – mas, sim, algo similar ao apontado por Thomas Kuhn em sua interpretação da estrutura das revoluções científicas ⁽³⁾.

Mas não recusemos aludir às idéias principais do (muito bem pago) liberal-monarquista Wolf.

Os cinco argumentos centrais de Wolf

1. Diz ele que o volume de recursos financeiros “explodiu”: a relação de ativos financeiros com a produção anual saltou de 109% em 1980, para 316% em 2005; este ano totalizou US\$ 140 trilhões o estoque mundial de ativos. Destaca a zona do euro, que passou em 180% para 303%, a proporção ativos/PIB entre 1995-2005; de 278% para 359%, no Reino Unido, e de 303% para 405%, nos EUA, no mesmo período.

2. Além disso, os mercados de capitais passaram a exercer “cada vez mais as funções de intermediação” bancária, onde, se em 1980 os depósitos bancários representavam 42% de todos os títulos financeiros, reduziram-se a 27% em 2005. O sistema bancário, por sua vez, “migrrou” da atuação em bancos comerciais (empréstimos de longo prazo e relacionamento duradouro com a clientela), para atividades afeitas a bancos de investimentos.

3. Derivativos, ou “novos produtos financeiros complexos”, desenvolveram-se de títulos, ações, commodities e câmbio. Wolf usa

dados da Associação Internacional de Swaps e Derivativos para concluir que em fins de 2006, somados, swaps de juros e cambiais, e opções de juros no mercado atingiram US\$ 286 trilhões, ou cerca de seis vezes o valor do Produto Mundial Bruto; esses derivativos somaram US\$ 3,45 trilhões em 1990. Inovações financeiras que – afirma Wolf – “transformaram as oportunidades de gerenciamento de risco”.

4. Mais ainda, os fundos privados de investimento e os fundos hedge – “novos atores” – cresceram enormemente: os fundos hedge que eram 610, em 1990, subiram para 9.575 no primeiro trimestre de 2007. Fazendo especulação e arbitragem (especulação em diferentes mercados e países), os hedges então somavam e administravam aproximadamente US\$ 1,6 trilhão.

5. Cada vez “mais globalizado”, o capitalismo, de 1970 a 1980 e 2004, somava em ativos financeiros e passivos internacionais sob posse de residentes em países de alta renda, subiu, respectivamente, de 50% do PIB agregado, para 100% e para 330% neste último ano. Para Wolf, sendo “transparente tanto em seus atores como na natureza de seus ativos”, a globalização do capitalismo financeiro, o crescimento da intermediação e da atividade do setor financeiro explicar-se-iam “pela liberalização e o progresso tecnológico”.

“Liberalismo”. A propósito, isto aí é teatro mambembe do saudosismo colonizador britânico, onde a “era de ouro”, radicalmente antiliberal e reguladora da orgia da alta finança especulativa, a verdadeira grande catapulta das altas taxas de crescimento econômico e difusão do padrão tecnológico mais ou menos homogêneo no centro (e parte da periferia) do capitalismo, por mais de vinte anos, sofrem inversão tautológica (fraudulenta) pelas palavras de Wolf.

Bem como esse ideólogo neoliberal confessa uma facciosa ignorância – omissão deliberada? – dos elementos cruciais que impulsionam o progresso técnico: 1) há incerteza na evolução tecnológica, na medida em que processos

“evolucionários” e a impiedosa seleção de “ambiente de mercado” indeterminam quem será o vencedor (ex post) da concorrência; 2) a geração de alternativas tecnológicas via de regra é “altamente focalizada”; 3) as mutações tecnológicas selecionadas pelo mercado, estão longe de serem “estritamente aleatórias” e “provêm direção ao avanço técnico”; 4) a decisão de inovar também exprime “a dimensão cumulativa do conhecimento técnico”, resultando em tendências à semelhança, mas sempre em superioridade às inovações técnicas anteriores ⁽⁴⁾.

Tudo isso quer dizer: o “liberalismo” e o padrão tecnológico contemporâneo são para meia dúzia de grandes corporações multifuncionais cada vez mais centralizadores de uma massa inimaginável de ativos financeiros e, simultaneamente, da inovação técnica à base das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação.

Revoluções das bases técnicas do capitalismo

Asseveramos então que, em idéias mais precisas que àquelas de Kuhn, as revoluções técnicas do capitalismo são incompreensíveis se pensadas à margem das leis da dialética. Por isso sublinhamos que os processos de acumulação quantitativa das mudanças – manifestações fenomênicas da lei da transformação da quantidade em qualidade e da qualidade em quantidade – incidem sempre sobre a dinâmica capitalista, redimensionando-a.

A exemplo, na fase capitalista da manufatura – decisiva à passagem à grande indústria –, encontra-se uma comprovação inequívoca disso. Porque não há revolucionamento das bases técnicas do capitalismo à época da manufatura, há uma relação de desenvolvimento da especialização dos instrumentos de trabalho com parcelização das tarefas, sem perda da subjetividade do trabalho; ou seja, ainda é vigente o comando do trabalhador sobre o processo da produção manufatureira. Isso compreende um estágio de subsunção (“absorção”) formal – vale dizer, incompleto de subordinação ao capital. Desse modo, a manufatura bloqueia a ampliação da

valorização do capital, dados os enormes limites ao crescimento da produtividade, vis-à-vis à crescente demanda das trocas mercantis internacionais.

Na evolução do pensamento de Karl Marx e seus estudos sobre a constituição do modo específico de produção capitalista, o desenvolvimento dos instrumentos e da divisão de trabalho; as especializações (dos instrumentos e do trabalho) na passagem da manufatura para a maquinaria; a diferenciação, especialização e simplificação das máquinas-ferramentas; e especialmente a transição da subsunção formal para a real conformam uma série de categorias que (só assim) sustentam o conceito de Revolução Industrial. Espécie de síntese, a máquina-ferramenta concentraria o ponto de partida da revolução industrial. Só progressivamente se impõem as relações entre a técnica a ciência e o trabalho ⁽⁵⁾.

Quer dizer, com a conformação da grande indústria – “seu meio característico de produção e produzir máquinas por meio de máquinas” (Marx) –, há objetivação do processo da produção, que se torna tecnicamente contínuo e regulado, baseando-se na aplicação da ciência aos processos produtivos; o volume da produção e de trabalho socialmente necessário à elaboração de cada mercadoria passa a ser tecnicamente determinado. Como muito bem dissertou Carlos Alonso Barbosa de Oliveira:

“(…) as constantes revoluções técnicas significam constantes desenvolvimentos das forças produtivas, constantes mudanças na divisão social do trabalho, destruição permanentes das formas de produção não fabris, constante criação de novos ramos de produção que já surgem dominados pela organização fabril, alterações permanentes das necessidades sociais. Ora, esses processos caracterizam o regime capitalista como um sistema de produção revolucionário, em constante movimento e permanente desequilíbrio” ⁽⁶⁾.

Tudo isso se esparramou mais rapidamente ainda após a I Grande Depressão capitalista (1873-96): a II Revolução Industrial. A nova transição, forjada por crescente processo de centralização de capitais, a emergência das estrutu-

ras monopolistas e suas grandes escalas de produção, e um novo padrão tecnológico: ao invés do ferro, do carvão e da máquina a vapor, então o aço, a eletricidade, a química pesada, o telégrafo sem fio, o motor à combustão interna ⁽⁷⁾.

Revolução ou contra-revolução?

Por conseguinte, é necessário compreender verdadeiramente a constituição específica da revolução nas forças produtivas capitalistas para conceber sua generalização (universalização) através de seu movimento lógico-histórico. Daí a constituição de “padrões” de capitalismo em cujas estruturas vão, necessariamente, se homogeneizando os processos de produzir e reproduzir a riqueza e a exploração assalariadas capitalistas. Sistemicamente consolida-se sobre uma nova base técnica, revolucionária, do regime econômico-social.

De outra parte, em primeiro lugar, para consideração dos vários elementos que transformam potentemente a estrutura técnica da produção capitalista, tal reestruturação – uma “fronteira tecnológica de difusão ampliada” ⁽⁸⁾ – conteria, crucialmente, modificações da infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações. Em segundo lugar, tal reestruturação deveria projetar a economia mundial numa “onda longa” de crescimento econômico, fenômeno nitidamente ocorrido nas referidas duas outras revoluções industriais (Braga, *idem*, pp. 253-4, 2000).

Numa outra dimensão, daquilo que alguns autores vieram a denominar de III Revolução Industrial – epicentro no “complexo eletrônico” ⁽⁹⁾ – exacerba-se grotescamente o fenômeno incontornável da redução da própria base de valorização do valor (Marx), ou do capital, vis-à-vis ao grande impulso técnico. Exemplificando, o desemprego assume proporções inéditas: no mundo alcançou “o mais alto nível histórico”, 195,2 milhões de pessoas, apesar do crescimento econômico global – declarou Juan Somavia, secretário-geral da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a partir de relatório publicado em fins de janeiro deste ano.

Ademais, de maneira geral, do capitalismo periférico advieram o desemprego estrutural,

de trabalho, desindustrialização e maior heterogeneidade social. Uma “contra-revolução liberal-conservadora”, assim designou Cardoso de Mello ao conjunto dos processos econômicos, financeiros e geopolíticos ⁽¹⁰⁾.

A dupla fajutice de Martin Wolf

Por tais razões, trata-se de dupla fajutice trombetear uma atual “revolução capitalista” comandada pelo portentoso capital financeiro. Quais fajutices?

Primeira: a financeirização da riqueza capitalista é fenômeno derivado do desenvolvimento da conjugação operativa entre a manipulação inovadora do poderoso sistema de crédito e a ação política avassaladora da oligarquia fi-

nanceira mundial, comandada tout court pelo grande capital financeiro dos EUA; os mesmos perpetrantes da sabotagem aos acordos que “reprimiam” a especulação da alta finança desde Bretton-Woods (1944). Trata-se, portanto, de mentira altamente interessada publicizar a omissão, em economia política, no que respeita à pioneira e irrefutável teorização de Marx (depois, outros) acerca da múltipla valorização do capital portador de juros como sendo a “perversão monstruosa das relações de produção” (Marx, *O Capital*, Livro 3), ou do capital reduzido à sua pura forma: a produtora de juro, “a forma mais reificada (...), forma fetichista pura do capital” ⁽¹¹⁾. A “revolução” de Wolf esqueceu o D-D’ (que sobreviveu 240 anos!) e chegou atrasada 27 anos ⁽¹²⁾.

Notas

- (1) Wolf, em “Riscos e recompensas da era de ouro”, escreveu: “Períodos dourados como este são raros e nunca duram muito. Eles precisam ser aproveitados enquanto duram. A posteridade nos condenará se negligenciarmos a oportunidade de construir um mundo melhor assentado sobre as fundações atuais” (*Valor Econômico*, 3/5/2007). Ora, se houve crescimento econômico mundial, nos últimos cinco anos, trata-se de uma fraude chamar de “era de ouro” esse período, comparando-os com (pelo menos) aqueles 20 anos (1945-65) de elevado crescimento econômico global, de vigência do “pleno emprego” à la Keynes, com aumento real de salários (Europa, Japão e EUA), forte redução das desigualdades no capitalismo desenvolvido e certa difusão do padrão tecnológico à periferia capitalista, desde meados dos anos 1970, particularmente na Europa, desemprego e subemprego são altíssimos, e aberrantes as desigualdades econômicas e sociais entre países – crescentes inclusive no interior do capitalismo central.
- (2) Prosseguem os autores: “É, portanto, o desenvolvimento do capital a juros que faz dos aspectos financeiro-creditícios e financeiro-monetários os determinantes par excellence da estruturaração monopólica do capital e do movimento do capital monopolista” (“Notas introdutórias ao capitalismo monopolista”, de Braga, J.C.S. e Mazzucchelli, F., in *Revista de Economia Política*, São Paulo, nº 2, abril/junho/1981).
- (3) Acompanhemos brevemente o raciocínio de Kuhn (*A estrutura das revoluções científicas*, São Pau-

lo, Perspectiva, 2003, 8ª ed. [1962]), acerca dos paradigmas científicos universalmente aceitos, para quem permaneceria “em aberto a questão a respeito de que áreas da ciência social já adquiriram tais paradigmas. A história sugere que a estrada para um consenso estável na pesquisa é extraordinariamente árdua” (p. 35). E logo adiante afirma que, para ter aceitação como paradigma, “uma teoria deve parecer melhor que suas competidoras, mas não precisa (e de fato isso nunca acontece) explicar todos os fatos com os quais pode ser confrontada” (p. 38). Quer dizer, a ciência “normal” – “empreendimento altamente cumulativo” – “não se propõe descobrir novidades no terreno dos fatos ou dada teoria, quando é bem sucedida não as encontra” (p.77). De outra parte, durante “os períodos revolucionários, quando mais uma vez os princípios fundamentais de uma disciplina são questionados, repetem-se as dúvidas sobre a própria possibilidade de progresso contínuo, caso um ou outro dos paradigmas alheios sejam adotados” (p. 207).

- (4) Em “Concorrência sob condições oligopolísticas. Contribuição das análises centradas no grau de atomização/concentração dos mercados”, de Ana Lucia Gonçalves da Silva, há ainda uma interessante correlação entre a idéia do “paradigma científico” de Kuhn, e a formulação do especialista G. Dosi, de “paradigma tecnológico”. Ver as p. 223-227 do importante estudo de Gonçalves (Campinas, Unicamp/Instituto de Economia, 2004).
- (5) Devemos aduzir que, em se vasculhando os três volumes dos *Grundrisse*, de Marx, encontra-se a

Segunda: Martin Wolf fracassa diante dos que acreditam em sua “revolução capitalista”, quando ele mesmo, no aludido ensaio, afirma que “O novo capitalismo financeiro representa o triunfo dos negócios de ativos sobre produtores de longo prazo”. Onde “outra consequência foi a emergência de dois centros financeiros internacionais: Londres e Nova York”. Ou seja, uma “revolução” às avessas; pois “Em todo o mundo ocorreu uma considerável migração de renda do trabalho para o capital. (...) Especuladores financeiros ganham bilhões de dólares, não durante uma vida inteira, mas num único ano” (*Valor Econômico*, idem, 28/6/2007).

Não houve “revolução” desde a emergência, consolidação e regulação estatal do capitalismo monopolista, do período percorrido do século

19 até os acordos de Bretton-Woods; destes da crise dos anos 70 do século passado; desta crise aos dias de hoje, quando vivemos sob a ditadura do grande capital financeiro centralizado em massas gigantescas. Ao lado de fusões e aquisições, instabilidade endógena sistemicamente e crises financeiras recorrentes e demolidoras.

São estágios (níveis) históricos do capitalismo monopolista, desenvolvimentos da fase imperialista desse modo de produção, decifrado por Lênin como sendo de decomposição, desenvolvimento, concorrência feroz e tendência à guerra. Não há outra fase.

A. Sérgio Barroso, Médico, doutorando em Economia Social e do Trabalho (Unicamp), membro do Comitê Central do PCdoB.

esclarecedora passagem abaixo, dando conta de desenvolvimentos bem mais complexos em torno da questão das bases técnicas do capitalismo:

- “Na medida em que, sem embargo, a grande indústria se desenvolve, a criação real de riqueza se torna menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados, que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que, por sua poderosa eficácia não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção” (Ver: *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858*, vol. 2, p. 227-229, Buenos Aires, Siglo Veintiuno editores, 1972).
- (6) Ver: *Processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado*, de Oliveira, C. A. B., p. 63, São Paulo, Unesp, 2003.
- (7) Segundo David Landes, no clássico *Prometeu desacomodado. Transformação tecnológica e desenvolvimento na Europa ocidental, de 1750 até os dias de hoje*, a depressão apenas foi revertida lá pela passagem do século. Acrescentando que, além do motor a combustão interna e dispositivos automotores, advieram a “indústria de precisão e da produção em linhas de montagem – uma série de inovações a que se deu o nome de Segunda Revolução Industrial” (Rio de Janeiro, Elsevier/Campus, p. 249, 2005, 2ª edição).
- (8) J. C. Braga, em *Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*, ex-

plica esta denominação a partir do exemplo do “complexo automotriz”: petróleo como nova matriz energética, fornecedores, comercializadores, garagens, oficinas de reparação, serviços de táxi, linhas de ônibus, postos de abastecimentos, pneus, câmaras de ar, válvulas, lâmpadas, aço, cobre, borracha, vidro, transporte rodoviário, seguro de automóveis, construções domésticas e industriais, etc (Campinas, IE/Unicamp, p. 250, 2000).

- (9) Ver a circunstanciada argumentação em: “A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança”, de Coutinho, Luciano, *Economia e Sociedade*, n° 1, Campinas Unicamp/IE, agosto de 1992.
- (10) Em “A contra-revolução liberal-conservadora e tradição crítica latino-americana. Um prólogo em homenagem a Celso Furtado”, de Cardoso de Mello, João Manuel, in *Poder e Dinheiro – uma economia política da globalização*, Tavares, M. C., Fiori, J. (orgs.), p. 22, Petrópolis, Vozes, 1997, 2ª edição.
- (11) Ver: *O Capital*, Livro 3, volume 5, Capítulo XXIV, Marx, Karl, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- (12) Quer dizer, de enorme impulso a partir da década de 1980. No entanto, para Hyman Minsky, “as oscilações das taxas de câmbio [desde 1973] têm sido muito grandes. grandes demais para serem explicadas a partir das contas de comércio. As oscilações acentuadas são um efeito da integração financeira” (“Integração financeira e política monetária”, *Economia e Sociedade*, n° 3, Campinas, IE/Unicamp, dez./1994).

A vitória da direita na França

Uma direita reacionária, pró-
americana venceu! E de modo
contundente!

PATRICK THEURET

Os números são eloqüentes. A política anunciada mais ainda. A direita – a mais reacionária socialmente, a mais liberal economicamente e a mais pró-americana internacionalmente – depois de várias décadas conduziu sua campanha sem dificuldades, de acordo com seu programa.

Ela ganhou facilmente a eleição presidencial em 6 de maio com Nicolas Sarkozy (53%), e conservou a maioria absoluta na Assembleia Nacional em 17 de junho. Até hoje esse tipo de sucessão no calendário eleitoral sempre favoreceu a autonomia presidencial a ir de vento em popa.

Os institutos de pesquisa anunciaram uma

Câmara de direita, ocupando de 400 a 500 cadeiras das 577 existentes. Na realidade, a mobilização da esquerda no segundo turno diminuiu as diferenças. A maioria presidencial conseguiu 346 colocações frente a 231 deputados de oposição: 227 de esquerda – dos quais 190 socialistas, 15 de vários partidos de esquerda, 19 do PCF e 4 Verdes – e, ainda, 4 de centro. Mesmo com as eleições parlamentares adiadas para um segundo turno, a vitória da direita – por meio de ardis – em quatro rounds é clara e ressonante.

A direita ganhou por seus princípios. Consultados, os eleitores de Sarkozy mencionaram como motivo a luta contra a insegurança (39%), contra a imigração (29%), pela redução da dívida pública (23%) e pela diminuição de impostos (21%). Entre os que votaram em seus adversários havia preocupação, principalmente, com a redução das desigualdades sociais (44%), a luta contra a exclusão e a instabilidade (25%), a preservação do sistema de saúde (23%).

Essa corpulenta direita ainda foi bem sucedida numa batalha: a de atrair racionalmente, por meio de seu programa, o voto da extrema-direita que representa 15% do eleitorado há 20 anos.

Uma França no seio dos acontecimentos internacionais

Pelo mundo, com efeito, essa dupla eleição assume a importância que a França nele exerce: 6ª potência em termos de PIB; 5º comércio exterior; 3ª em orçamento militar, exportador de armas e potência nuclear, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU; antiga líder de um império, principalmente na África, soberania neocolonial, mais ainda pelos profundos laços humanos urdidos pela história e a emigração. A França desfruta igualmente – apesar do declínio de sua língua pelo mundo – de um prestígio atribuído a sua cultura e a seu passado, onde ainda domina a Revolução Francesa.

Com isso, num mundo dominado pelo imperialismo estadunidense, ela freqüentemente funciona como força de compensação ou de resistência mesmo no interior do bloco de forças dominantes. As contradições interimperialistas,

com uma evidente ótica anti-hegemonista, manifestaram-se no grande dia em que a França se contrapôs aos EUA e seus aliados por sua guerra contra o povo iraquiano. Mesmo Paris conseguiu passar a impressão de tomar a dianteira na ONU, numa ampla aliança, apoiada por Moscou e Pequim, e, além disso, por dezenas de países contrários ao belicismo anglo-americano.

Herança de uma tradição social e democrática

Pelo fato de a França ter conseguido permitir-se tamanha audácia frente ao *grande irmão* americano – ao qual ela permanece ligada no Pacto Atlântico, e do qual ela se aproxima a passos largos após essa mesma guerra – ela retira de sua história interna, política e social, uma tradição de luta e de independência na qual seu movimento operário sempre desempenhou um papel determinante, arrancando de sua burguesia as liberdades, os direitos democráticos, um Estado de bem-estar.

Eis aí o objetivo da contra-ofensiva reacionária, delineado desde os anos 1970 por uma burguesia ávida por recuperar o que teve obrigação de conceder. Ela opera em um novo contexto em que seus ataques (privatizações, desregulamentações, cortes sociais particularmente) não aparecem mais diretamente camuflados sob forma do governo francês, mas sob a da União Européia, apresentados como uma fatalidade externa intrinsecamente com as melhores intenções, segundo ela.

E, naturalmente, é no terreno de sua reconquista que a direita reencontra seus mais sérios obstáculos, despertando cada vez mais um movimento popular na defensiva, mas muito combativo – como em relação à questão dos aposentados em 1995, pelos quais a França invadiu as ruas, ou ainda como, um ano antes, contra a precarização do emprego dos jovens que arrebatou milhões deles até fazer o governo recuar em relação a seu projeto de Contrato de Primeiro Emprego.

Do mesmo modo, esse espírito popular obteve, pouco antes, outro êxito, sem precedentes: a reprovação em 29 de maio de 2005 do Trata

do da Constituição Europeia (TCE), por 54,64% dos eleitores consultados, ao fim de um extraordinário debate nacional, derrotando a opinião de que as primeiras pesquisas previam 2/3 para o “Sim”. A estupefação das elites europeias chegou ao máximo. Elas não haviam previsto um “plano B” e esse tratado, anteriormente aprovado por unanimidade pelos Estados, foi rejeitado. Além disso, o voto combateu o “mau exemplo” na Europa. Esse grande acontecimento – maior da recente história política francesa e europeia – revelou o espírito de independência do povo francês, que renegou de um só golpe todos os partidos que aprovaram o Tratado, que não representam menos de 95% da Assembleia Nacional; a direita governamental certamente, mas também o Partido Socialista (PS) (à frente de 22 das 26 regiões) e seus aliados Verdes.

O referendun revelou principalmente uma clara divisão de natureza social, se não de classe. Os mais de 15 milhões de votos “Não” saíram das camadas populares (39% operários, 71% desempregados, 67% empregados), do campo, dos pobres e com menos escolaridade do que os “Sim”. O voto “Não” foi mobilizado pelos partidos mais à direita e mais à esquerda no tabuleiro político e também pelas minorias no interior dos partidos tradicionais de poder, adquirido pelo voto politicamente correto do “Sim” incondicional a uma Constituição federalista e ultraliberal. A ruptura política entre as elites e a população trouxe desvantagens para a esquerda: 56% dos eleitores socialistas e 60% dos Verdes optaram pelo “Não” contra a indicação de seus partidos.

Mas esse abalo político não provocou uma reestruturação tão significativa do sistema de partidos políticos. E é nesse contexto que a eleição presidencial, com as regras, hábitos e poder das estruturas políticas, tendeu a voltar a fechar o interregno. Isso é o que manifestaram, de maneira contundente, as eleições de 2007.

Ordem política e crise social

Houve uma contra-ofensiva de direita. A grande burguesia sai, com efeito, melhor posicionada. Para que sua expressão política, a

direita, levasse a melhor ela deveria obter os votos não apenas das camadas intermediárias, mas também de algumas camadas populares. Sua equação é simples. Ela deveria mostrar os interesses de sua classe eficientemente, o que envolve a inteligência de não colocá-la em perigo diante da maioria de que aí é vítima. Aos olhos daquela, ela deveria mascarar suas intenções muito bem para procurar apoio.

Para ganhar uma parte das camadas populares a direita dispõe de uma estratégia política interna clássica, com os mais variados instrumentos possíveis: dividir, opor uma parte contra outra. É aí que a estratégia “segura”, com suas conotações muitas vezes xenófobas, torna-se poderosa para enfraquecer a consciência de unidade de classe, em formação ou restauração.

A originalidade de Sarkozy não foi ter se colocado nesse caminho estratégico, mas de ter se saído bem ao enfatizar as contradições ao máximo – fator de força em curto prazo e de fraqueza em longo prazo. Isso não seria possível a não ser frente a uma esquerda estruturalmente fraca e sem tê-la diagnosticado enquanto tal. Ao contrário do que parece essa situação da esquerda não é fruto principalmente de circunstâncias excepcionais, de uma conjuntura passageira, mesmo se fatores desse tipo tivessem sido expostos naturalmente. Porque se ela teve audácia política para que o presidente – o mais reacionário da 5ª República – pudesse propor para o cargo de ministro alguns dirigentes socialistas, mesmo afastados, ela teve principalmente base para que o acordo político fosse forte nesse propósito para muitos deles aceitarem. Assim, ao gerar uma real dinâmica de poder à direita, não uma recentralização, Sarkozy conseguiu distanciar essas personalidades da “esquerda”.

Ao contrário, o voto “Não” à Constituição da UE teria mostrado um caminho possível, em longo prazo, que ameaçaria o poder: uma revolta coletiva das camadas populares. Ao destacar essa divisão não poderia senão favorecer a esquerda, e não os euroincredulos de direita, conforme claramente havia indicado a campanha de 2005. Desse modo, com as camadas populares novamente divididas no debate decisivo a direita afastou, de um só golpe, esse risco de

unidade popular.

Essa estratégia originou-se do novo ciclo capitalista iniciado em meados dos anos 1970, por muito tempo delineada pela palavra *crise* e que, com efeito, gerou uma ruptura social, marginalização de grupos da população. Dois fenômenos ligados e contraditórios se desenvolveram então: uma paralisação estrutural massiva, de um lado, traz uma forte aspiração por segurança no emprego, na saúde, nos rendimentos (salários, aposentadoria etc) com mobilizações concretas para fazer cumprim-los, mas, de outro, a desestruturação social favorece a miséria moral e material, base da insegurança, acentuada pela interferência em sua origem de reações secundárias favorecendo a manutenção do poder. Em outras palavras, a direita se sustenta politicamente das conseqüências sociais geradas por ela. É um circuito fechado, tanto que a esquerda não representa mais uma alternativa e esperança, mas um simples contrapeso parcial.

É que as experiências governamentais da esquerda (1981-86, 1988-93, 1997-2002) acostumaram o povo da França durante 15 dos últimos 26 anos a ver os governos conduzidos pelo Partido Socialista. A esquerda mostrou sua faceta de integração ao sistema depois de ter aumentado as esperanças nos anos 1960-70. Com o afastamento, depois de muito tempo sem qualquer perspectiva de tomada do poder, ela não se conservou.

Ao longo desse período é que uma parte do voto popular – obtido primeiro pela esquerda, devido à crise – amparou-se em uma rejeição do sistema sem consciência de classe. O voto seguro, antiimigração, consolidou amplamente a Frente Nacional durante duas décadas, antes de ser absorvido amplamente pela direita clássica.

A dupla tradição francesa – social e de independência – conheceu então uma inegável derrota. Entretanto, mesmo ganhando todas as eleições, essa direita sabe que tem diante dela belos anos. Seu programa anti-social se chocará com as mesmas forças que ela conseguiu derrotar, mas que não desapareceram. O primeiro teste disso foi a “TVA social”, cujo debate desencadeado entre os dois turnos por Laurent Fabius fez um leve furo na “bolha”, ao revelar a

intenção do governo de realizar, por meio desse encargo, uma transferência de rendimentos aos mais pobres em detrimento dos mais ricos. Fator de ascensão da esquerda entre os dois turnos, ela assim levou a direita a se dividir muito rapidamente; o ex-primeiro-ministro Jean-Pierre Raffarin ameaçou obstruir o Parlamento. O grande jogo entre os interesses de curto e longo prazos e as contradições desse jogo já bastante manifestas.

À direita: unidade de classe

À direita, a formação majoritária (a União por um Movimento Popular, UMP) – criada em 2002 para (e pelo) o presidente Chirac, e quase única, pois é proveniente da fusão das principais doutrinas da direita clássica – elegeu como seu ministro do interior Nicolas Sarkozy. Este, então, partiu em campanha com a mais ampla coalizão de direita para um primeiro turno depois de 40 anos.

Mas, no fundo, a vitória de Sarkozy é fruto amadurecido de um longo avanço da direita, de sua adaptação às manobras da grande burguesia. A família política da qual ela provém é, por certo, *geneticamente*, a família gaullista. Quando ela se apodera das rédeas do poder, ao examinar os anos 1960, quais seriam suas características? Em política interna a promoção de uma burguesia nacional industrial, apoiada em um Estado intervencionista. Em política internacional, um desgaste, se não uma adversidade, com os Estados Unidos e a construção européia; a que se acrescentam uma emancipação concedida e um apoio aos países árabes diante Israel. Que são, então, à direita, seus concorrentes (aliados ou opositores de circunstância): os atlantistas, os liberais, os europeístas democrata-cristãos e os colonialistas racistas. Como se observa, 40 anos mais tarde há um desmoronamento da direita. Os valores atuais de Sarkozy são precisamente os mesmos dos adversários de De Gaulle, mas isso não deve ter acontecido de um só golpe em 2007. As eleições de Giscard D’Estaing e a criação, então, da UDF claramente com Jean Lecanuet, é a etapa intermediária que obriga progressivamente o pálido campo gaullista a

se alinhar, depois se unir, aceitando ponto por ponto a total re-inversão do programa gaullista – tudo simplesmente porque aquele não corresponde em mais nada aos interesses da grande burguesia franco-européia.

À esquerda: apagar a lembrança de 2002

As forças de esquerda, por sua vez – que havia ganhado a votação intermediária depois de 2002 devido à sua presença no seio de um grande movimento popular com a juventude – sentiram o pêndulo voltar-se em sua direção, e isso indicava o retorno às disputas. Os socialistas, escaldados pela experiência de 2002, escolheram uma candidata totalmente diferente e até inesperada: Ségolène Royal. Ela venceu com facilidade as eleições primárias, organizadas pelo PS; Laurent Fabius, ex-primeiro-ministro e ex-presidente da Assembléia, da ala esquerda moderada; e Dominique Strauss-Kahn, ex-ministro da economia, de orientação social-liberal, blairista, pró-americano, partidário do “Sim”, como Ségolène Royal, da qual é bastante próximo. O prestígio de Ségolène Royal, então, afigurou-se como irresistível e a França se preparou para receber, pela primeira vez, uma mulher no mais alto cargo do Estado.

A mídia, desde então, realçou o face a face previsível (mas não seguro) entre Nicolas Sarkozy e Ségolène Royal. Após um ano movimentado, seu percurso “irresistível” terminou. Ela, que havia sido dada como vencedora até o final do ano, perdeu em algumas semanas de campanha de 7 a 8 pontos nas pesquisas que anunciavam a vitória de Nicolas Sarkozy como certa.

Desde o primeiro turno, a esquerda tinha de fato perdido, expondo sua fraqueza com apenas 36,5%, entre todos os seus candidatos. Ela perdeu 5 pontos em cinco anos. Isso, malgrado uma incontestável movimentação gerada por Ségolène Royal, única candidata em condições de sair vencedora, que obteve de uma só vez 10 pontos a mais que Lionel Jospin e 2 a mais que a soma dos três candidatos que ela substituiu. Os Verdes, os comunistas e a extrema-esquerda

conseguiram 8 pontos no total.

Ségolène Royal obteve, apesar de tudo, no segundo turno perto de 17 milhões de votos. Ela foi majoritária nas camadas populares e na juventude, devido a lutas recentes. Mas a derrota foi bastante humilhante, apesar desses números significativos.

Profundo enfraquecimento da esquerda

Se depois da derrota ocorreram desavenças na esquerda, longe de ser um efeito de conjuntura, essa derrota se deu principalmente pelo enfraquecimento tendencial da esquerda após 1981.

Esta esquerda, na verdade, em 35 anos é a mais fraca. Em seu interior o peso relativo da social-democracia clássica ainda está aumentado. O potencial da esquerda radical em 2002 (14%) diminuiu para 9% e alguns candidatos não passaram de 5%. E o espaço da oposição aumentou mais do que no primeiro turno graças apenas a um candidato centrista proveniente das fileiras da direita, por ter ameaçado tomar o segundo turno do candidato socialista. A evolução qualitativa e quantitativa da esquerda francesa está em pé de igualdade. O enfraquecimento de longa duração de seu núcleo operário e comunista arrastou juntamente a sua sucessão. As taxas de sindicalização são as mais baixas da Europa (7-8%).

De uma perspectiva concreta e inevitável constata-se haver aí uma ligação entre evolução das categorias salariais e voto comunista num primeiro estágio e, num segundo, uma repercussão sobre o conjunto da esquerda. O PCF perdeu seus votos continuamente, mas por ter abrandado. O PCF, na verdade, em 30 anos passou de mais de 20% para menos de 5%. A maior parte desses 15 pontos foram perdidos em momentos-chave da história da esquerda francesa. A subida ao poder em 1981 de François Mitterrand como primeiro presidente aceitável da esquerda. As situações seguintes, sem tirar conclusões generalizadas e abstratas, são claras: as duas participações governamentais – a primeira (1981-84) conduziu o PCF a um novo

recuo (- 5 pontos) em 1986; e a segunda (1997-2002) a também menos cinco, num total de 14 pontos a menos.

O recuo das formas organizadas de esquerda é regularmente disfarçado pelas agitações espetaculares dos movimentos sociais. A força desses movimentos (às vezes com milhões de manifestantes) destoa da grande modéstia das estruturas organizativas.

Dispersão da esquerda antiliberal

Na esquerda, as vítimas da polarização personalizada das disputas eleitorais são praticamente todas as forças, menos o PS.

A força do voto “Não de esquerda”, o movimento anti-CPE de março-abril de 2005, e outros indícios, parecem, no entanto, ter favorecido em 2005-06 a perspectiva de uma ampliação do eleitorado de esquerda do PS. Alguns levam em alta conta uma candidatura comum e um forte re-equilíbrio da esquerda em seu favor, com um cabedal eleitoral que poderia se encontrar facilmente muito acima de 10%. Mas no final de 2006 a unidade e a coerência cederam lugar à dispersão e à confusão.

As formações de princípio trotskista foram as primeiras a jogar papel nesse cenário. Rapidamente a possibilidade de uma candidatura única da esquerda do PS foi dificultada pela Luta Operária (LO), pequeno grupo confuso, mas midiático, usando seus direitos mediante uma publicação eleitoral para concorrer na primeira esfera com Arlette Laguiller, e principalmente forte devido à legitimidade adquirida em 2002. Ela chegou a passar na frente dos candidatos de esquerda do PS, com o recorde de 5,7%. Algumas pesquisas previam-lhe mais de 10%. A LO anunciava, sem surpresas, sua brusca candidatura solo, praticamente de início, apresentando novamente seu candidato preferido.

Até a Liga Comunista Revolucionária (LCR) se lançou sozinha, apesar de suas ligações com outras forças de esquerda. Com seus efetivos quase tão marginais quanto os de sua concorrente, e muitas vezes aliada LO, a LCR participou em 2002, mas com perfil oposto. Ela obteve, com um jovem desconhecido, de 27 anos de

idade, Olivier Besancenot – verdadeira surpresa – mais de 4%. Isso ultrapassou até o candidato comunista, Robert Hue, e nas últimas semanas rapidamente alcançou Arlette Laguiller.

Se a LCR tivesse partilhado com a LO um mesmo velho princípio trotskista seria de uma cultura política totalmente inversa, diferente, influenciável e intelectual, e contaria com os quadros mais influentes, menos no movimento operário. Em algumas eleições recentes ela deixou transparecer a busca por certa respeitabilidade para a esquerda.

Com um terceiro candidato, oriundo da mesma família política, a extrema-esquerda em 2002 obteve 3 milhões de votos (10,4%), o dobro de 1995, e principalmente um resultado sem precedentes nos anais da história. Em 2007 não houve esse impulso, retornando aos 5,8%. O êxito anterior não levou – isso é verdade – a nenhuma fixação social importante. Essa extrema-esquerda é mesmo mais fraca, mais tímida do que seus antecessores dos anos 1970. E a sua incapacidade de aumentar organizacionalmente é uma demonstração a mais da evolução midiática do sistema político e da vida política deixada pelo antigo PCF – vazio não preenchido pela esquerda do ponto de vista social e organizacional e apenas muito parcialmente do ponto de vista eleitoral.

Em compensação, essas duas formações conseguiram conquistar um lugar no debate político. A LO ajudou a legitimar seu discurso de classe contra classe ao modificar, em 2007, com seu apelo – pela primeira vez – o voto no PS no segundo turno. A LCR, além disso, conseguiu consolidar sua passagem: Besancenot tomou o lugar de Arlette Laguiller com legitimidade midiática, com o voto da juventude e o popular, e um verdadeiro impulso nas eleições parlamentares. Ela conseguiu aumentar sua influência continuamente, dobrando seu número de votos, chegando a 2% – ou a maioria dos votos da extrema-esquerda – destacando-se muitas vezes como liderança na esquerda do PS.

O PCF e os antiliberais

Depois do lançamento das candidaturas de

Laguiller e Besancenot, a idéia de uma estrutura, um programa, e candidato comuns não teria sido mais bem representada em 2006 do que pelo Coletivo Nacional de Ação – um grupo antiliberal que reuniu 800 comitês locais organizados pela campanha do “Não”. Ele envolveu o Partido Comunista (PCF), alguns pequenos grupos e personalidades de inúmeras outras organizações políticas, sindicatos e associações, a minoria dita “isolada” da LCR e uma corrente social de esquerda. Após meses de esforço o projeto desmoronou no final. Os comunistas, potencialmente majoritários nesse movimento, decidiram propor como candidato à presidência sua secretária nacional Marie-Georges Buffet, ex-ministra. Um referendun entre os membros do PCF obteve mais de 96%.

Ela concorreu com dois outros candidatos: Yves Salesse, mediador experiente de um clube de meditação, mas desconhecido do grande público, e Clementine Autain, jovem auxiliar de um líder socialista de Paris, feminista, próxima da corrente refundadora do PCF. O sistema da eleição, apesar de sua complexidade (não se podia votar da mesma forma em todos os comitês!), fez, no entanto, surgir uma confortável maioria para Marie-Georges Buffet, responsável por 63% de participações. A reunião nacional (um verdadeiro congresso) que deveria escolher o candidato não decidiu nada. Manifestou-se então uma dupla indignação proporcional. A minoria, mesmo de comunistas, acusou o PCF de ter manipulado a vitória de sua representante, impedindo de concretizar um acordo de cúpula, segundo o qual o candidato deveria ser “consensual”. E a maioria insurgiu-se contra as repercussões qualificadas de “anticomunistas”, fazendo com que esse voto majoritário legítimo fosse contestado sob pretexto de que seu vencedor seria a secretária nacional do Partido Comunista Francês.

Consumava-se uma ruptura. Amargamente, as minorias reuniram 300, dos 800, comitês em 20 e 21 de junho, lançando – não sem condições internas – a candidatura de José Bové, considerado por alguns produto de uma nova formação política (que poderia ser, segundo Yves Salesse, menos dependente do movimento operário).

.Os comunistas divididos

Esse drama de fins de 2006 explica-se em grande parte pela mistura de debate que percorre a esquerda da esquerda (unidade e/ou diversidade) com aquele debate maior específico que percorre os comunistas (identidade e/ou agrupamento). Durante décadas, o PCF obteve o voto da esquerda, a mais operária, popular e radical. Depois de um período de enfraquecimento o PCF introduz a esse debate uma “mutação” ideológica e organizacional e entra logo em seguida ao governo dito da esquerda plural (1997-2002). Em menos de dez anos essa dupla procura de revitalização de legitimidade, esforçando-se para afastar os fantasmas do passado, leva a um resultado contrário ao anterior: divisão em dois, eleitoralmente e, mais ainda, em termos de efetivos – em três. Além disso, esse partido, tradicionalmente militante e disciplinado, termina desmoralizado e dividido – o que, por sua vez, enfraquece e divide a esquerda em seu conjunto.

Se o PCF em 2002 obteve um resultado minúsculo de 3,6% isso poderia parecer não ser senão uma vítima passageira de uma experiência governamental desacreditada daquele período. Ele logo avançou, por certo ligeiramente, nas eleições parlamentares (5%), mas perdeu proporcionalmente em relação a 1995. Com 1,9% em 2006 a hesitação não seria mais permitida. Esse resultado mostrou definitivamente que não havia nenhum suporte comunista independentemente das conjunturas e que nenhuma retificação faria mais ressurgir espontaneamente um eleitorado comunista natural. Nessa época houve a perspectiva das eleições parlamentares (naturalmente mais favoráveis ao PCF do que as presidenciais, como em 2002). Quando, enfim, o PCF obteve 4,7% das urnas, o índice mais fraco da sua história, paradoxalmente ocorreu – avaliadas as condições – aos olhos de todos os observadores e, sobretudo, no coração dos militantes, uma espécie de renascimento. Em lugares que as pesquisas previam a perda de metade dos votos, 18 dos 21 deputados foram reeleitos. O que é pior, reeleições em velhos distritos foram notó-

rias, como as do presidente do grupo comunista na Assembléia, Alain Bocquet, que passou de 39% a 47% no primeiro turno e foi reeleito com 69% no segundo. Ao mesmo tempo, essa concentração do eleitorado comunista destaca igualmente a ampliação da marginalização dos resultados de inúmeras circunscrições. Em razão disso, o voto comunista não aparece mais massivamente como um eleitorado social e politicamente diferenciado na esquerda, como ocorreu durante décadas, mas mantém-se como opção admissível em certas configurações frente à direita.

Evolução da esquerda

Depois dessa dupla derrota, mesmo com o segundo turno das eleições parlamentares revelando-se mais venturoso que o previsto, o PS ficou dividido, por suas tentações centristas e suas correntes isoladas na esquerda, entre a legitimidade de seus dirigentes e a de sua deplorável candidatura. A esquerda antiliberal sofre alterações.

Os comunistas estão preparando um congresso para o final de 2007 e alguns setores propõem a criação de um novo partido.

Os Verdes estão reduzidos.

Por toda parte, a palavra-mestra é *refundação*, usada por todas as correntes para relançar algo novo, re-alinhar uns a outros, o que produz, num primeiro momento, um movimento geral de dispersão, com profunda convicção de que ao mudar os nomes as coisas melhorem. Há uma fraqueza orgânica da esquerda, social e organizacionalmente, profunda e não superficial. Ganhar as próximas eleições está certamente em sua pauta, mas para mudar a sociedade falta-lhe o essencial.

A França e o mundo, amanhã

Que papel internacional a França pode jogar em nível mundial e, em primeiro lugar, no ponto central de suas relações com os Estados Unidos? O presidente desempenha um papel institucional e real essencial no âmbito das relações internacionais e de defesa. “Minha atribuição

no relacionamento com os EUA é conhecida”, diz Sarkozy, “ela me vale algumas críticas na França”. “Eu não sou inexpressivo (...) Assumo essa amizade, estou orgulhoso dessa amizade (...) Eu a reivindico”.

A personalidade do eleito explica claramente a correlação de forças atual e a futura. Nicolas Sarkozy marca o último suspiro da tradição gaullista em nível de Estado, em parte conservado por Jacques Chirac. Porém, 75% dos franceses desejam uma política internacional distante dos Estados Unidos.

Seu programa internacional está, sobretudo, fora da França, onde ele encontrará, num primeiro momento, seus sustentáculos mais sólidos. George W. Bush, cada vez mais isolado no cenário internacional e em seu país, com a guerra contra o Iraque, pode se alegrar, enfim – com justa razão – por ter um amigo sincero e devotado na presidência da França e no ministério do comércio, o socialista Bernard Kouchner, ex-governador de Kosovo. Aparentemente, o acordo da ordem imperial reina, pois, em Paris.

Ségolène Royal, por sua vez, teria revitalizado a tradição social-democrata moralizadora: democracia, direitos do homem e outros valores tomados como “europeus” diante de certa barbárie, reconhecida no restante do mundo, onde China, Rússia, Índia e Irã são vivamente condenados ou apresentados como perigosos.

Se existe uma diferença verdadeira em matéria de política internacional, amanhã ela se estabelecerá, menos sobre os impulsos de isenção e moralidade, em nome dos quais a França traz do passado conquistas coloniais “emancipadoras”, guerras de “pacificação” ou, mais recentemente, de bombardeios punitivos – que por força da expressão dessa apaixonada alma francesa de liberdade e independência, desafiam a onipotência americana. Hoje, em meio a outros grandes valores partilhados de fraternidade, igualdade e solidariedade internacionalista, parece estar além do bem e do mal.

Patrick Theuret é diretor de publicação da revista Correspondências Internacionais. Tradução de Maria Lucília Ruy.

*Mulheres na política:
subverter valores,
reordenar espaços*

As conquistas das mulheres só se dão no ventre da liberdade, sob pressão das próprias mulheres, com apoio do pensamento avançado da sociedade

JÓ MORAES

A experiência histórica indica que as conquistas das mulheres só se dão em períodos de expansão democrática, sob pressão das próprias mulheres, contando com o apoio do pensamento avançado da sociedade. Em toda onda obscurantista, a primeira vítima é a mulher. Quer maior comprovação do que o simbolismo das fogueiras consumindo “bruxas” – aquelas mulheres que ousavam transgredir as verdades estabelecidas no período da Inquisição?

Ao analisar os avanços sociais conquistados

na resistência dos excluídos percebe-se que ela depende do tempo e das circunstâncias. E é importante resgatar os aspectos centrais do momento presente para descobrir os caminhos a serem percorridos.

O legado do século XX é contraditório: o início de seus anos 90 é marcado pelas vitórias do mundo do trabalho, com as primeiras experiências de construção das sociedades socialistas. Nelas, valores morais que ressaltavam a solidariedade e o combate aos preconceitos contribuíram para importantes conquistas institucionais das mulheres.

Em meados do século, outros passos foram dados. As mulheres iniciaram uma jornada de afirmação da própria identidade e de sua visibilidade. Investida que teve na produção de Simone de Beauvoir um simbólico marco. Conferências mundiais sucessivas pontuaram a construção política desses avanços. Nesse período, a humanidade se descobriu mulher.

Lamentavelmente, no entanto, o fim do século é marcado pelo avanço da barbárie das guerras, a ofensiva dos fundamentalismos e a quebra de paradigmas de humanidade. Nesse contexto desafiador é que se desenvolve a busca da mulher por mais espaços de poder.

Acompanhando a herança perversa da sociedade capitalista globalizada do final do século, a construção política brasileira apresenta componentes que se opõem aos melhores pressupostos da tradição democrática.



O Estado brasileiro é marcado pelo autoritarismo, na elevada concentração de poder de sua República, e pela apropriação privada da coisa

pública, cujas históricas chagas da corrupção só agora vêm à plena luz, na sua inteireza. Para isso foi decisiva a peculiar origem de sua representação eletiva: o voto censitário, onde sufrágio e poder econômico têm a mesma raiz.

A subversão de valores nas conquistas das mulheres

A experiência brasileira comprova que toda conquista das mulheres teve como pano de fundo de sua sustentação a subversão de valores da estrutura social. O direito do voto feminino foi um subproduto da revolução de 1930, em contraponto

aos valores das oligarquias rurais. Naquele período, a expansão da sociedade industrial-urbana confrontava com a estrutura de poder dos coronéis, que asseguravam sua representação política através dos famosos currais eleitorais. A universalização do voto era componente importante para a ruptura do poder político com a hegemonia rural. A intensa mobilização das "sufragistas" contou com uma necessidade objetiva de modernização do Estado brasileiro. O voto feminino foi resultante desses dois movimentos.

A licença-maternidade, outra importante

conquista feminina, que referendou o sentimento social da maternidade, é produto das lutas dos trabalhadores e da necessidade nascente do Brasil industrial, em confronto com a produção agrária. Incorporar as mulheres no mercado de trabalho, mesmo que ainda em grau limitado naquele período, exigia a regulamentação de suas condições específicas.

A participação das mulheres na atividade agrária tradicional não as retirava da proximidade do lar, por isso não era uma exigência da estrutura rural. Mas, passou a sê-lo no Brasil urbano, fruto de sua expansão industrial.

As décadas de 1980 e 1990 tiveram como conquista a instituição de organismos específicos nas administrações públicas. Em 1985, são criados os conselhos nacional e estaduais dos Direitos da Mulher e as delegacias específicas de crimes contra a mulher. Essa expansão das iniciativas do Estado em relação ao combate às discriminações contra as mulheres foi a materialização da ruptura com o período ditatorial fechado às demandas democráticas da sociedade.

O ponto mais relevante do processo de apropriação pelo Estado do combate institucional às discriminações contra a mulher é a aprovação do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, enviado pelo governo Lula e aprovado pelo Congresso Nacional. A unificação das políticas públicas, representada por esse Plano Nacional tem o significado simbólico da retomada do papel do Estado nas demandas sociais, em confronto com o modelo neoliberal de Estado mínimo.

Esse resgate histórico das conquistas femininas comprova a íntima relação que elas têm com os avanços democráticos, impondo aos movimentos feministas a agenda global da sociedade.

Radicalizar na democracia, reordenar espaços de poder

O novo momento da democracia brasileira, com a eleição de Lula, impõe maior protagonismo da sociedade para subverter os valores estratificados. A reeleição de um operário para conti-

nuar conduzindo o governo do país significou a confiança da parte excluída da população brasileira em buscar seus próprios caminhos para superar os impasses do seu desenvolvimento e suas desigualdades seculares. Mas o gesto inaugural da eleição não assegura, por si só, a construção real de um novo tempo. A pressão organizada dos setores tradicionalmente excluídos é elemento decisivo do processo de mudança.

Os defensores do “estabelecido” continuam com fortes instrumentos de pressão para manter a situação presente. Por isso, a retomada da expansão do movimento feminista e de sua autonomia é um pressuposto para a necessária pressão transformadora.

Passa a ter prevalência a luta pela incorporação das mulheres nas instâncias de poder, como componente decisivo da democratização da estrutura política do Estado brasileiro. A inclusão da mulher na política não pode ser vista apenas como direito. Essa incorporação é parte essencial da construção democrática, é dever do Estado e da sociedade.

Neste momento, o principal desafio é levar a mulher a encontrar sua perspectiva de poder através da construção dessa escalada, da articulação de redes de apoio para a sua participação política, da conquista de uma reforma política sob a ótica de gênero e do reforço para garantir sua presença nas estruturas partidárias.

A construção de seu poder passa pela reafirmação de sua auto-estima, pela ampliação do recrutamento feminino para a política e pela criação de mecanismos de sua qualificação. A articulação de redes de apoio que viabilizem e reforcem essa participação são componentes essenciais nessa estratégia.

As dificuldades dos partidos em absorver a temática de gênero; a baixa representação das mulheres nas instâncias decisórias; as dificuldades de acesso ao fundo partidário são obstáculos a serem enfrentados.

A criação do Fórum de Coordenadoras Nacionais de Organismos de Mulheres é um exemplo de mecanismo que pode contribuir na superação desses obstáculos. Exemplo que deve ser

multiplicado nos níveis estaduais e municipais.

O reordenamento dos espaços de poder, que permita a inclusão das mulheres, passa necessariamente pela aprovação de uma reforma política sob a ótica de gênero. Alguns pressupostos dessa reforma contribuem para essa inclusão:

a) O caráter democrático que assegure a pluralidade da representação passa pela manutenção do voto proporcional. É através dele que a mulher consegue melhores condições de alcançar representação;

b) a nitidez ideológica programática através da fidelidade partidária, ordenada pelos partidos é parte dessa construção;

c) a diminuição da força do poder econômico, com o financiamento público, é o caminho para viabilizar recursos materiais para as candidaturas femininas; e

d) o reforço dos partidos, através das listas pré-ordenadas, regulamentadas para garantir a implementação das cotas, e a participação democrática dos convencionais é o caminho possível de ampliar a representação feminina nas instâncias de poder.

Propostas de ampliação da participação feminina na reforma política

A batalha concreta para a ampliação da participação feminina nas instâncias de poder teve, no recente debate da reforma política na Câmara Federal, uma experiência real dos obstáculos a serem superados. Para começar, os elementos centrais de financiamento público e das listas pré-ordenadas foram obstaculizados pela lógica conservadora que derrotou na votação da Câmara a lista mista apresentada pela Emenda Aglutinativa com metade dos eleitos na lista pré-ordenada e metade na votação direta dos mais votados.

O financiamento público na eleição legislativa foi derrotado, limitando a superação do componente fundamental nas candidaturas femininas, que é o acesso aos recursos materiais para as campanhas. No debate sobre o tema, algumas medidas de ampliação dos espaços para as mulheres, mesmo que ainda não regulamentadas, foram incorporadas pelos relatores.

São elas:

A) Quanto às cotas: as propostas apresentadas ao plenário incluíam – “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou federação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para as candidaturas de cada sexo” (Artigo 8-A, inciso III, parágrafo 4º).

Emenda Aglutinativa de Plenário. “A ordem de precedência dos candidatos na lista pré-ordenada corresponderá à ordem decrescente dos votos por eles obtidos na convenção, procedendo-se aos ajustes necessários para que não haja mais de duas candidaturas consecutivas de pessoas do mesmo sexo, no primeiro terço da lista” (Artigo 8º, parágrafo 4º das Emendas de Plenário do relator, deputado Ronaldo Caiado).

B) Quanto aos recursos do Fundo Partidário: os dois relatórios apresentados incluíam: “Na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação e educação política, sendo esta aplicação de, no mínimo, vinte por cento do total recebido, dos quais, pelo menos, trinta por cento serão destinados às instâncias partidárias dedicadas ao estímulo e crescimento da participação política feminina” (Artigo 44, inciso IV dos dois relatórios).

C) Quanto ao tempo de Rádio e TV: este foi um componente também de consenso entre os dois relatórios que indicavam: “Promover e difundir a participação política das mulheres, dedicando ao tema, pelo menos vinte por cento do tempo destinado à propaganda partidária gratuita” (Artigo 45, inciso IV dos dois relatórios).

Na batalha para tornar a inclusão das mulheres nas instâncias de poder – um DEVER DO ESTADO E DA SOCIEDADE – há um longo caminho a percorrer. O primeiro passo a ser dado é lutar por incluir a mulher na batalha por desenvolver o país com distribuição de renda e superação das desigualdades.

Jô Moraes é deputada federal pelo PCdoB/MG.

Políticas públicas sob a ótica de gênero

A evolução das lutas e conquistas das mulheres refletiu-se no âmbito das políticas públicas



ANA ROCHA

Ao vasculhar a história identificamos os passos e a luta das mulheres brasileiras: de início individualmente e depois organizadamente por bandeiras mais definidas até chegar ao atual patamar de cidadania.

Da luta por educação, direito ao voto, participação política, conquistas nas leis, na Constituinte, chegamos aos dias atuais de ofensiva neoliberal, de redução do papel do Estado nas políticas públicas, de desregulamentação de direitos, de desemprego, de terceirização, de uma visão conservadora do papel da mulher.

O resultado de todo esse processo é o elevado nível de consciência sobre a situação de discriminação e opressão específica da mulher na sociedade e busca de caminhos para superá-la. As trabalhadoras do campo, por exemplo, além de lutar por reforma agrária, por uma política agrí-

cola justa, passaram a exigir: serem reconhecidas como trabalhadoras; direito à previdência, à aposentadoria e à sindicalização; direito ao título de posse da terra, creches para seus filhos e melhores condições de trabalho, sobretudo para as assalariadas agrícolas. As empregadas domésticas multiplicaram suas associações e avançaram na conquista de direitos na nova Constituição. As operárias e as trabalhadoras urbanas em geral passaram a reivindicar, com mais ênfase o seu acesso ao trabalho em condições de igualdade, a denunciar os abusos dos patrões em relação à sua condição de mãe, a exigir o reconhecimento da maternidade como função social e se mobilizarem para assegurar os 120 dias de licença-maternidade, a licença paternidade e creches para as crianças de 0 a 6 anos de idade. As estudantes multiplicaram seus encontros e seminários exigindo o fim da

educação diferenciada e condições de acesso a profissões mais especializadas. As mulheres negras ampliaram seus fóruns de debate condenando a discriminação racial que representa mais um fardo em sua trajetória de vida. As universidades abriram espaço para a criação de Núcleos de Estudo sobre a Mulher.

Não há dúvida, toda essa luta resultou na afirmação da questão da mulher que se reflete também nas conquistas institucionais, de criação de órgãos de governo, de delegacias da mulher, de direitos avançados na Constituição de 1988. Outra marca é o crescimento significativo da presença da mulher no mercado de trabalho, sobretudo da mulher casada, com filhos, colocando com força no cenário nacional, a defesa da mãe trabalhadora.

Continua o desafio de consolidar a igualdade não só nas leis, mas na vida, pelo direito ao trabalho em condições de igualdade em relação ao homem, pelo reconhecimento da maternidade como função social, pelo efetivo direito de assistência integral à saúde da mulher, reforçando a urgente necessidade da legalização do aborto e do combate efetivo à mortalidade materna.

Toda essa trajetória fortaleceu a defesa de políticas públicas numa perspectiva de gênero, onde o Estado assume sua responsabilidade de implementá-las, de fomento de equipamentos sociais, de combate às discriminações. Para isso é importante entendermos a evolução dos mecanismos institucionais até a atualidade, com a aprovação e implementação no governo Lula do Plano Nacional de Política para as Mulheres.

O surgimento dos mecanismos institucionais

O surgimento dos mecanismos institucionais de combate à discriminação da mulher no Brasil se relaciona com a evolução da política social, com o tratamento governamental da questão em nível mundial, e também, claro, com o avanço da mobilização das mulheres por seus direitos.

O marco que deflagrou esse processo foi a realização no México em 1975 da 1ª Conferência Governamental sobre a Mulher, convocada pela

ONU (Organização das Nações Unidas), com o tema "Igualdade, Desenvolvimento e Paz". Nela, 1975 ficou definido como o Ano Internacional da Mulher e, daí até 1985, a Década da Mulher. Em junho-julho de 1980 ocorreu a 2ª Conferência da Mulher, convocada também pela ONU, em Copenhague, Dinamarca. Foram incorporados três subtemas à agenda oficial: Educação, Emprego e Saúde. Em 1985, realiza-se em Nairobi, Quênia, a 3ª Conferência Mundial sobre a Mulher, onde foram aprovadas e adotadas as "Estratégias Encaminhadas para o Futuro Avanço da Mulher". E a 4ª Conferência em Pequim, na China, uma das mais expressivas mobilizações das mulheres no mundo, de 4 e 15 de setembro de 1995. Sua preparação teve intenso debate, e na comitiva brasileira havia 300 mulheres, entre representantes do governo e da sociedade civil. Foi levado à Conferência um relatório de avaliação sobre o cumprimento das cláusulas dos acordos internacionais por parte do Brasil e a realidade da mulher brasileira.

Outras Conferências Internacionais, embora não instâncias específicas de discussão da opressão da mulher, também se constituíram em espaços importantes na luta pela igualdade de gênero no mundo: a das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992; a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos em Viena, Áustria, em 1993; e a Conferência Mundial sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África em 2001.

Toda essa articulação internacional se refletiu no Brasil, levando também à rearticulação do movimento de mulheres visando à concretização de espaços institucionais. O reconhecimento oficial das desigualdades entre homens e mulheres abriu caminho para a criação de políticas públicas para a mulher.

Em 1984, foi ratificada, pelo Brasil, a Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação sobre a Mulher (CEDAW). Ela havia sido adotada pela ONU em 1979, e assinada por 133 países. E assegurava a legalidade e legitimidade oficial ao combate às discriminações de gênero. De caráter bastante amplo, ela trata da discriminação contra a mulher em todos os

campos: saúde, trabalho, violência e poder.

Ao propor medidas especiais para acelerar a igualdade de fato, visando a assegurar o progresso da mulher e sua participação na vida pública e política do país, a CEDAW reforça o surgimento e fortalecimento de políticas públicas para a mulher.

Já em 1985, no governo Sarney, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, enquanto em 1983 havia surgido o Conselho Estadual da Mulher, em Minas Gerais, e o Conselho da Condição Feminina, em São Paulo. Nesse período, em 1985, foram organizadas as primeiras Delegacias Especializadas em Crimes contra a Mulher.

Mas, todo esse processo sofreu um abalo no governo Collor, com as medidas de retrocesso e a desarticulação de organismos de políticas sociais, como a desativação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher em 1990. Também nessa época, os conselhos estaduais e municipais perderam espaço na estrutura governamental, sofrendo cortes de verbas e restrições em suas ações diretas, e refluindo as políticas públicas para as mulheres.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, logo a seguir, desencadeia uma ofensiva contra os direitos sociais e a máquina pública. As políticas sociais são secundarizadas, sendo substituídas por iniciativas de políticas compensatórias pontuais e ineficazes. A política do Estado mínimo penaliza toda a população, mas de maneira mais cruel as mulheres dos setores populares, pois reduz investimentos nas áreas de saúde e da educação, diminuindo creches e vagas pré-escolares, empobrecendo ainda mais a população e aumentando a exclusão da mulher. Embora Fernando Henrique tenha reorganizado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher o fez formalmente, com pouco apoio político e financeiro do Executivo para implementar ações ou propor políticas aos demais órgãos federais.

As políticas públicas de gênero no governo Lula

A eleição de Lula, um governo do campo democrático, levou a um compromisso efetivo com os direitos e a cidadania das mulheres, criando

um ambiente favorável à sua luta. A realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em Brasília, de 15 a 17 de julho de 2004, teve como objetivo principal propor diretrizes para um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Foi a mais importante iniciativa governamental dos últimos anos. Precedida por duas mil Conferências Municipais e vinte e sete Regionais, ela contou com a participação de 2000 mulheres de todos os cantos do Brasil, do campo e da cidade. Índias, negras, brancas, donas de casa, jovens, idosas, mulheres parlamentares, estudantes, trabalhadoras de vários setores, sindicalistas e intelectuais traçaram coletivamente as diretrizes para o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que, sob a forma de Projeto de Lei, foi encaminhado ao Congresso Nacional e depois ratificado pelo presidente Lula.

No Brasil já existe em funcionamento uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República, criada pelo governo Lula com status de Ministério, e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Nos diferentes estados, com maior ou menor estruturação, funcionam 22 Conselhos da Mulher. A única Secretaria Estadual é a de Alagoas. Dos mais de 5 mil municípios, há 108 Conselhos Municipais, 39 Secretarias e Coordenadorias e 71 Casas Abrigo.

Por parte dos movimentos de mulheres continua a mobilização pela construção de pautas prioritárias para enfrentar as disputas por recursos orçamentários e ainda a organização necessária para maior controle social das políticas implementadas.

No documento-base de 2004, para o debate preparatório da Conferência Nacional convocada pelo governo Lula, há um diagnóstico das políticas públicas implementadas no Brasil. Nele, identificou-se que elas haviam sido tímidas, com escassez de recursos e de iniciativas por parte dos gestores; fragmentadas, localizadas e sem capacidade de integrar os programas governamentais, além de dispersas, salvo algumas exceções, sem fomentar a integração entre os diferentes níveis da federação: municipal, estadual e federal; pouco transformadoras: predominando, sobretudo no nível do poder local,

concepções de políticas voltadas para as mulheres e enfocadas como mães e esposas e reproduzindo seus papéis tradicionais. Diante desse diagnóstico, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) propunha:

- Institucionalização das políticas de gênero através de um pacto entre os três níveis do poder executivo – municipal, estadual e federal – possibilitando a criação e a consolidação de órgãos apropriados de gestão e, ao mesmo tempo, a implantação da transversalidade em suas ações.

- Implementação de políticas públicas que ultrapassem os marcos legais e respondam aos problemas centrais que envolvem as mulheres na sociedade brasileira.

Além disso, o documento-base apresentou princípios e diretrizes que orientariam a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: 1) Inclusão social e enfrentamento às desigualdades de Gênero e raça; 2) Transversalidade na gestão pública das políticas de gênero; 3) Empoderamento, autonomia e fortalecimento do exercício da cidadania; e 4) Igualdade e equidade de gênero.

Desafios do plano nacional e a 2ª conferência

Com base nessas diretrizes, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) foi aprovado e estruturado em torno de quatro áreas estratégicas de atuação: autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania com 76 ações e 5 prioridades; educação inclusiva, e não sexista, com 32 ações e 5 prioridades; saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos com 39 ações e 6 prioridades; e enfrentamento à violência contra as mulheres com 31 ações e 7 prioridades. Dentre as prioridades até 2007 estão a elevação em 5,2% da taxa de atividade das mulheres na população economicamente ativa, a redução em 15% da mortalidade materna e o aumento em 12% do número de crianças entre 0 e 6 anos de idade frequentando creche ou pré-escola na rede pública.

O enfrentamento à violência contra a mulher tornou-se uma questão de Estado e foi reforçado com a Lei Maria da Penha, debatida em audiên-

cias públicas na maioria dos estados brasileiros. Esta lei proíbe a aplicação de penas pecuniárias (cestas básicas e multas) e institui juizados especiais com competência civil e criminal. Conceitua e define as formas de violência vividas pelas mulheres no cotidiano: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Determina o encaminhamento de mulheres em situação de violência e seus dependentes a programas e serviços de proteção, garantindo os direitos à guarda dos filhos e a seus dependentes. Com essa lei o Brasil está cumprindo acordos internacionais da Convenção de Belém do Pará e do Comitê de Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW).

O monitoramento e a avaliação do PNPM são feitos por meio da articulação entre os diversos setores do governo. Com essa finalidade foi constituído um Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, composto por representantes de 11 ministérios, secretarias especiais, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e por representante do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Esse Comitê conta com um suporte de um Comitê Técnico, composto pela Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil (SAM/PR), pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI) do Ministério do Planejamento e pelo IPEA.

Para implementar as 199 ações previstas, além da articulação com os Ministérios, foram feitas parcerias permanentes com os governos estaduais e municipais. A assinatura do Termo de Compromisso com esses governos é sempre acompanhada da criação de uma Coordenadoria, Assessoria, Secretaria da Mulher ou Superintendência, dentro da estrutura do governo. Em decorrência disso, das 13 Coordenadorias da Mulher existentes em 2004 chegou-se a 111 até maio de 2006.

Por outro lado, a execução orçamentária da SPM contemplou projetos e programas de organizações da sociedade civil e de governos estaduais e municipais de todo o país. De 2003 a 2005, o montante de recursos conveniados foi da ordem de R\$ 28,8 milhões, sendo 16,8 milhões (58%) através de parcerias com entes

federativos e 11,9 milhões (42%) em parcerias com organizações da sociedade civil.

Conclusão

Ao analisar de conjunto a trajetória das mulheres brasileiras por seus direitos, constatamos que os avanços alcançados se devem, de um lado, à evolução em nível mundial do estabelecimento de mecanismos governamentais de combate à discriminação de gênero e, de outro, à mobilização e à pressão do movimento de mulheres e à vontade dos governantes de implementar políticas públicas de gênero em consonância com a evolução da política social brasileira e o fortalecimento do processo democrático. Vale destacar que a marca do movimento de mulheres no Brasil na última década é a ênfase nas políticas públicas, e não nos direitos individuais, demandando compromisso governamental e ação prática nesse sentido.

Como afirma Clara Araújo (SP, 2002), no caso particular da sociedade brasileira, a primeira metade da década de 1990 trazia os resquícios dos anos de autoritarismo nas práticas governamentais. Assim, persistiam preocupações do tipo: qual a relação das feministas com o poder público? Como investir em políticas públicas para mulheres sem burocratizá-las? Ou diluí-las? Como entrar na máquina do Estado sem perder de vista uma perspectiva feminista?

O próprio processo de consolidação democrática, as experiências institucionais de outros países e a agenda construída ao longo de décadas foram dirimindo as dúvidas, e fazendo avançar a compreensão sobre que tratamento dar às políticas públicas. E a preparação no Brasil da IV Conferência da ONU é um marco desse amadurecimento, introduzindo de forma mais precisa o tema das políticas públicas no país. O documento oficial aí apresentado tem a marca do movimento social de mulheres, com propostas de políticas públicas, na perspectiva de gênero, com sugestões de mecanismos institucionais para sua viabilização. No processo de “Beijing + 5” essa agenda foi cobrada e, ao mesmo tempo, ampliada.

Inicialmente, as poucas medidas efetivadas

ficaram localizadas, sobretudo nas áreas de saúde e da violência, e ainda com insuficiências. Não houve vontade política, no caso do governo Fernando Henrique Cardoso, de implementar políticas públicas em geral, impactando negativamente também as políticas públicas sob a ótica de gênero.

A eleição de Lula assinala um novo compromisso com os direitos e a cidadania das mulheres e encontra eco na evolução dos encontros feministas e na construção de uma pauta e agenda política que constituíam uma referência importante para a adoção de um programa de governo.

As áreas de saúde e violência – maior objeto da atenção e demanda do movimento de mulheres e de ações governamentais – ainda apresentam déficits, sobretudo de prestação de serviço. A educação, que ocupou espaço privilegiado na década de 1970, vem tendo tratamento secundário. Na questão do trabalho, o ajuste neoliberal trouxe um impacto mais perverso para as mulheres e as políticas públicas para enfrentar essa situação têm maior grau de complexidade, que passa desde políticas sociais de combate à fome até as de geração de emprego e renda. Nos últimos anos também tem havido a preocupação com o acesso das mulheres às instâncias decisórias de poder institucional, com poucos resultados efetivos. Segundo dados publicados no jornal *O Globo* de 22 de novembro de 2006, do Fórum Econômico Mundial, a baixa participação feminina faz o Brasil ficar em 67º lugar no ranking de 115 países. E os piores itens estão na questão do trabalho e da participação política.

O movimento de mulheres constata isso hoje e essa compreensão foi incorporada ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: não é suficiente o estabelecimento de políticas localizadas num único órgão, cujo foco incide apenas sobre as mulheres que terminam caindo num gueto administrativo e político.

É nessa compreensão que a “transversalidade” pode ser entendida como a assimilação nos diversos órgãos do “olhar” de gênero, sobre seu público-alvo e sobre suas ações-fim. A efetivação dessa visão passa pela existência de verbas que garantam investimentos na formação

e capacitação dos agentes governamentais dos diversos órgãos, o compromisso dos dirigentes dos órgãos com o olhar de gênero.

A vontade política demonstrada com a aprovação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, os compromissos assumidos com as prioridades de ação e mecanismos para garantir a gestão transversal das políticas aprovadas são um bom começo. Mas o desafio se encontra, em primeiro lugar, na capacidade dos órgãos responsáveis de transformar essa agenda política em ação pública. Em segundo lugar, na vigilância e no poder de pressão dos movimentos de mulheres visando à aplicação dessa agenda.

Podemos ainda afirmar que na recente implementação das políticas públicas para as mulheres, em particular na execução do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, verificam-se as principais tendências da política social brasileira apontadas por Sônia Draibe em seu livro *O Welfare State no Brasil: características e perspectivas*. A principal delas, a da descentralização político-administrativa, ao observarmos que a execução do plano, do ponto de vista tanto orçamentário quanto da gestão e da execução, se

apoiou nos governos estaduais e municipais. A outra tendência apontada por Draibe, também evidente na execução do PNPM, é a da elevação do grau de participação popular nos diferentes níveis do processo de decisão, elaboração e implementação das políticas. A participação de 120 mil mulheres na elaboração das diretrizes do plano e mais de 200 mil no processo da II Conferência Nacional, a destinação de 42% da verba orçamentária do Plano em parcerias com organizações da sociedade civil são as principais evidências disso.

O balanço mais completo da execução do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres a ser feito na próxima Conferência Nacional em agosto de 2007 nos trará mais elementos de análise no que se refere a autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; educação inclusiva e não sexista; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento à violência contra as mulheres; mulheres nos espaços de poder.

Ana Rocha é jornalista e psicóloga, presidente estadual do PCdoB/RJ.

Referências

- ARRETCHE, Marta. "Mitos de descentralização: Mais eficiência e democracia nas políticas públicas?", em *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 31, 11 de junho de 1996.
- ARAUJO, Clara. "Ações Afirmativas como estratégias políticas feministas", em *Gênero, democracia e sociedade brasileira*, Cristina Bruschini e Sandra Unbehaum (org), SP, Editora 34/FCC, 2002.
- CASTRO, Maria Helena Guimarães. "Descentralização e Política Social no Brasil: as perspectivas dos anos 90", em *Espaço e Debates*, n. 32, ano XI, 1991.
- DRAIBE, Sônia. "O Welfare State no Brasil: características e perspectivas", em *Ciências Sociais Hoje*, SP, Vértice/ANPOCS, 1987.
- MOVIMENTO de Mulheres para o Cumprimento da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. *O Brasil e a convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, Documento - CEDAW*, pelo Estado Brasileiro: Propostas e Recomendações. Brasília, Agende e Cladem, 2003.
- PITANGUY, Jacqueline. *Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil*. S. n. t. 24p.
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. Fundação Perseu Abramo, SP, 2003.
- PRIORE, Mary del Carla Bassanezi, *História das Mulheres no Brasil*, Contexto/ Editora Unesp, SP, 2000.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Secretaria Especial de Política para as Mulheres, "Documento Base para as Conferências Estaduais-I Conferência Nacional de Política para as Mulheres". Brasília, SPM, 2004.
- _____, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. "Plano Nacional de Políticas para as Mulheres". Brasília, 2004.
- _____, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. "Retrospectiva". Brasília, junho de 2006.
- SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. RJ, Campus, 1987, 2ª edição.

Bergman, Antonioni e o falso “fim de uma era”

ANDRÉ CINTRA

O que revela o ocaso de um certo tipo de cinema não é tanto a morte simultânea de dois dos maiores cineastas do século XX, mas a escassez de filmes tão originais e reflexivos como os longas-metragens que eles dirigiram até a década de 1970

Miguel de Cervantes e William Shakespeare morreram na mesma data – 23 de abril de 1616 –, e a Unesco baseou-se nessa coincidência para escolher 23 de abril como Dia Internacional do Livro. Também o cinema acaba de vivenciar uma perda dupla e simultânea que motivou muitos críticos, no Brasil e no mundo, a anunciarem o “fim de uma era”. Entre a manhã e a noite de 30 de julho deste 2007, deu-se a morte de dois gigantes – o sueco Ingmar Bergman e o italiano Michelangelo Antonioni.

Fim de uma era? O exagero da sentença lembra a espontaneidade de um diálogo travado ao

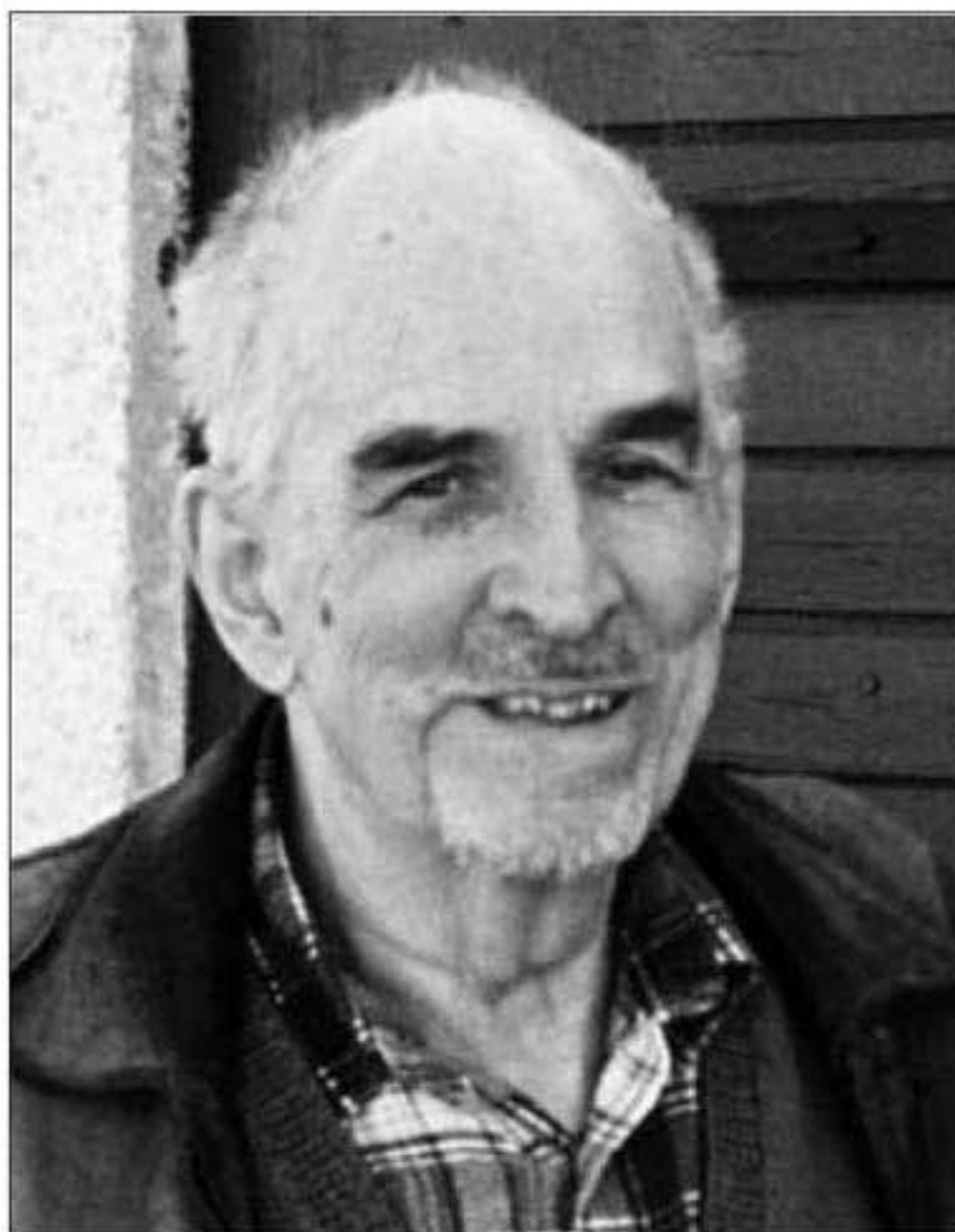
fim do enterro do cineasta Ernst Lubitsch. À saída do cemitério, dois outros diretores se lamentavam. “Nunca mais Lubitsch”, disse Billy Wilder. “Pior”, rebateu William Wyler, “nunca mais os filmes de Lubitsch!”. Pois não é de hoje – já faz mais de duas décadas – que se pode dizer “nunca mais as obras-primas de Antonioni e Bergman”.

Com *Fanny e Alexander*, de 1982, Bergman se declarou aposentado da direção de filmes e se dedicou mais ao teatro e à televisão. É verdade, voltou a colaborar com o cinema, ainda que de forma parcial. São dele os roteiros de *Segundas Intenções*, *Sunday's Children* (ambos de 1992) e

Infidel (2000). Seu *Saraband*, filmado em 2003 para a TV, chegou a ser exibido nos cinemas. Todas essas produções não estão, porém, no elevado nível que o cineasta sueco atingiu por reiteradas vezes.

No caso de Antonioni, o distanciamento ocorreu em virtude do derrame sofrido pelo diretor em 1985. Comprometido nos movimentos – andava de cadeira de rodas – e impossibilitado de falar, ele fez um e outro curta-metragem e precisou da parceria de Wim Wenders para dirigir o irregular *Além das Nuvens* (1995). Há três anos, surpreendeu em *Eros*, para o qual fez o episódio *O Rumo Perigoso das Coisas*. Mas a surpresa estava menos em seu retorno e mais na prolongada cena de masturbação interpretada por Regina Nemni. Antonioni estava com 89 anos quando o filme começou a ser rodado – e nunca antes havia dirigido uma seqüência tão anti-convenção.

Não foi, definitivamente, pelos últimos 20, 30 anos que Antonioni e Bergman fizeram história. Autores de filmes marcadamente originais, reflexivos e ousados, eles engrandeceram o cinema num período que vai, grosso modo, do fim da Segunda Guerra Mundial a meados da década de 1970. É a época subsequente a *Cidadão Kane* (1941), a obra genial de Orson Welles que rompeu com o modelo clássico de D. W. Griffith e sintetizou as bases do cinema moderno. Em crise, Hollywood perdia espaço para cinemas autorais, a começar pelo neo-realismo italiano e ainda mais com os ci-



Bergman

nemas novos de vários países, como França e Japão.

Bergman e Antonioni se beneficiaram dessa onda renovadora, mas suplantaram-na. Tinham diversos temas em comum. Em excelente artigo para o *New York Times*, intitulado “O Homem que Fazia Perguntas Difíceis”, Woody Allen enumerou as questões abordadas nos filmes de Bergman: “Mortalidade, amor, arte, o silêncio de Deus, a dificuldade das relações humanas, a agonia diante

das dúvidas religiosas, casamento em crise, a inabilidade das pessoas para se comunicarem com outras”. Com exceção da abordagem religiosa, pode-se dizer que Antonioni tratava dos mesmos assuntos – não à toa era considerado de “o cineasta da incomunicabilidade”.

Profissionais do cinema desde os anos 30 estrearam na direção na década seguinte – Antonioni com *Gente do Vale do Pó* (1943), Bergman com *Crise* (1946). Produziram muito, em quantidade e qualidade. O filme que projetou o autor sueco foi *O Sétimo Selo* (1957), um

misto de saga e reflexão de um cavaleiro medieval, o fidalgo Antonius Block (Max von Sydow). Embora o longa seja repleto de cenas memoráveis, nenhuma ganhou mais notoriedade do que a abertura.

Ao voltar das Cruzadas, em meio às mazelas da Peste Negra, Block põe em julgamento o ato de viver. Angustiado, entra numa modesta igreja e encontra ali uma figura que não se revela inteiramente. “Minha indiferença me

castiga”, confidencia-lhe o fidalgo. “Quero que Deus me estenda a mão, mostre a cara, fale comigo. Choro para Ele na escuridão, mas não existe ninguém lá”. Mas a figura misteriosa é a própria Morte, que ignora cada lamúria do cavaleiro e anuncia que veio buscá-lo. Para postergar seu fim, Block conduz a Morte para um jogo de xadrez.

“Imagens como esta não têm mais espaço no cinema moderno, comprometido que está com a psicologia superficial e com o comportamento realista”, afirmou há anos o crítico Roger Ebert, num ensaio sobre *O Sétimo Selo*. “Os filmes não se preocupam mais com o silêncio de Deus, mas com as conversas dos homens”. E é por isso que Bergman faz falta ao cinema não só agora – mas há pelo menos uma geração. A era desses filmes pessoais e autênticos acabou possivelmente em algum momento dos anos 70, quando a indústria hollywoodiana retomou sua força e impôs os adolescentes como público-alvo do cinema.

Tubarão (1975), lançado simultaneamente em mil salas nos Estados Unidos, inaugurou o paradigma dos *blockbusters* – as superproduções que tomam os cinemas de assalto. Dois anos depois, *Guerra nas Estrelas* se tornou o primeiro filme-evento, cujo lançamento é associado a toda sorte de produtos (camisetas, flâmulas, copos, brinquedos, etc.) e multiplica o lucro da rede cinematográfica. Com esse agressivo “pacote”, Hollywood conseguiu reerguer os filmes comerciais e limitou o espaço para os filmes ditos “de arte”.

Num cenário assim, passaria quase despercebida a experimentação que Bergman promoveu em 1966 com *Persona* (que no Brasil recebeu o inacreditável título *Quando Duas Mulheres Pecam*). No enredo, uma atriz chamada Elizabeth (Liv Ullmann) emudece para sempre durante a encenação de *Antígona*. Passa a ficar, então, sob os cuidados da enfermeira, Alma (Bibi Andersson). Mas o tratamento que Alma lhe dispensa envolve uma série de neuroses, transtornos, histerias, agressões. *Persona* confronta fatos e imaginações, realidade e sonho, de uma tal forma só possível no cinema.

À tensão que ronda os monólogos e as ações de Alma, Bergman contrapõe imagens subli-

mes, de muita sensualidade. A cena em que os rostos de Liv Ullmann e Bibi Andersson se fundem chama atenção até diante dos padrões atuais de efeitos. Cenas belas e tensas, a bem da verdade, sobressaem em toda a filmografia bergmaniana. “As sugestões poéticas são submetidas a um processo de filtragem e surgem livres de impurezas na tela”, comentou Antonio Moniz Vianna sobre *A Fonte da Donzela* – numa frase que traduz a obra completa de Bergman.

Quem aprecia originalidade e audácia também sente falta de Antonioni há décadas. “Cada um de seus enigmas se tornou um filme ou pelo menos um esboço, e onde não se podia realizar o esboço, ele o projetou na tela das palavras”, resumiu o crítico alemão Andreas Kilb, em texto publicado no *Frankfurter Allgemeine Zeitung*. Por coincidência, a carreira do diretor italiano, assim como a de Bergman, tem em 1957 um ano-chave, com o lançamento de *O Grito*. O filme gira em torno de um amor mal-resolvido e duas mortes. Logo depois de saber, por telefone, que o marido faleceu, Irma (Alida Valli) rompe com o amante, Aldo (Steve Cochran). Ela está apaixonada por outro – e também está convicta de suas decisões. Aldo não aceita a separação e, crise após crise, entra em depressão. Vaga a esmo, transa com outras mulheres, faz bicos, mas continua a pensar só em Irma. A segunda morte – e o tal grito do título – ocorre na cena final. Desestabilizado, sem conseguir retomar a relação, Aldo se suicida.

A desolação e o tédio marcam também a trilogia que Antonioni filmou em seguida – *A Aventura*, *A Noite* e *O Eclipse* –, mas é a morte, novamente, que está no centro de seu filme mais célebre, *Blow Up* – *Depois Daquela Beijo*. Thomas (David Hemmings), um fotógrafo de moda, aciona sua máquina ao ver um casal discutindo num parque londrino. Quando revela os negativos, descobre que, sem querer, flagrou também um homem armado e outro caído, talvez morto. As imagens não são claras e, quanto mais Thomas as amplia, há menos resolução. O fotógrafo vai ao parque e encontra o corpo. De volta à sua casa, dá conta de que lhe furtaram os reveladores retratos. O corpo, no parque, igualmente

desaparece. O filme se encerra em uma cena redundante – Thomas se depara com adolescentes jogando uma partida imaginária de tênis, sem quadra nem rede, sem raquete ou bola.

O impacto que *Blow Up* provocou em 1966, quando foi lançado, estendeu-se por cinematografias de variados gêneros e países. Com muita habilidade, Antonioni expõe a excitação que move Thomas ante a possibilidade de ter testemunhado um crime. O dia-a-dia do jovem fotógrafo é uma rotina pautada pela a legenda máxima dos anos 60 – “sexo, drogas e rock’n roll”, tudo ao extremo. São as possibilidades desencadeadas pelas fotos no parque que recompõem a essência do personagem e, ao mesmo tempo, testam conceitos como a verdade e a ética.

Em *Passageiro: Profissão Repórter* (1975), seu último grande filme, Antonioni retoma brilhantemente esses temas. David Locke (Jack Nicholson) é o jornalista que, como o Thomas de *Blow Up*, encontra um homem morto



Antonioni

– e esse fato redireciona sua vida. A descoberta ocorre num hotel. David decide assumir a identidade do homem, mesmo sem saber nada a respeito dele, e forja a própria morte, trocando de roupas e documentos. Quando descobre que o morto era um traficante de armas, empolga-se com a nova identidade e segue a agenda do criminoso. Em suas andanças, cruzará várias vezes com uma jovem (Maria Schneider), que vira cúmplice. Mas David já precisa conciliar fugas – da polícia, de traficantes, de matadores e da mulher que

começa a desconfiar que ele não morreu.

Se as cenas iniciais são tão expressivas e emblemáticas nos filmes de Bergman, Antonioni caprichava particularmente nos finais – e o desfecho de *Passageiro* é exemplar. O diretor italiano não queria mostrar o assassinato de David. Num plano-seqüência que dura minutos, deixou a câmera sair de um quarto, filmar pessoas e objetos, parar, movimentar-se – e só voltar ao cômodo, pela janela, após um som de tiro. Pedro Butcher, na *Folha de S.Paulo*, não ficou

longe da razão ao dizer que essa imagem-síntese, “não só por ser um plano-seqüência virtuoso”, contém “em si as características mais importantes do cinema moderno: a imagem que incorpora o tempo (recusando o corte da montagem) e o chamado extra-campo, ou seja, aquilo que está fora do quadro”.

São cenas, filmes e diretores que estão mesmo em falta no cinema. Sem Antonioni, assim se pronunciou o presidente do Festival da Cannes, Gilles Jacob: “Ele foi um

alquimista do íntimo, o maior aquarelista do coração que o cinema moderno já conheceu”. No dia seguinte à morte de Bergman, o *La Repubblica*, exaltando “seus filmes, sua inteligência, sua arte, sua poesia”, ressaltou: “devemos agradecer, sobretudo, pela confiança que ele sempre depositou na inteligência do público”. Há décadas, a era em que o cinema exigia inteligência do público chegou ao fim.

André Cintra é jornalista.

Assine para ter *Princípios*



- Artigos dos mais conceituados intelectuais do país em uma só publicação.
- Idéias dos principais autores da mais nova geração de pensadores.
- Análises da conjuntura nacional e internacional.
- Temas de interesse nacional.



ASSINE E GANHE

Ao assinar *Princípios* por 3 anos, ou renovar a sua assinatura pelo mesmo período, você pode escolher de presente qualquer livro do selo Anita.



Não perca esta oportunidade!



Ao indicar um amigo para assinatura, você ainda ganha uma camiseta à sua escolha*

Você pode assinar pelo site
www.anitagaribaldi.com.br

Pelo telefone 11.32891331 com Claudia,
ou ainda enviar o cupom de assinaturas, da última página, pelo correio.

Assinatura anual: R\$ 45,00
Assinatura bienal: R\$ 85,00
Assinatura trienal: R\$ 115,00



PRINCÍPIOS ON-LINE

Você tem acesso exclusivo ao conteúdo de edições anteriores
<http://www.vermelho.org.br/museu/principios/>

Princípios - uma publicação da Editora Anita Garibaldi
R. dos Franceses, 04 - Bela Vista - 01329010 - São Paulo - SP

Imprensa de luta e resistência

A imprensa popular existe no Brasil desde os primeiros tempos em que se imprimiram jornais por aqui. Nas primeiras décadas do século XX multiplicaram-se os jornais operários e de partidos ligados ao povo. Foi nessa época que surgiu, por exemplo, A Classe Operária, do Partido Comunista do Brasil.

Ao final da II Guerra, surgiram a revista Problemas, e vários jornais de massa. Nos anos 1960 há o destaque para a revista Brasiliense, de Caio Prado Junior; e nos anos 1970 para a revista Civilização Brasileira. Com a ditadura militar de 1964, a imprensa partidária continuou sendo publicada, na clandestinidade. E foram instrumento da oposição legal jornais como O Pasquim, que surgiu em 1969, Opinião (1972) e Movimento (1975), Tribuna da Luta Operária (1979) entre inúmeros outros - foram mais de 150 títulos, pelo Brasil afora, que difundiam informações para o campo democrático e oposicionista e ajudavam a organizar a luta contra o regime dos generais. Seus jornalistas, que enfrentaram a censura, o boicote econômico, a prisão e até mesmo a morte, escreveram páginas de heroísmo e abnegação, em defesa da democracia, dos trabalhadores e da soberania de nosso país.

Na atualidade, a imprensa popular continua viva em várias publicações, entre elas, Caros Amigos, Retrato do Brasil, Revista Fórum, Princípios, Teoria & Debate, CartaCapital, e na Internet: Vermelho, Carta Maior, dentre outros.

